

ISSN-0103-5576

# TRAVESSIA



revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXVIII, nº 76, Janeiro - Junho/2015

76



**Dekasseguis**

**Nordestinos**

**TRABALHO E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS TRANSNACIONAIS**  
- dossiê -

**Colombianos**

**Chilenos**

**Imigração Temporária**

**Profissionais Qualificados**

**Migração Seletiva**

## **TRAVESSIA - Revista do Migrante**

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

### **Diretor do CEM**

Paolo Parise

### **Editor**

José Carlos Pereira

### **CONSELHO CIENTÍFICO**

- Alfredo José Gonçalves (Pia. Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrini anos)  
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRI)  
Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)  
Francisco Nunes (Casper Libero)  
Giralda Seyferth (Musel. Nacional/PPGAS/UFRRJ)  
José Guilherme Cantor Magnani (USP)  
José Jorge Gebara (UNESP)  
Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)  
Lorenzo Principe (CNR/Roma)  
Marcia Anita Sprandel (Gt. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)  
Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)  
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)  
Sidney Antonio da Silva (JFAM)

### **CONSELHO EDITORIAL**

- Ana Cristina Arantes Nasser (USP)  
Heinz Dieter Heidemann (USP)  
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRRJ)  
José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)  
Léa Francesconi (USP)  
Margarida Maria de Andrade (USP)  
Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)  
Odair da Cruz Paiva (UNIFESP)  
Sidnei Marco Dornelas (Assessor CNBB)

### **CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS**

Rua Glicério, 225  
Bairro Liberdade  
01514-000 São Paulo / SP - Brasil  
Fone: (11) 3340.6952

**travessia@missaonspaz.org**  
**cem@missaonspaz.org**  
**www.missaonspaz.org**

Capa - Sergio Ricciuto Conte

Impressão - Max Editora e Impressões Digitais Ltda - (11) 3379-7046

## SUMÁRIO

Apresentação .....	05
<i>José Carlos Pereira</i>	
<b>Dossiê “Trabalho e políticas migratórias transnacionais”</b>	
Falhas e sustentabilidade do sistema migratório laboral temporário .....	09
<i>Graziano Battistella</i>	
Legalmente necessários, socialmente (in) desejados: imigrantes brasileiros no mercado de trabalho japonês.....	29
<i>Katiani Tatie Shishito; Mariana Shinohara Roncato</i>	
Profissionais transnacionais no setor petrolífero .....	47
<i>Genilson Estácio da Costa</i>	
Colombianos na Casa do Migrante, São Paulo (1997-2007): desterritorialização e rebusque .....	59
<i>Rafael Estrada Mejía</i>	
Análise matricial da mobilidade ocupacional: o caso dos imigrantes chilenos no Paraná .....	81
<i>Rene Castro Berardi</i>	
Nordestinos na Zona Leste de São Paulo: subjetividade e redes de migrantes.....	99
<i>Valéria Barbosa de Magalhães</i>	
Meu irmão Adauto (relato etnográfico).....	113
<i>Ethel V. Kosminsky</i>	
A sombra os acolherá (conto) .....	119
<i>Lucas Florêncio</i>	



“É um giro-o-giro no vago dos gerais que nem os pássaros de rios e lagoas”. Diz o narrador roseano em Grande Sertão: veredas, sobre o vai e vem de camponeses agregados em busca de sobrevivência e trabalho. De “Grande Sertão” para cá, as migrações tornaram-se um dos fenômenos históricos mais complexos e dinâmicos. Suas motivações, facetas e protagonistas são influenciados e influenciam relações sociais locais, mundiais; moldam e transformam leis, instituições, percepções de temporalidades, sociabilidades de quem parte, mas também das pessoas que ficam e subjetivamente, objetivamente as vivenciam. Travessia e seus colaboradores querem contribuir nesse debate destacando questões sobre trabalho, políticas migratórias, redes, desterritorialização, transnacionalidade, mobilidade ocupacional, afetividades e temporalidades vividas nos processos migratórios.

Nesta edição temos o Dossiê “Trabalho e políticas migratórias transnacionais”. No primeiro de seus três textos, *Falha e sustentabilidade do sistema migratório laboral temporário*, Graziano Battistella aborda o retorno da migração temporária facilitada por arranjos políticos para viabilizar a permanente condição de temporário dos trabalhadores migrantes em diversos países do Oriente Médio, da Europa e nos Estados Unidos da América. Ele aponta algumas modalidades dessa migração, vantagens e desvantagens para os migrantes, para os países de origem e de destino, e a necessidade de considerá-la na perspectiva dos direitos humanos.

Katiani T. Shishito e Marina S. Roncato nos falam sobre os *Legalmente necessários, socialmente indesejados...* Seu foco são as políticas migratórias do Estado Japonês que restringiram a entrada e permanência de trabalhadores imigrantes asiáticos e estimulou a entrada de imigrantes descendentes de japoneses até a terceira geração (Nikkei), para o trabalho precarizado no mercado informal. Considerando que os dekasseguis estejam situados no limiar entre o imigrante desejável e o indesejável, as autoras questionam sobre o lugar desse trabalhador na política migratória do Estado japonês.

Em *Profissionais transnacionais no setor petrolífero*, Genilson E. Costa aponta para corporações do setor de petróleo e gás, com forte papel

na seletividade migratória, e seus reflexos nos fluxos populacionais gerados por suas atividades. Essas corporações formam redes internacionais de fluxos permanentes no mercado de trabalho para cargos gerenciais que exigem alta qualificação. Para além do Estado, as empresas transnacionais engendram políticas migratórias que proporcionam migrações seletivas. Trata-se de expressões de mobilidade que exigem novos conceitos e arranjos políticos que superem enfoques tradicionais considerando a condição de “expatriados” desses profissionais transnacionais.

Na sequência temos cinco textos diversos, mas que dialogam com o dossiê a partir do tema “transnacionalidade”. Em *Colombianos na Casa do Migrante em São Paulo (1997-2007)*, Rafael E. Mejía observa uma desterritorialização vinculada a conflitos políticos na Colômbia. Mas, indica um rebusque (saber fazer) de imigrantes colombianos como estratégia para resolver questões vitais como moradia, trabalho e documentação. Mejía também nos informa sobre a intensidade do fluxo de colombianos na Casa do Migrante; seu *status* jurídico; sexo, raça/etnia; escolaridade; ocupações no Brasil; etc.

Rene C. Berardi fala sobre a *Análise matricial da mobilidade ocupacional: o caso dos imigrantes chilenos no Paraná*. Para ele, fatores estruturais, como abertura do mercado de trabalho, bom nível de escolaridade e maior tempo de residência no “local de destino” contribuíram para a mobilidade ocupacional ascendente do imigrante chileno, inclusive a de caráter intergeracional, no Paraná.

Em *Nordestinos na Zona Leste de São Paulo*, Valéria B. Magalhães nos convida a pensar sobre redes e suas possibilidades subjetivas e objetivas no acesso à moradia, trabalho, qualificação profissional e estratégias dos migrantes para lidar com o preconceito. Articulando história oral e teoria sociológica, ela apresenta relatos que revelam a multiplicidade sociocultural de seus interlocutores e as várias motivações para a emigração. Valéria ainda destaca aspectos da transnacionalidade da migração ao comparar o caso de nordestinos em São Paulo com o dos argelinos na França.

No belo e etnográfico relato *Meu irmão Aduino*, Ethel V. Kosminsky narra a experiência de conhecer Aduino, seu irmão paterno com 85 anos de idade, e ela já à beira dos 70 anos. Ele surge através de trocas de mensagens, pelo Facebook, entre Malone, neto de Aduino, e

Doris, irmã caçula de Ethel, que sai de New York- EUA, para encontrar o “novo” irmão na Bahia. Durante o encontro, eles trocam presentes, impressões e falam sobre a concepção de Adauto, fruto de amor proibido entre dois adolescentes, Abraão - judeu descendente de imigrantes – e a jovem católica Auta. Iguarias da culinária baiana dão bom cheiro e sabor à conversa. Os novos parentes de Ethel não se interessam pelo judaísmo, mas ficam curiosos com a sua origem comum na Bessarábia (Maldova), agora simbolicamente revisitada em Vitória da Conquista-BA. Mas, Adauto está doente e sente frio. Ethel procura confortá-lo e é confortada.

A celebração de um culto por imigrantes bolivianos, sob a sombra de um majestoso jacarandá, no Largo do Rosário, em São Paulo-SP, é percebida por Lucas Florêncio que, no conto *A sombra os acolherá*, transporta a cena da celebração para o tempo em que negros escravizados também se encontravam no Largo, sob aquele mesmo jacarandá, como espaço de comunhão espiritual. A despeito dos bolivianos estarem alheios ao tempo que transcorre entre a sua celebração e a dos africanos, o olhar desencontrado dos transeuntes de agora sobre eles também podia ser notado nos transeuntes de outrora sobre os negros. Esta atemporalidade de fatos é destacada por Lucas que nos convida a considerar a superficialidade de conceitos como “o outro” e as distintas dimensões da migração.

Concluimos esta edição com a beleza desse conto e a percepção inequívoca de que o “giro-o-giro no vago dos gerais” se estende aos vagos do mundo com temporalidades justapostas e transversais exigindo novos arranjos políticos, ultrapassando os limites do econômico, expressando subjetividades, afetividades cotidianas que concorrem para a sua dinâmica, complexidade e expansão. São faces da migração, das quais a perspectiva teórica não pode escapar ilesa, o olhar do gestor público não pode querer desencontrar sob o risco de *cambiar* em pesadelo os sonhos de justiça social e dignidade humana ainda adormecidos nos travesseiros da modernidade, para falar com Drummond. Boa leitura!

*José Carlos Pereira*



# Falhas e sustentabilidade do sistema migratório laboral temporário\*

*Graziano Battistella\*\**

Sistemas migratórios são definidos por políticas migratórias prevalentes que os caracterizam. Na realidade, todos os sistemas incluem políticas que visam o estabelecimento permanente, de longa duração e temporário de migrantes. A prevalência de uma política sobre outras caracteriza o sistema e revela a principal atitude política de uma nação, ou um grupo de nações, em relação aos migrantes. Nesse aspecto, continuamos falando de sistemas permanente, temporário e de longa duração de migração.

Em termos gerais, países tradicionais de imigração buscam políticas de migração permanente e concedem, anualmente, certo número de vistos para a residência permanente. Esses países são: Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Os vistos permanentes geralmente são agrupados em três categorias (motivos familiares, econômicos ou humanitários). Os procedimentos para concessão de vistos, os requerimentos para obtê-los e a distribuição desses entre as três categorias citadas variam de um país para outro, mas o objetivo comum é permitir que imigrantes residam em seus territórios.

Outros países são relutantes em conceder residência permanente a imigrantes. Suas políticas visam admitir trabalhadores por um curto período de tempo, sem possibilidade de residência de longa duração para seu estabelecimento permanente. Os países do Golfo, do Leste e do Sudeste da Ásia adotaram políticas desse tipo, mostrando que estão abertos a receber a contribuição de trabalhadores imigrantes, mas não muito propícios a deixar que a migração mude as características étnicas de sua sociedade.

As migrações de longa duração caracterizam os países da União Europeia. Eles admitem trabalhadores migrantes temporariamente. No entanto, sua estadia pode ser renovada e então, finalmente, podem receber um cartão de residência permitindo que fiquem indefinidamente no país.

Como dito anteriormente, políticas prevalentes não impedem que outras sejam adotadas concomitantemente. Na verdade, todos os países têm algum modelo de migração temporária. Esse tipo de movimento tem recebido muita

---

\* Traduzido do original "Flaws and sustainability of temporary labor migration" por Karina Moysés Pain. Revisão técnica: José Carlos Pereira

\*\* Diretor do Centro de Migração Scalabrini - Roma - Itália

atenção nos últimos 15 anos, e novas modalidades de migração temporária são experimentadas ou aplicadas. Esse novo interesse lança novas questões sobre as vantagens e desvantagens da migração laboral, sua sustentabilidade e a possibilidade de uma abordagem da migração temporária baseada em direitos. Esse artigo irá examinar experiências históricas de migração temporária e sua recente volta. Também analisará esse movimento na Ásia, concernindo seus quatro modelos diferentes e incluindo suas vantagens e desvantagens. O artigo será concluído com uma mostra de elementos para uma abordagem da questão migratória baseada em direitos.

## **1. Algumas experiências históricas de migração temporária e sua volta**

Os Estados Unidos da América - EUA, país onde tradicionalmente os projetos migratórios visam o estabelecimento permanente, tiveram uma experiência com migração temporária durante 20 anos, desde o começo da 2ª Guerra Mundial até 1964. A participação de jovens e adultos nos diversos setores da guerra deixou o país sem mão de obra na área rural, que então buscou trabalhadores mexicanos. Em agosto de 1942, os governos dos EUA e do México firmaram um acordo conhecido como *bracero program*. Trabalhadores mexicanos deixavam suas terras para trabalhar nos EUA colhendo tomates e pepinos, desbastando beterraba-sacarina com uma cansativa enxada curta - que se tornou um símbolo de trabalho árduo - e colhendo algodão.

Os trabalhadores tinham que cuidar das suas permissões de trabalho e voltar para o México ao final do contrato (que durava de quatro semanas até seis meses). Custo de vida, transporte de ida e de retorno deveriam ser garantidos através de títulos bancários; a discriminação e um salário reduzido eram proibidos, no entanto esses incidentes ocorriam e alguns processos chegaram aos tribunais ainda nos anos 1990. Porém, nunca chegaram às famílias dos trabalhadores no México. Também se instituiu um *bracero program* para as linhas férreas, como modo de conseguir trabalhadores baratos, mas esse acabou com o final da guerra em 1945.

O programa na agricultura continuou depois da guerra, pois esse setor alegou que havia falta de mão de obra, embora críticos afirmassem que havia trabalhadores locais disponíveis e que eram os empregadores que não estavam dispostos a lhes pagar salários adequados. Essa continuidade levou à imigração irregular nos EUA, favorecida por cadeias sociais e um procedimento regulatório que não impunha punições aos fazendeiros contratadores de trabalhadores irregulares. O acordo terminou em 1964 (depois de 22 anos e da participação de 4,6 milhões de trabalhadores mexicanos, alguns recorrentes) por se tornar inviável devido à mecanização da agricultura, e também porque gerava competição injusta com trabalhadores locais, além de muita crítica concernente à violações de direitos humanos inerentes ao programa (Martin, 2003).

Na Europa houve falta de trabalhadores depois da Segunda Guerra Mundial para a reconstrução da região (embora se argumentasse que a migração não servia para providenciar mais mão de obra - a taxa de desemprego na Alemanha em 1955 era de 5.1% - mas sim para substituir os trabalhadores locais, que buscavam condições melhores de trabalho (Bade, 2003, p. 227). As economias Ocidental e do norte Europeu, que já tinham uma tradição de imigração pré-guerra, empregavam, como fonte de mão de obra adicional, trabalhadores de países da Europa mediterrânea (Itália, Espanha, Portugal, Grécia e mais tarde Iugoslávia). A França, que contava com uma grande base colonial, aceitava imigrantes da região de Magreb (Marrocos, Argélia [Argélia] e Tunísia). A Alemanha, entretanto, além da Itália e do sul Europeu escolheu a Tunísia como principal fonte de trabalhadores.

A modalidade de recrutamento laboral era ancorada em acordos bilaterais, baseados no ímpeto da recomendação 86 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, companheira da Convenção 97 sobre os Trabalhadores Migrantes - Revisada - (OIT, 1949), que contém um acordo modelo para os países seguirem. A Alemanha assinou oito acordos desse tipo entre 1955 (acordo com a Itália) e 1968 (acordo com Portugal), (Bobeva and Garson, 2004, p. 13). Além da Alemanha, a França e a Suíça eram grandes países de importação de mão de obra, apesar de seus planos funcionarem de modos diferentes (Plewa and Miller, 2005, p. 61). A França desenhou um sistema de recrutamento anônimo e nominativo, mas comumente acabava regularizando migrantes não autorizados contratados por empregadores que evitavam o sistema. A Suíça focou em trabalhadores sazonais que deveriam regressar aos seus países anualmente. Mas, teve que renegociar devido às condições inaceitáveis de migração laboral, constituindo assim as premissas para residência de longo termo. A Alemanha recrutava força laboral imigrante através do envolvimento direto do Ministério do Trabalho no processo de recrutamento. Como os trabalhadores eram contratados por um curto período de tempo e tinham que retornar ao seu país de origem, eram chamados na Alemanha de “trabalhadores visitantes”. No entanto, nem todos os trabalhadores rotacionais retornavam ao seu país e então se estabeleciam no local com membros familiares.

O programa do trabalhador visitante acabou em 1973-1974 por diversos motivos. Um dos mais citados foi a crise econômica que acompanhou o aumento dos custos de energia causado pela Guerra do Golfo. Entretanto, mesmo antes da crise, o envolvimento de trabalhadores imigrantes em greves e protestos na França, e a violência na Alemanha entre trabalhadores turcos e alemães tiveram grande peso nesse término (Plewa and Miller, 2005, p. 64). Bade (2003) diz que a crise energética foi só um último argumento para o fechamento do programa, que estava sendo questionado pela tendência de estabelecimento permanente dos trabalhadores (dado que a Carta Social Europeia (art. 19.6) garantia reunificação familiar) e a incongruência entre as políticas de imigração e de integração. Políticas restritivas de integração eram

direcionadas a migrantes norte-africanos na França e aos turcos na Alemanha. Castles (2006, p. 743) também argumenta que os seguintes motivos levaram ao fim do sistema de migração temporária:

- a ligação entre o projeto de migração e um ciclo de vida: quando jovem ele é considerado temporário, mas com o tempo se torna permanente;
- a escolha de se ficar no país de imigração em tempos de crise, pois parece mais favorável do que retornar ao seu país de origem;
- a inserção do imigrante no sistema de benefícios do país receptor também serviu de incentivo para o estabelecimento;
- a dificuldade de se expulsar um imigrante residente legal em uma democracia liberal, onde os direitos do povo são protegidos pelas cortes;
- a coalizão de organizações pró-imigração que se uniu aos partidos liberais para coibir iniciativas anti-imigrantes.

O motivo mais importante para o fim do programa de trabalhador visitante foi a falha no próprio conceito: trabalhadores temporários estavam suprimindo uma necessidade permanente de mão de obra. Finalmente, os empregadores constataram que empregados rotacionais não eram rentáveis.

O fim do trabalhador visitante na Europa não acabou com a entrada de migrantes, que continuaram a ir para a França, Alemanha e outros países como membros de família de migrantes residentes ou trabalhadores sazonais. Embora esses familiares tenham obtido permissão para trabalhar, a necessidade de trabalhadores imigrantes permaneceu. Consequentemente, um grupo de pequenos programas de migração foi executado em diversos países (Plewa and Miller, 2005). Foram permitidos imigrantes poloneses e turcos na Dinamarca para trabalharem na agricultura nos anos 1980. Migrantes poloneses europeus orientais também foram tolerados na Alemanha no mesmo período. Mas, pequenos programas específicos foram implementados no final da década de 1990 visando trabalhadores sazonais - aqueles ligados a projetos, estagiários, migrantes pendulares e outros. No Reino Unido trabalhadores de férias (jovens entre 17 e 27 anos, permitidos a trabalhar por no máximo dois anos) chegaram a 4.000 no ano de 2004 e trabalhadores sazonais da Polônia e Ucrânia foram admitidos.

A substituição de grandes programas por pequenos programas de migração também foi acompanhada pelo maior fluxo de trabalhadores migrantes nos Estados do sul da Europa. Essas tradicionais regiões de origem de migração tornaram-se destinos dos principais fluxos migratórios no continente, começando pela Itália nos anos 1980, seguida pela Espanha e, em números menores, Grécia e Portugal. Em geral, a imigração nesses países tem ocorrido irregularmente de modo que foram implementados diversos programas de regularização (Levinson, 2005).

O retorno da migração temporária foi confirmado na conclusão da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais que, baseada no princípio de que a migração deveria ser uma escolha e não uma necessidade, declarou que “os Estados e o setor privado deveriam considerar a opção de introduzir um programa de migração temporária cuidadosamente desenhado como modo de tratar das necessidades econômicas do país de origem e destino” (GCIM - Global Commission on International Migration, 2005,79).

Dentre os diversos modos de se organizar a migração temporária, a migração sazonal tem uma longa tradição. O Programa Canadense de Trabalhadores Agricultores Sazonais (SAWP, em inglês), particularmente em cooperação com o México, envolve cerca de 20.000 migrantes por ano e existe há quatro décadas. É baseado no tratamento igual ao dos trabalhadores canadenses, e também na assistência do governo mexicano para garantir a disponibilidade da mão de obra e seu bem-estar.

Recentemente a Nova Zelândia implementou o plano de Empregadores Sazonais Reconhecidos (RSEs), que emprega cerca de 8.000 migrantes das ilhas do pacífico por um período de sete meses. A União Europeia adotou, em fevereiro de 2014, uma diretiva sobre trabalhadores sazonais para regular esse fenômeno que tem ocorrido nos últimos anos. A Alemanha libera em torno de 300.000 permissões de trabalho, todo ano, para esses trabalhadores, cuja maior parte vem da Polônia, Bulgária e Romênia, que são empregados no setor agrícola e em atividades ligadas ao turismo e lazer como hospedagem e carnaval. A diretiva requer que os trabalhadores mantenham suas residências no país de origem; os governos devem decidir o tempo de trabalho (entre cinco e nove meses); devem ser garantidos aos trabalhadores padrões de acomodação, saúde e segurança e deve haver um contrato de trabalho; deve ser garantido o mesmo padrão de tratamento que os trabalhadores locais recebem e trabalhadores migrantes podem trocar de empregador uma vez durante o contrato. Criticada pela Associação Europeia pela Defesa dos Direitos Humanos (AEDH) por não proteger suficientemente os direitos dos trabalhadores, a diretiva indica a intenção dos países da União Europeia de usufruir mais de trabalhadores temporários.

Em setores como manufatura, serviços, construção, agricultura, hotelaria, atendimento, enfermagem, ensino e alimentação, empregadores com necessidade de mão de obra extra costumam utilizar Agências de Trabalho Temporário (TAW, em inglês). Os trabalhadores são contratados por agências e não diretamente por pessoas ou empresas para quem efetivamente trabalharão. Esse processo é bem popular nos EUA, Japão e Europa. As Agências contratadoras cooperam com agências de recrutamento nos países de origem e costumam oferecer diversos serviços aos trabalhadores (acomodação, empréstimos...), com possíveis abusos nessas práticas (McLoughlin and Münz, 2011, p. 45).

O interesse na migração temporária também se intensificou com a introdução do conceito de “migração circular”. A ideia ganhou apoio pois,

teoricamente, promete um ganho triplo, beneficiando o país de origem, o de destino e o migrante. Na verdade, por um lado, o conceito parece ser só outro modo de se falar de migração temporária, que é cíclica, dado que a natureza do contrato não permite a conclusão da projeção migratória. Por outro, em sua implementação ideal, a constante mudança de país deixa implícita uma liberdade de movimentação normalmente dada somente à trabalhadores qualificados, que podem não estar tão interessados nesse movimento circular. Ainda assim, em 2007 a Comissão Europeia emitiu um Comunicado, no qual sugeriu a possibilidade de concessão de vistos de residência/trabalho plurianuais para trabalhadores sazonais. No entanto, parece que a verdadeira intenção da migração circular é garantir que migrantes temporários não fiquem em países da União Europeia (McLoughlin and Münz, 2011, p. 25). Nesse propósito, falar de migração circular gerenciada é retomar a ideia de migração temporária.

A migração temporária cresceu também em países tradicionais de imigração permanente como os EUA, Canadá e Austrália. Nos EUA, além da imigração permanente, migrantes temporários são admitidos em diferentes planos. Houve 1.900.582 trabalhadores temporários e estagiários aceitos em 2012 no país, dos quais 473.015 eram altamente qualificados (Visto HB1) e 183.860 eram trabalhadores rurais (H2A) (EUA, 2012). No mesmo ano, 491.547 trabalhadores temporários entraram no Canadá - a maioria qualificados ou altamente qualificados (CANADA, 2013). Em 2013, os trabalhadores de período de férias chegaram a 178.980 pessoas na Austrália. Dessas, 169.070 eram trabalhadores qualificados (subclasse 457) (DIBP, 2013). As ocupações mais altas da subclasse 457 eram profissionais da saúde, assistentes sociais, cozinheiros e trabalhadores na área de construção.

## **2. O crescimento da migração laboral na Ásia**

Ao mesmo tempo em que o sistema do “trabalhador visitante” acabou na Europa, ele se vitalizou na Ásia ocidental. Os países do Golfo, que foram os que mais tiraram proveito do aumento do custo do petróleo depois da guerra na região, fizeram altos investimentos em projetos de infraestrutura. O gerenciamento dos projetos ficou nas mãos de empresas americanas, europeias e asiáticas que contratavam mão de obra de países vizinhos, primeiramente na península arábica (Iêmem, Egito, Sudão, Jordânia e Palestina) e depois no sul e sudeste asiático. A mudança de trabalhadores árabes para asiáticos foi impulsionada pela vontade de se evitar ideologias pan-arábicas, que incentivavam os trabalhadores a se estabelecerem com suas famílias (Kapiszewski, 2006). A primeira onda de mão de obra se encarregou da infraestrutura e foi seguida pela segunda onda dedicada a manutenção e serviços. Finalmente, a economia do Oriente Médio ficou, e continua até hoje, dependente do trabalho de migrantes, especialmente no setor privado.

Além dos países do Golfo, outras nações asiáticas utilizaram esse tipo de mão de obra. Existem semelhanças e diferenças nos sistemas asiáticos e assim podemos falar de cinco modelos de migração laboral temporária.

### **a. O sistema kafala nos países do Golfo**

O sistema adotado nos países do Golfo foi desenhado para prover habilidades e trabalhos não supridos pela mão de obra local, ao mesmo tempo em que excluía a possibilidade de integração e mudança étnica na população local. Com exceção da Arábia Saudita, os países do Golfo têm uma pequena população. Um alto número de imigrantes poderia mudar facilmente as características locais caso fosse permitido que ficassem. De fato, a porcentagem de imigrantes na população é particularmente alta nos Emirados Árabes Unidos, sendo de 83.7% em 2013, de acordo com a UN-DESA (2013), Qatar (73.8%), Kuwait (60.2%) e Bahrain (50.7%). Consequentemente, a maior parte dos trabalhadores imigrantes, principalmente os profissionalmente menos qualificados, ficam em campos de trabalho e não se integram à vida social local.

Para garantir a mão de obra e evitar integração, o sistema de migração laboral do Golfo foi organizado com base em três características que desde então se tornaram modelo para o todo o continente: os migrantes são contratados por agências de recrutamento e emprego que operam nos países de origem e destino; os migrantes são contratados com acordos de curto prazo (no máximo dois anos); o contrato pode ser renovado e pode-se fazer um novo contrato, mas só após o trabalhador retornar ao país de origem.

O que é específico dos países do Golfo é o sistema kafala, no qual a permissão para entrar nesses países é dada pelo Ministério do Trabalho para empregadores ou agentes (kafeels) que contratam migrantes em agências de recrutamento nos países de origem. Uma vez no país, o trabalhador depende do kafeel, que é o responsável pelo seu emprego, alojamento, seguro médico e outras licenças. Dado que o kafeel age como empregador ou agente, ele determina as condições do emprego, que podem não corresponder ao contrato assinado antes da viagem do migrante. Como o motivo para ficar no país depende completamente do emprego arranjado, o migrante fica dependente do kafeel. Essa dependência é particularmente problemática no caso do contratado querer romper o acordo feito, posto que isso não é possível sem autorização do kafeel.

Muitas irregularidades estão ligadas ao sistema kafala, no qual kafeels admitem mais empregados do que empregos disponíveis, transferem migrantes a outros empregadores com condições de trabalho diferentes das combinadas e cobram dos migrantes despesas pelas quais o empregador deveria ser responsável. Foram prometidas reformas no sistema kafala, mas sem resultados significantes. Talvez a medida mais recente tenha sido a decisão, em 2013, da Arábia Saudita de credenciar 10 mega empresas de

recrutamento para a importação de mão de obra (SAUDI ARABIA, 2013). As mega agências são responsáveis pela contratação, emprego e condições dos trabalhadores. A intenção é reduzir o número de kafeels e, conseqüentemente, potenciais irregularidades cometidas contra os migrantes. No entanto, ainda existem incertezas, já que as agências podem ser os empregadores, ou podem colocar os migrantes com um empregador e depois transferi-los para outro, sem assegurar que as condições originais do contrato sejam respeitadas.

## **b. As taxas e sistemas de cotas em Cingapura**

Cingapura utilizou trabalho de migrantes nos primeiros estágios de sua construção nacional. Depois da sua separação da Malásia em 1965 e seu rápido desenvolvimento econômico, Cingapura trouxe seus primeiros migrantes da Malásia e depois expandiu a sua demanda para a República Popular da China e outros países do sul e sudeste asiático. O governo do país não divulga estatísticas sobre trabalhadores imigrantes, pois há temor de que a divulgação possa perturbar a percepção de um balanço étnico na população, que consiste majoritariamente de chineses (cerca de 75 por cento), malaios e indianos. No entanto, a população nascida fora do país tem crescido nos últimos anos e chegou a 38% ao final do ano de 2012, de acordo com o Ministério do Trabalho. Mais de meio-milhão são residentes permanentes, enquanto os demais são não-residente.

As políticas migratórias de Cingapura sempre foram feitas para servir ao crescimento econômico do país, particularmente atraindo trabalhadores qualificados enquanto controla o fluxo de trabalhadores não qualificados para não diminuírem o ritmo de produção. Foram utilizados dois instrumentos para esse controle: uma cota fixa de trabalhadores migrantes em cada setor e uma taxa que o empregador têm que pagar para cada um desses trabalhadores: quanto mais baixa a qualificação profissional do empregado, mais alto o valor do imposto.

Apesar dessas medidas, a mão de obra imigrante cresceu 3,3% a cada ano entre 1980 e 2010, de acordo com o National Population Singapore and Talent Division 2013 (Singapore, 2013<sup>a</sup>). Trabalhadores de construção civil (319.100 ao final de 2013) e trabalhadores domésticos (214.500) são grupos de destaque na contratação de imigrantes.

O Livro Branco da População<sup>1</sup> de 2013 (SINGAPORE, 2013) motivou o uso de mão de obra imigrantes para satisfazer necessidades sociais e de desenvolvimento (particularmente no cuidado de idosos), a fim de substituir trabalhadores locais que se moviam para postos de trabalho mais qualificados, para ajudar a despontar setores emergentes e dar flexibilidade ao mercado de trabalho.

## **c. Uso de migração irregular na Malásia e Tailândia**

A Malásia e a Tailândia eram países de origem de emigração, mas nos anos 1980 e 1990 se tornaram países de imigração. Tailândia e Malásia fazem

fronteiras com importantes países de origem, como Myanmar e Indonésia, e assim se tornaram países de destino para a migração irregular.

A imigração para a Malásia começou de forma irregular vinda da Indonésia nos anos 1970 e foi formalizada nos anos 1980 com um acordo bilateral. Inicialmente era o setor agrícola em particular que precisava de trabalhadores, pois os trabalhadores locais estavam abandonando o campo. Mais tarde outros setores começaram a contratar imigrantes, como a construção e manufatura. Ao final do ano de 2012, estimava-se que 1,5 milhões de imigrantes tinham emprego legal na Malásia. Cerca de 50% da Indonésia e Bangladesh, Nepal, Myanmar, Índia e Vietnã estavam expressivamente representados. A política de intervenção na Malásia seguia o ciclo econômico permitindo a entrada de trabalhadores em tempos de crescimento econômico, restringindo, repatriando em tempos de recessão.

Devido ao grande número de migrantes irregulares, diversos registros foram feitos, o último em 2012, quando se regularizou 1,3 milhões de migrantes. No entanto, como aconteceu com outras iniciativas, não se pode esperar que a migração irregular não continue. A Malásia também implementou um sistema de taxa, com o objetivo de diminuir o número de trabalhadores pouco qualificados e construir uma economia mais produtiva, mas os resultados foram menos expressivos que em Cingapura.

Nos anos 1990, a Tailândia se tornou destino de migrantes, principalmente de seus três países vizinhos: Myanmar, Camboja e Laos. Por conta da fronteira porosa com Myanmar, Camboja e Laos, e da permissividade dos oficiais de fronteira, os migrantes costumam entrar irregularmente. Quase todo ano, a Tailândia tem uma iniciativa de regularização na qual os empregadores registram os trabalhadores imigrantes que então obtêm uma permissão de trabalho. Contudo, para evitar custos de registro, menos da metade dos dois milhões de trabalhadores imigrantes são registrados. Além disso, os registros não são renovados no ano seguinte, fazendo com que os migrantes fiquem entre a regularidade e irregularidade. Para tentar organizar o status dos trabalhadores, a Tailândia fez acordos bilaterais com cada um dos três países vizinhos, mas houve pouco avanço na diminuição da irregularidade. A dificuldade da Malásia e da Tailândia na administração migratória não se resume apenas à falha de políticas na área, mas também por uma combinação de fatores geográficos (é quase impossível de se policiar fronteiras extensas) e conveniência econômica. Em alguns aspectos pode-se dizer que a migração irregular não é um desvio das políticas migratórias, mas faz parte delas, garantindo a flexibilidade no mercado laboral. A vantagem da irregularidade é que ações para se reduzir o número de migrantes irregulares não são contestadas, assim se pode expulsar rapidamente um certo número de trabalhadores. Algumas declarações referentes ao trabalho de migrantes, feitas pelo grupo militar que tomou o poder recentemente na Tailândia, levaram ao retorno de cerca de 160.000 trabalhadores irregulares para o Camboja (Cheang, 2014).

#### **d. O sistema de corretagem de Taiwan**

Taiwan adotou formalmente uma política de migração laboral temporária em 1992. A intenção era permitir o trabalho dos migrantes e ao mesmo tempo evitar o seu enraizamento no país. Com esse objetivo os vistos eram dados para migrantes de quatro países (Malásia, Indonésia, Filipinas e Tailândia) por dois anos, extensível até um ano. Após este período, o trabalhador deveria voltar ao seu país e não poderia mais retornar a Taiwan. Esse esquema falhou rapidamente. Primeiramente, porque os migrantes achavam três anos pouco para cumprir seus projetos, e, em segundo lugar, os empregadores achavam custoso ter que constantemente treinar novos empregados. Finalmente, permitiu-se que os vistos fossem renovados por até doze anos. O número de trabalhadores migrantes em Taiwan cresceu e chegou a 489.134 ao final de 2013. O Vietnã e a Mongólia foram adicionados ao rol de países iniciais (embora não haja quase nenhum mongol trabalhando em Taiwan). A maior parte dos trabalhadores é constituída de indonésios, em geral mulheres empregadas como cuidadoras de taiwaneses idosos. Tailandeses são amplamente empregados na construção civil, enquanto filipinos e vietnamitas trabalham em fábricas de TI (tecnologia da informação). O que é característico de Taiwan (embora presente, mas de maneira diferente em outros países) é o papel dos corretores. O termo é usado para denominar agências de emprego no país que fazem a mediação entre empregadores, agências estrangeiras de recrutamento e migrantes. Com a permissão de uma intervenção de corretores, foi adicionado mais um mediador no processo de recrutamento e aumentou o custo da migração. O resultado é que trabalhadores já começam sua migração com uma dívida e ficam presos à sua condição atual de trabalho até que essa seja paga.

#### **e. O Sistema de Permissão de Emprego da Coreia do Sul**

Com uma rápida expansão econômica e precisando de trabalhadores, a Coreia do Sul resistiu recorrer à migração laboral por certo tempo. Inicialmente ela seguiu o exemplo do Japão e estabeleceu um sistema de estágio, com a intenção de preparar imigrantes para trabalhar em companhias coreanas que operavam em outros países. Na realidade, estagiários recebiam um salário de acordo com sua categoria, mas trabalhavam como empregados. Além disso, as perspectivas de emprego ao retornar ao país de origem não se materializavam. Assim, muitos deixavam seus estágios e encontravam trabalho irregular em pequenas e médias empresas. Finalmente, as disputas entre o Departamento do Trabalho (contra a implementação de políticas migratórias) e o Departamento da Indústria (a favor disso) foram resolvidas. E a Coreia do Sul adotou, em 2003, o Sistema de Permissão de Emprego (EPS, em inglês), que se diferencia de todos os outros modelos de migração temporária pois funciona com base em acordos entre governos, evitando a intermediação de

agências de recrutamento. Com o EPS, trabalhadores de países com os quais a Coreia do Sul tem um Memorando de Entendimento podem se registrar, indicando suas qualificações e habilidades, e empregadores registram vagas que não conseguem preencher com trabalhadores locais. Quando um se alinha ao outro, trabalhadores imigrantes têm que passar por um teste linguístico, para provar conhecimento suficiente do idioma coreano. Eles são contratados por 4 anos e 10 meses, e só podem renovar o contrato uma vez. Se ao final do contrato não voltarem ao país de origem, a Coreia do Sul pode retaliar contratando menos trabalhadores daquele país. Ao final de 2013, havia 547.590 imigrantes trabalhando na Coreia do Sul, dos quais 203.473 eram chineses de etnia coreana.

### **3. Similaridades e falhas da migração laboral temporária na Ásia**

Apesar das diferenças consideráveis nos diversos modelos, a recorrência à migração laboral temporária cresceu nos últimos anos. De acordo com estatísticas da OIT Organização Internacional do Trabalho, havia 105 milhões de trabalhadores migrantes em 2012, dos quais 30 milhões estavam na Ásia. Os países do Golfo tentaram diversas vezes diminuir sua dependência do trabalhador migrante, mas sem sucesso. As políticas de Cingapura e Taiwan permitem cada vez mais imigrantes e por períodos mais extensos. Na Malásia e Tailândia, as tentativas de diminuir a irregularidade também falharam e novos regulamentos são implementados de tempos em tempos. Países de origem como as Filipinas mostram um constante crescimento no envio de trabalhadores. De fato, 1.435.166 trabalhadores foram enviados em 2012 (embora dois terços desses tenham sido renovações de contratos). O crescimento contínuo da migração laboral pode indicar um fracasso de políticas migratórias restritivas. Na verdade, podemos dizer que a migração laboral se adapta às demandas de mercado e tenta maximizar os benefícios que esse movimento gera. Consequentemente, muitos falam de um cenário de ganho triplo com a migração laboral temporária.

#### **a. Maximização de benefícios para o país de destino**

Abella (2006, p. 21-22) indicou que os principais benefícios para os países de destino são de natureza econômica e inclui, entre outras coisas, a flexibilidade do mercado de trabalho, apoio para o déficit de mão de obra em algumas indústrias e fortalecimento de sua competitividade. Esses e outros benefícios econômicos se baseiam nas economias que o trabalho migrante gera: na educação e treinamento do profissional, nos benefícios sociais que a população local teria como trabalhadores e nos benefícios de longo prazo por não se estabelecerem, sozinhos ou com família, no país. Evidentemente que o objetivo do país receptor é tirar benefícios econômicos

da situação. Migrantes são considerados trabalhadores e não como pessoas que poderiam contribuir para vida social e cultural no país. No nível social o migrante é visto como problema. Consequentemente, manter a migração temporária é crucial.

### **b. Maximização dos benefícios econômicos para o país de origem**

O país de origem também prefere a migração laboral temporária pois, igualmente, essa maximiza seus benefícios. Uma lista básica das vantagens inclui: menor taxa de desemprego, mais recebimento de remessas de dinheiro, e trabalhadores com novas habilidades adquiridas no exterior. Não existe consenso sobre se a migração temporária de fato traz esses benefícios. No entanto, a remessa de dinheiro é algo concreto e é um dos principais fatores que vinculam a migração ao desenvolvimento. Novamente, nenhum benefício social é considerado nos resultados, talvez porque não se preveja nenhuma vantagem social nesse quadro. Quanto ao custo social para o país de origem, ele só poderá ser observado depois de anos, porém essas políticas normalmente focam em objetivos de curto prazo. Além disso, mesmo para países de origem a temporariedade é crucial, pois os custos sociais da migração são mínimos se o trabalhador só se ausenta de casa por um curto tempo. A migração permanente – com uma perda permanente de população e a erosão das remessas de dinheiro – é considerada mais prejudicial.

### **c. Maximização dos benefícios econômicos para o migrante trabalhador**

A migração temporária traz benefícios para o trabalhador. Para todos, mas especialmente para os menos qualificados, a migração é um modo de conseguir salários mais altos. Existem outras motivações na experiência migratória (melhorias profissionais e avanços na carreira, para os mais qualificados, novas experiências em outro país, para os jovens, e motivos familiares para outros), mas a melhoria econômica é o principal objetivo. Experiência de trabalho, maturidade, enriquecimento cultural e às vezes até uma experiência religiosa profunda podem ser benefícios adquiridos em uma experiência bem sucedida. Ainda assim, a migração temporária tem alguns custos: rompimentos familiares, distanciamento dos filhos, desencantamento próprio, problemas físicos e psicológicos, dificuldade de se reinserir no retorno para casa. Para o migrante, a temporariedade do projeto não é necessariamente crucial para conseguir o máximo de seus objetivos. O migrante deveria ser capaz de escolher a duração de sua empreitada.

Como o ganho triplo associado à migração laboral temporária não é incontestável e, na verdade, ela está cheia de abusos e violações, quais são as questões a serem discutidas? Essas questões são relativas ao modo como a migração temporária é gerenciada, ou seriam elas inerentes ao sistema?

## 4. Falhas no sistema migratório laboral

Falhas na experiência histórica do sistema migratório laboral são bem conhecidas. No entanto, mesmo programas modernos continuam a mostrar características problemáticas devido aos custos econômicos, sociais e psicológicos impostos aos imigrantes e à atuação descontrolada dos intermediários, bem como as irregularidades que travam o sistema.

A primeira falha nesse sistema é a incerteza de que a migração temporária continuará temporária. O motivo principal disso é que países de destino tentam suprir uma demanda permanente de trabalhadores com migrantes temporários. Eventualmente, empregadores acham mais fácil manter o trabalhador atual e não treinar novos imigrantes. A atualização constante do limite de estadia para Taiwan (originalmente 3 anos, mas atualmente 12) é um ótimo exemplo disso. Também temos o número crescente de trabalhadores que renovam seus contratos (dois terços dos que deixam as Filipinas todo ano) a indicar o mesmo problema. A temporariedade estrita não é praticável.

No entanto, chegou-se uma combinação do temporário com o permanente na Ásia: os migrantes são economicamente permanentes, dado que renovam seus contratos e continuam na mesma empresa, mas sendo legalmente temporários não podem acumular tempo de estadia para se tornarem residentes permanentes ou ganhar benefícios sociais. A migração temporária traz benefícios de curto prazo para o trabalhador, com seu salário mais alto, mas perdas a longo prazo, dado que não provê seu bem-estar social nem direitos de pensão.

Um forte elemento no insucesso da política de migração temporária em manter a migração como “temporária” na Europa foi a reunificação familiar. No contexto dos países europeus, a reunificação não poderia ser negada, já que era garantida pela Carta Social do Conselho Europeu. A Ásia resistiu à garantia de reagrupamento aos migrantes laborais, pois eles não teriam condições físicas de morar com suas famílias (a maior parte fica em campos de trabalho), e também porque países de destino não querem arcar com os custos sociais relacionados à famílias e ao estabelecimento de imigrantes em seu interior. Evitar a reunificação é provavelmente o principal motivo do sucesso da temporariedade da migração na Ásia. O custo pago pelos migrantes é expresso na solidão e isolamento nos quais vivem e que, em alguns casos, dificultam a criação dos filhos e causam separações familiares.

O segundo problema é o interesse limitado em lidar com os papéis dos intermediários (agenciadores). Intermediários são muito usados em migrações internacionais hoje em dia. O que costumava ser controlado tradicionalmente pelo governo, hoje em dia é gerenciado pelo setor privado. O interesse desse último em aumentar o envio de pessoas anda lado a lado com o interesse governamental em aumentar as remessas de dinheiro vindas do trabalho dos migrantes. Regras mais rigorosas seriam possíveis caso os governos aceitassem

menos emigrantes e remessas de dinheiro. O setor privado age com base no desejo de todas as partes interessadas pelo trabalho migrante, mesmo que regras e padrões de gerenciamento fiquem mais frouxos. Existem evidências de que países de origem podem ser mais coerentes em suas políticas (as Filipinas e a Indonésia mantiveram-se firmes e contiveram o envio de trabalhadoras domésticas para a Arábia Saudita). Entretanto, a competitividade dos países que mandam trabalhadores faz com que seja difícil impor regras padrão nas normas de recrutamento de migrantes.

Um terceiro problema refere-se aos custos da migração. De acordo com a Convenção e recomendação sobre trabalho decente para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos, nº189, no seu Artigo 15 que trata referente a regulamentação sobre as agências de recrutamento privadas (OIT, 2011), os migrantes não devem ser cobrados pelo recrutamento ou sua colocação no trabalho. O custo deve ser responsabilidade do empregador. Na verdade, a migração é cara, e para muitos migrantes pobres isso é pago através de empréstimos ou deduções salariais, o que prejudica seu poder de barganha caso algo dê errado. Depois que chegam ao local suas dívidas fazem com que fiquem em situações desfavoráveis. Considerando que seu emprego é temporário, os migrantes não podem perdê-lo, e sua autonomia é limitada.

A migração na Ásia também é caracterizada pela presença de migrantes irregulares. A migração irregular é uma realidade em todos os sistemas migratórios e está relacionada à proximidade geográfica dos países e suas diferentes condições socioeconômicas. Contudo, no sistema migratório laboral temporário a irregularidade acontece em todas as fases: recrutamento, admissão e emprego. É uma consequência de políticas incoerentes e não realistas. A falta de realismo e coerência estão presentes nos países de origem ao formularem políticas ideais que não podem ser implementadas por conta da alta demanda de trabalhadores no estrangeiro, ou que exigem condições que o mercado não está disposto a oferecer. Recrutadores acabam contornando facilmente as regras, e os migrantes estão dispostos a abrir mão da proteção social pela certeza de um emprego. Elas também estão presentes nos países de destino, que preveem metas irrealistas de admissão, ignoram a situação nas quais os migrantes vivem e trabalham. E também impedem a criação de um projeto de vida quando a migração fica restrita a temporariedade.

Em geral, o cenário de ganho triplo associado à migração temporária não reflete o mesmo nível de ganho para todos. Não só os imigrantes ganham menos, eles também pagam o preço pelo ganho dos outros. Embora isso seja característico de toda relação laboral, é particularmente enfatizado no sistema de migração laboral.

Para abordar essas problemáticas inerentes à migração laboral temporária, os EUA resolveram parar completamente com esse tipo de migração, e a Europa mudou suas políticas. No entanto, ela continua e é motivada pelo

desenvolvimento que gera e pode ser organizada para se evitar os problemas passados. Esta é a posição de pesquisadores e governos que dizem que a migração laboral vai funcionar se der certo para todas as partes envolvidas. Isso requer o preenchimento de três condições pré-existentes: “acesso ao mercado formal de trabalho; proteção e empoderamento dos migrantes; e uma certa garantia de temporariedade” (GFMD - Global Forum on Migration and Development 2007, 5). Nós já indicamos que a migração laboral não funciona para todos do mesmo modo. Além disso, a demanda de migrantes é gerada pelo mercado informal e a garantia de temporariedade é disfarçada pela renovação de contratos de curta duração. A próxima sessão desse texto abordará a problemática da proteção e empoderamento.

## **5. Uma migração baseada em direitos humanos**

A convicção de que um sistema migratório efetivo deve se basear no reconhecimento e respeito pelos direitos humanos ganhou chão no diálogo internacional. Isto é repetido em todas as reuniões internacionais e foi detalhado no “Quadro Multilateral sobre Migração Laboral” (OIT, 2006). Uma abordagem baseada em direitos humanos se torna necessária pois a migração, especialmente a laboral temporária, deixa o migrante vulnerável, uma vez que ele passa a ser um simples executor de trabalho; torna-se um peso ao sistema de bem-estar social; transforma-se em um estranho e um criminoso em potencial. Em vez disso, a base no direito humano prioriza o direito à dignidade dos migrantes, reconhece que sua identidade vai além da sua condição migratória e limita o poder do Estado sobre eles, mesmo os irregulares. A questão a ser levantada sobre essa abordagem é se eles têm proteção legal o suficiente e o que fazer para melhorar isso.

### **a. Instrumentos para a proteção dos direitos dos migrantes**

Paradoxalmente, os migrantes têm muitos instrumentos para defender seus direitos, mas pouca proteção de fato. Sem entrarmos em detalhes, eles são protegidos por todos os instrumentos de direitos humanos - a não ser que seja determinado o contrário - e por tratados regionais; pelas principais convenções da OIT e, especificamente, pela Convenção de Migração para Trabalho (Revisada) (97) de 1949, e pela Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes (Disposições Complementares) (143) de 1975. Mesmo a categoria menos protegida de migrantes, os trabalhadores domésticos, agora têm um instrumento internacional de proteção, a Convenção 189 da OIT. Finalmente, a Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (MWC, em inglês) ilustra extensivamente os direitos dos migrantes.

Com tantas ferramentas, quais são os motivos para a falta de proteção?

Porque esses instrumentos para a proteção dos migrantes estão entre os menos ratificados? A convenção 97 foi ratificada por 47 países; a convenção 143 por 23; e a MWC teve 37 ratificações.

Quais são os motivos da falta de ratificação? Em alguns casos existem obstáculos técnicos, disposições que os governos não gostam, como a que garantiria tratamento igual entre migrantes e cidadãos nacionais (art. 6 da Convenção 97 e art. 10 da Convenção 143), ou a que garante proteção caso ele perca seu emprego (art. 8 da Convenção 143), e até o desentendimento comunicativo, como o medo de que a MWC possa ditar política de admissão, o que na verdade ela não faz. Em outros casos existem dificuldades técnicas, como falta de experiência em lidar com o gerenciamento da migração. A maior parte dos problemas é de cunho político, especificamente não querer se amarrar à normas sobre um assunto que é mais valorizado quanto menos regulamentos tiver. Nesse sentido, pode-se dizer que quanto menos proteção é garantida aos trabalhadores migrantes, mais cresce o valor da migração temporária. Assim, qual seria a melhor abordagem para garantir que esses migrantes serão protegidos?

## **b. Em direção a uma melhor proteção dos migrantes**

O melhor amparo ao migrante vem de legislações nacionais. Elas podem proteger bem, mesmo sem o país ter assinado os instrumentos internacionais relevantes ao assunto. Por outro lado, legitimar esses documentos gera um quadro mais favorável para a legislação nacional. Nesse ponto, ainda é relevante incentivar a ratificação de convenções internacionais.

Como visto nas discussões anteriores, a proteção ao trabalhador migrante não vem de graça. Ela deve ser conquistada através de negociações. O nível mais relevante de negociação é de país para país. Os acordos bilaterais têm recebido mais atenção nas duas últimas décadas, e até os países do Golfo têm assinado acordos com os países de origem. Frequentemente esses são mais focados em facilitar o emprego e menos em proteção ao trabalhador (Batistella, 2012). Ainda assim, isso é um progresso em relação à abordagem de políticas unilaterais.

A proteção aumenta também se os migrantes têm acesso aos mecanismos de justiça, como cortes e outros instrumentos de arbitragem. Infelizmente, acesso ao sistema legal do país de destino é bem difícil para os migrantes, principalmente porque os processos podem ser longos e caros. A responsabilidade conjunta e solidária entre recrutadores e empregadores nas Filipinas oferece aos migrantes a possibilidade de conseguir justiça mesmo depois de repatriado, já que os recrutadores são responsáveis pelo tratamento dado aos trabalhadores enquanto estão em outro país. A princípio é uma boa ideia, mas é difícil que os julgamentos sejam favoráveis ao migrante.

Migrantes normalmente não podem se juntar a um sindicato, e muito menos formar um. Por esse motivo, acordos internacionais entre sindicatos para oferecer proteção aos cidadãos de países recíprocos são considerados como progresso. Contudo, muito mais pode ser feito para empoderar os migrantes tornando-os capazes de negociar sua própria situação.

Alguns autores argumentam que aumentar a proteção dos trabalhadores migrantes pode não ser tão interessante para os países de origem, ou mesmo para os migrantes. Pois, os países de destino podem diminuir o número de trabalhadores aceitos para aumentar a proteção (Ruhs e Martin 2006). Recentemente (Ruhs, 2013) argumentou que uma abordagem baseada estritamente em direitos deve dar lugar a outra na qual se possa discutir quais direitos devem ser protegidos e quais podem ser suprimidos.

Em minha opinião, o debate deveria determinar alguns pontos permanentes. Primeiramente, deveria haver um nível de proteção aos migrantes que fosse não negociável. A proteção dos direitos fundamentais e da dignidade deve ser inquestionável, independente do número de migrantes aceitos no país. Se a garantia dos direitos fundamentais não for aceitável, então não deve haver migração no país.

Em segundo lugar, se o nível de proteção garantido estiver abaixo dos padrões internacionais, a determinação desse nível não deveria ficar unicamente nas mãos de empresas e do governo do país de destino. Acordos entre países de origem sobre condições básicas de trabalho continuam sendo necessárias. Assim, “todas as partes interessadas devem se juntar nessa tarefa” (IOM, 2005, p. 71).

Além disso, se a negociação por um nível menor de proteção é motivada pela maximização de lucros da empresa contratante, esse objetivo deve ser contestado, pois não há limite para essa vontade de lucrar. Mais uma vez vemos a necessidade de mais autonomia para os migrantes, para que possam defender o que é importante para eles.

Por fim, voltamos ao mesmo assunto básico: que a baixa proteção ao trabalhador migrante é inerente ao sistema, apesar de suas diferenças regionais. Para trabalhadores de baixa qualificação, quanto mais temporário o programa, menor a proteção. A recomendação de organizações internacionais para migração com proteção adequada parece ilusória frente aos fatos reais. A única solução parece ser organizar a migração temporária para que ela possa ser estendida pelo migrante conforme suas necessidades. A duração e estabelecimento do indivíduo deve vir acompanhada da progressão adequada de seus direitos.

## Notas:

1 - “Livro Branco da População” – documento organizado pelo Governo de Cingapura para sistematizar e avaliar a articulação entre população e desenvolvimento do país. A edição citada pelo autor tem como título: “A sustainable population for a dynamics Singapore – Population White Paper”. (Nota do Editor)

## Referências

ABELA, Manolo. Policies and best practices for management of temporary migration. *International Symposium on International Migration and Development*. Turin, 28-30 June 2006.

BADE, Klaus J. *Migration in European History*. Malden, MA: Blackwell, 2003.

BATTISTELLA, Graziano. Multi-level Policy Approach in the Governance of Labour Migration: Considerations From the Philippine Experience. *Asian Journal of Social Science* 40 (2012) 419–446.

BOBEVA, Daniela; GARSON, Jean-Pierre. Overview of Bilateral Agreements and Other Forms of Labour Recruitment. In. OECD - *Organization for Economic Cooperation and Development*. *Migration for Employment Bilateral Agreements at a Crossroad*. Paris: OECD, 2004.

CANADA. *Immigration*. Canada, 2013.  
Disponível em: [www.cic.gc.ca](http://www.cic.gc.ca)

CASTLES, Stephen. Guestworkers in Europe: a resurrection? *International Migration Review*, Vol. 40, N. 4, 2006.

CHEANG, Sopheng. Number of Cambodian workers leaving under pressure from Thailand tops 160,000. *Star Tribune*, June 16, 2014.

DIBP – Department of Immigration and Border Protection. *Immigration*. Australia, 2013.  
Disponível em: <http://www.border.gov.au/>

EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Homeland security*. EUA, 2012.  
Disponível em: [www.dhs.gov](http://www.dhs.gov)

GCIM - Global Commission on International Migration. Migration in an Interconnected World: New Directions for Action. *Report of the Global Commission on International Migration*. CGIM, New York, 2005.

GFMD - Global Forum on Migration & Development. *Temporary labor migration as a contribution to development: sharing responsibility*. Background Paper. GFMD, Brussels 9-11 July 2007.

IOM - International Organization for Migration. *Labour Migration in Asia: Protection of Migrant Workers, Support Services and Enhancing Development Benefits*. IOM: Geneva, 2005.

- KAPISZEWSKI, Andrzej. *Arab versus Asian Migrant Workers in the GCC Countries*. United Nations Population Division. UN/POP/EGM/2006/02.
- LEVINSON, Amanda. *The Regularisation of Unauthorized Migrants: Literature Survey and Country Case Studies*. Centre on Migration, Policy and Society, University of Oxford, 2005.
- MARTIN, Philips. *Promise Unfulfilled: Unions, Immigration and Farm Workers*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2003.
- McLOUGHLIN, Sheena; MÜNZ, Rainer. *Temporary and circular migration: opportunities and challenges*. European Policy Center, Working Paper N. 35, March 2011.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção e recomendação sobre trabalho decente para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos* (Convenção nº189). OIT: Genebra, 2011. Disponível em: [http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/nota\\_5\\_convencao\\_recomendacao\\_450.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/housework/doc/nota_5_convencao_recomendacao_450.pdf)
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 97- Sobre os trabalhadores migrantes* (Revisada). OIT: Genebra, 1949.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Multilateral Framework on Labour Migration Non-binding principles and guidelines for a rights-based approach to labour migration*. OIT: Geneva, 2006
- PLEWA, Piotr; MILLER, Mark J. Postwar and Post-Cold War Generations of European Temporary Foreign Worker Policies: Implications for Spain. *Migraciones Internacionales*, 3 (2) 2005.
- RUHS, Martin. *The potential of temporary migration programs in future international migration policies*. Geneva: Global Commission on International Migration, September, UN, 2005.
- RUHS, Martin. *The Price of Rights. Regulating International Labor Migration*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 2013.
- RUHS, Martin; MARTIN, Philip. *Numbers vs. Rights: Trade-offs and Guest workers programmes*. University of Oxford, Centre on Migration, Policy and Society, WP 40, 2006.
- SINGAPORE. National Population and Talent Division, A Sustainable Population for a Dynamic Singapore. *Population White Paper*. Singapore, 2013a.
- SAUDI ARABIA. *Royal Decree 51 of 2013*. SAUDI ARABIA, 2013.
- SINGAPORE. *A sustainable population for a dynamics Singapore – Population White Paper*. Singapore, 2013.
- UM-DESA - United Nations, Departments of Economic and Social Affairs. *International Migration 2013*, New York 2013.

## **RESUMO:**

Países tradicionais de imigração buscam políticas de migração permanente e concedem, todo ano, certo número de vistos para a residência permanente. Os procedimentos para concessão de vistos, os requerimentos para obtê-los e a sua distribuição variam de país para país. Mas, o objetivo comum é permitir que imigrantes residam em seus territórios. Contudo, na verdade, todos os países têm algum modelo de migração temporária. Esse tipo de movimento tem recebido muita atenção nos últimos 10 a 15 anos. Trata-se de um interesse que lança novas questões sobre as vantagens e desvantagens da migração laboral, sua sustentabilidade e a possibilidade de uma abordagem da migração temporária baseada em direitos. Esse artigo irá examinar experiências históricas de migração temporária e sua recente volta. Também analisará esse movimento na Ásia, concernindo seus quatro modelos diferentes e incluindo suas vantagens e desvantagens. O artigo será concluído apontando elementos para uma abordagem da questão migratória baseada em direitos.

**Palavras chaves:** migração temporária, trabalho, políticas migratórias

## **ABSTRACT:**

Traditional countries of immigration are seeking permanent migration policies and grant every year, a certain number of visas for permanent residence. The procedures for issuing visas, applications to get them and the distribution of these vary from country to country. But the common goal is to enable immigrants residing in their territories. However, in reality, all countries have some temporary migration model. This type of movement has received much attention in the last 10-15 years. This new interest raises new questions about the advantages and disadvantages of labor migration, its sustainability and the possibility of a temporary migration approach based on rights. This article will examine historical experiences of temporary migration and its recent back. Also examine this movement in Asia, concerning its four different models and including their advantages and disadvantages. The article will conclude by pointing elements for an approach to the migration issue rights-based.

**Key words:** temporary migration, labor, migration policies

# Legalmente necessários, socialmente (in) desejados: imigrantes brasileiros no mercado de trabalho japonês

*Katiani Tatie Shishito* \*  
*Mariana Shinohara Roncato* \*\*

## Introdução<sup>1</sup>

No contexto das migrações internacionais contemporâneas, a imigração de brasileiros no Japão ficou conhecida como “imigração *dekassegui*”, sendo que a raiz dessa palavra japonesa está intimamente relacionada com o mundo do trabalho. O termo *dekassegui* (出稼ぎ) tem sua origem no substantivo japonês que é derivado de dois verbos: *deru* (出る)-sair e *kasegu* (稼ぐ) - ato de ganhar dinheiro através do trabalho, designando assim a pessoa que sai de sua terra de origem para trabalhar por um determinado período em outro lugar. Tal como sua origem etimológica, o fenômeno social da imigração *dekassegui* também está estreitamente ligado ao mundo do trabalho e sua análise, portanto, não poderia se dissociar da compreensão das relações deste, bem como das políticas migratórias decorrentes da conjuntura econômica e social do Japão.

Entendemos igualmente que a complexidade deste fenômeno, muito além das políticas migratórias e do mundo do trabalho, abarca diversas questões relevantes, tais como temas referentes à identidade, memória, família, gênero, educação, preconceitos/xenofobia, entre outras importantes problemáticas. No entanto, neste artigo, apresentamos uma discussão que relaciona principalmente trabalho e política migratória. Esta relação é feita mediante exposição cronológica dos acontecimentos que consideramos pertinentes para compreensão, tanto do cenário do mundo do trabalho japonês quanto da inserção do imigrante *dekassegui* no Japão.

Para analisar a dinâmica das Políticas de Controle de Imigração utilizamos as publicações documentais do *Immigration Bureau* ligado ao Ministério da Justiça

---

\* *Doutoranda no Departamento de Demografia/IFCH/NEPO da UNICAMP. Contato: katischishito@hotmail.com*

\*\* *Doutoranda no Departamento de Sociologia/IFCH da UNICAMP. Contato: mari\_roncato@yahoo.com.br*

do Japão. Atenção particular é voltada ao modo como essas políticas tiveram reflexo na imigração de brasileiros naquele país e como o mundo do trabalho está estreitamente relacionado a esta dinâmica. No que concerne a análise das relações de trabalho, utilizamos os dados do *Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social (Kousei Roudoushō)*, com enfoque nas principais transformações e flexibilizações nas relações contratuais que atingem diretamente a classe trabalhadora.

## Do país fechado à segunda potencia mundial

Diferentemente de países da Europa, dos Estados Unidos ou do Brasil, o Japão não tem uma tradição consolidada em receber imigrantes. Em seu feudalismo houve um período de auto isolamento conhecido como *Sakoku*<sup>2</sup>, no qual o Japão interrompeu todo intercâmbio com outros países, exceto uma parcial abertura para comércio com a Holanda, Coreia e China. Este período de *Sakoku* teve uma duração consideravelmente longa entre os anos de 1639-1854. As mudanças para abertura do relacionamento com outras nações só aconteceram com a *Restauração Meiji*, em 1868. Oficialmente, somente após o decreto no ano de 1899, chamado *Naichi Zakkyo*<sup>3</sup>, é que foi promulgada a abertura do país ao comércio, assim como abolidas as restrições para a permanência, residência e livre circulação de imigrantes em solo japonês.

A reforma política e social da *Restauração Meiji* foi liderada pela nova elite japonesa, que se configurou com a implantação de um sistema social moderno, que implicava em um Estado centralizado, numa economia industrial e em um sistema colônia que ocorreu na região asiática com as Guerras Sino-Japonesa (*nichuu-sensou*), Guerra Russo-Japonesa (*Nichiro-sensou, 1905*) e Ocupação japonesa na Coreia (ODA, 2011. p.106). A ideia de nação japonesa, portanto, reforçada na era Meiji é construída através da necessidade de um Estado forte (o Estado-Nação) que, para isso (tal como aconteceu na Europa), requer a criação da ideia de homogeneidade étnica, mesmo que construída artificialmente (ASADA, 2001, p.37). Dessa maneira, embora no Brasil tenha se tornado recorrente a imagem atribuída aos japoneses, enquanto pertencentes a uma *cultura milenar* de um povo *étnico homogêneo*, a ideia socialmente construída de uma base cultural comum a toda nação japonesa é recente (ODA, 2011).

O período que se segue, é marcado pela derrota do Japão na II Guerra Mundial e as transformações no país decorrente deste marco histórico. Logo após a derrota, o país foi ocupado pelos Estados Unidos e sofreu mudanças intensas, tanto do ponto de vista geopolítico (o “grande império japonês” foi diminuído consideravelmente), demográfico (implicando num movimento de migrações entre ex-metrópole e ex-colônias), e da própria administração governamental e de defesa do Japão que ficou por conta da intervenção dos Estados Unidos (ODA, 2011). Essas mudanças tiveram efeito significativo sobre as políticas de controle migratório, agora definidas pelos Estados Unidos<sup>4</sup>.

O momento seguinte, especialmente depois da II Guerra Mundial até a década de 1980, geralmente é associado à inexistência da presença de imigrantes. Segundo a pesquisadora da história japonesa Morris-Suzuki (2006, p.3), alguns estudos apontam que o Japão teve um crescimento econômico no Pós-Guerra sem a presença de imigrantes. Conforme sua compreensão, tal perspectiva criaria um espaço em branco (*blank space*) da história e memória do Japão que ignorou a presença destes imigrantes invisíveis (*Invisible Immigrants*).

Segundo Morris-Suzuki (2006), ainda que houvesse uma carência de dados estatísticos em relação a imigração, não podemos dizer que não existiam imigrantes em solo japonês durante aquele período. Esta autora se apropria de diversos relatos, assim como de alguns dados referentes à imigração indocumentada e prisões de imigrantes desde a década de 1940, concluindo que sempre houve a presença de imigrantes considerados “ilegais”, especialmente oriundos da Coreia, Taiwan e China. Assim, ela pontua que há distintas maneiras de se interpretar este período, como por exemplo, dizer que

[...] a economia japonesa não “dependeu” de trabalho estrangeiro em seu período de alto crescimento. Enquanto o trabalho de estrangeiros formou uma proporção substancial na força de trabalho de alguns países europeus durante a década de 1960 e 1970, no Japão este número, em relação ao tamanho total da força de trabalho, era de longe, muito pequeno para dar a ideia de uma noção de “dependência”. Mas isto é diferente de dizer que o Japão atingiu seu alto crescimento econômico “sem importar” o trabalho estrangeiro (MORRIS-SUZUKI: 2006, p. 121, tradução nossa).<sup>5</sup>

Esta perspectiva abre caminhos para pensarmos que, ainda que o Japão não tenha “dependido” da força de trabalho do imigrante, sua presença ao longo desse período parece evidente. Os imigrantes dessa época viviam sem documentos e trabalhavam como operários em pequenas empresas locais. Como iremos expor ao longo deste artigo, percebemos que o *lócus* de trabalho de muitos dos imigrantes irá permanecer o mesmo, situado em funções consideradas não qualificadas dentro da divisão social do trabalho.

A análise de Morris-Suzuki (2006) se mostrou pertinente para a compreensão da história moderna do capitalismo japonês. Assim como esta autora afirma que o imigrante claramente contribuiu para o crescimento do Pós-Guerra, o trabalhador brasileiro no Japão hoje certamente tem um importante papel para a reprodução do capitalismo daquele país. Neste movimento, a atual fase do controle migratório japonês aparece como um aperfeiçoamento e adequação do tipo de controle necessário à atual conjuntura econômica e social e não como um controle regido de forma abstrata ou algo de pouca relevância na história japonesa. Ou seja, só é possível compreender a escolha da “importação” (como

expressou Morris-Suzuki) de brasileiros como força de trabalho mediante a compreensão socioeconômica da necessidade deste contingente, assim como o lugar que o *dekassegui* ocupa na sociedade japonesa é fruto da maneira como o Estado japonês historicamente se relaciona com o “outro” manifestado em suas políticas migratórias do sec. XX.

No Pós-Guerra, o investimento maciço em educação, ampliação do contingente disponível para força de trabalho, criação de banco com concessão de capitais e créditos a baixo custo, exportação intensiva de produtos japoneses, foram alguns componentes constitutivos deste cenário. O crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) entre as décadas de 1950-1970 foi em torno de uma extraordinária taxa de 10%, fazendo do Japão a segunda economia mundial em 1968<sup>6</sup>.

Não obstante a importância em dar “visibilidade” ao imigrante no Japão, de fato sua proporção é relativamente pequena dentro da população. Entre 1950 a 1988, esse percentual<sup>7</sup> era em torno de 0,6 % da população. Já na década de 1980, esse número começa a aumentar, chegando no ano de 2010 a 1,67 % da população do Japão<sup>8</sup>.

Na década de 1980, a permanência de imigrantes asiáticos (China, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia, Paquistão, Bangladesh, entre outros) começa a se evidenciar (SASAKI, 2000). Esses imigrantes entravam no Japão geralmente com vistos de turistas. E expirada sua validade, permaneciam no país exercendo trabalhos que não exigiam qualificação profissional. Entretanto, o Japão tem como política migratória não aceitar a permanência de trabalhadores imigrantes não qualificados, por isso, nesta época, a maioria deles permanecia indocumentada, trabalhando em empresas de médio e pequeno porte, na construção civil, como também havia a presença de mulheres asiáticas trabalhando na indústria do sexo, como *entertainer* ou *bar hostess*<sup>9</sup> (MORITA e SASSEN, 1994, *apud* SASAKI, 2000, p.17).

Nessa década de 1980 ocorreu a chamada *bolha econômica* japonesa, com momentâneas euforias no mercado financeiro, bem como uma taxa de desemprego baixíssima de 2,26 %. Neste período, a carência de força de trabalho, essencialmente na construção civil era preenchida por aqueles imigrantes oriundos dos países asiáticos. Não obstante, a existência de uma população imigrante indocumentada foi algo considerado preocupante pelo governo japonês daquela época. Essa população muitas vezes apresentava características culturais bastante distintas da japonesa e a ela era atribuída a ideia do “perigo do estrangeiro”. Essa preocupação é percebida quando consideramos as mudanças feitas pela terceira reforma na Lei de Imigração do Japão (*Immigration Control and Refugee Recognition Act*) no ano de 1990.

Paralelamente, no Brasil as décadas de 1980 e 1990 apresentaram um novo movimento emigratório, em que o número de brasileiros que emigraram para o exterior aumentou substancialmente. Conforme argumentam Patarra e Baeninger (2006), aconteceu para esses emigrantes que se dirigiam

principalmente para os países do Primeiro Mundo uma busca por mobilidade social, que se encontrava truncada no Brasil da década de 1980 (chamada década perdida). Os nipo-brasileiros que migraram ao Japão, sejam estes pertencentes à classe trabalhadora brasileira ou alguns poucos oriundos da classe média sentiram perdas significativas em seus padrões de vida, sendo a opção de “tornar-se um imigrante” um dos motivos para o retorno ao país de seus ancestrais, de suas origens.

## A dinâmica das políticas de controle de imigração

As políticas de controle de imigração são diretrizes do governo japonês desenhadas, em uma relação de controle e flexibilização, de acordo com a realidade econômica, social, política, cultural e demográfica do país. Dessa maneira, considerando o processo histórico da imigração no Japão exposto anteriormente, segue-se que o primeiro Plano de Controle de Imigração foi estabelecido em 1951, intitulado *Immigration Control Order* e influenciado pelos Estados Unidos logo após a Segunda Guerra Mundial. Este plano permitia a entrada de imigrantes como residentes permanentes similar às políticas de imigração americanas (KONDO, 2002).

No entanto, o tipo de permissão de residência permanente para imigrantes nunca fora admitido facilmente pelo Japão e dessa forma, o primeiro plano foi abolido e em seu lugar foi instituído o novo *Immigration Control and Refugee Recognition Act* em 1982. A reforma se caracterizou pela não permissão do estabelecimento de residência permanente para imigrantes no Japão e pela não admissão de força de trabalho não qualificada, os direitos sociais para imigrantes eram limitados e a política permaneceu sem muitas alterações até sua seguinte reforma em 1990 (KONDO, 2002).

Havia um debate no Congresso japonês naquela época, no tocante à necessidade de diversas reformas referentes à essa Lei de Imigração, pelas constantes mudanças na conjuntura social do país. É por esta razão que sai, em 1990, a terceira reforma do *Immigration Control and Refugee Recognition Act*, modificando diversos aspectos no que se refere ao controle de migração.

Embora a reforma tenha sido estimulada, em parte, para restringir o excessivo número de imigrantes oriundos dos países asiáticos e para deixar mais restrita a entrada e permanência desses imigrantes, ela passou a permitir a entrada e permanência de imigrantes descendentes de japoneses até terceira geração (*nikkeis*<sup>10</sup>). Além dos *nikkeis*, também seus cônjuges e dependentes poderiam entrar e permanecer no Japão com um tipo de visto especial que os permitiam exercer qualquer tipo de atividade, inclusive trabalhos sem qualificação profissional (ISHIKAWA, 2009). Esta terceira reforma também permitiu a entrada legalizada de “estagiários” (*trainees*). Esse tipo de visto de entrada e permanência<sup>11</sup> no Japão visa a transferência de tecnologias para os países em desenvolvimento, através do treinamento técnico desses imigrantes.

No entanto, esses imigrantes passaram a compor também a força de trabalho em postos não qualificados no Japão (KONDO, 2002).

Para Kajita, (*apud* KONDO: 2004, p.2) o governo japonês, ao fazer a reforma da Lei de Imigração de 1990, não tinha intenção direta de estimular a entrada do trabalhador imigrante *nikkei*. Tratava-se de resolver problemas jurídicos referentes a indivíduos de nacionalidade chinesa e coreana que já residiam no país, como por exemplo, a tentativa de solucionar a questão de legalização da residência da terceira geração de coreanos *nikkeis* residentes no Japão. Dentro destas reformas, a alteração referente à entrada e permanência de *nikkeis* de até terceira geração foi a que se desdobrou na possibilidade de os brasileiros e outros latino-americanos descendentes de japoneses entrarem e permanecerem legalmente em solo japonês.

Para o sociólogo japonês Toshio Kondo, ainda que o governo japonês não tivesse o propósito claro de recrutar esses *nikkeis* como trabalhadores, seria perfeitamente previsível um prognóstico do aumento de trabalhadores *nikkeis* latino-americanos. O autor considera ainda que o governo japonês, apesar de prever o trabalho *nikkei*, não preparou leis ou sistemas referentes à oferta e procura relativas à força de trabalho imigrante (KONDO, 2004). A rota do trabalhador imigrante *nikkei*, por não estar juridicamente regulamentada, acaba se tornando algo que estaria permanecendo nos subterrâneos (*underground*) da sociedade (KONDO, 2004, p,3), dificultando o acesso às informações da realidade desses trabalhadores.

O caráter excepcional com o qual se trata a questão dos trabalhadores *nikkeis* nos parece evidente pois, do ponto de vista jurídico, estes trabalhadores não estão no Japão em função de seu trabalho, mas sim em decorrência de sua ascendência (YASUDA, 2010). A entrada desses *nikkeis* brasileiros, exclusivamente pelo viés étnico, segundo a visão jurídica e formal, parece camuflar o caráter de migração para o trabalho, o que possibilita igualmente a ausência de assistência ou regulamentação específica para este tipo de trabalho imigrante não qualificado que, formalmente inexistente.

Paradoxalmente e a despeito da intenção de não recrutar força de trabalho não qualificada por parte do governo, o número de brasileiros residentes no Japão, que em 1989 era de 14 mil, saltou para 119 mil<sup>12</sup> em 1991, apenas em um ano após a terceira reforma da Lei Migratória. Kondo (2004, p.9) afirma que, na perspectiva do mundo econômico<sup>13</sup>, essa reforma certamente pretendia uma alteração que possibilitaria a entrada de trabalhadores *nikkeis* latino-americanos sem qualificação profissional no mercado da força de trabalho.

Em nossa compreensão, apesar de sutil, existe uma diferença no discurso que permite a “entrada de *nikkeis* até terceira geração” para exercerem qualquer tipo de trabalho, mas na prática são sobretudo trabalhos “não qualificados”, ao invés de permitir a “entrada de trabalhador sem qualificação”. Caso o governo japonês permitisse a entrada de trabalhadores não qualificados, haveria a necessidade de abrir seu território para as mais diversas nacionalidades, muito além dos *nikkeis*.

Essas mudanças na política de controle de imigração responderam sobretudo à uma necessidade nas questões do desenvolvimento econômico do Japão. Em nossa compreensão, as mudanças ocorridas na reforma da política de controle migratório se assentam em bases materiais muito particulares, mesmo que, do ponto de vista do discurso político, essa base material não se apresente de maneira cristalizada.

## **A informalidade das relações de trabalho no Japão: O lugar do imigrante dekassegui**

Não parece ser coincidência que, no mesmo período em que foi instituída a terceira reforma da política de controle de imigração, o Japão começava a encarar também o crescimento do fenômeno da informalidade no mundo do trabalho. Esse fenômeno vem crescendo gradativamente desde o final da década de 1980 e especialmente a partir da década de 1990. As relações de trabalho consideradas informais, as quais nos referimos, têm como critério a abordagem utilizada no Japão em que os trabalhadores ocupados e empregados (excluídos os empregadores) se dividem em: trabalhadores de tipo efetivo/regular (*seiki kyouyou* 正規雇用) e não efetivo/irregular (*hiseiki koyou* 非正規雇用) sendo este segundo marcado pela informalidade.

Os trabalhadores de tipo efetivo são aqueles diretamente contratados pela empresa por tempo indeterminado e usufruindo de todos os direitos sociais conquistados. Sua característica principal é a estabilidade no trabalho e seu reflexo nas condições sociais de vida oriundas da proteção social. Sua figura mais representativa é o chamado *salaryman* (*sarariiman*, サラリーマン), o trabalhador homem *white-collar*.

Trabalhadores de tipo não efetivo/irregular podem ser subdivididos em diferentes tipos de relações contratuais como: temporário (*part-time job*, パートタイム), *arubaito* (アルバイト outra modalidade de trabalho temporário, geralmente de duração mais curta), terceirizados (*haken shain*, 派遣社員), trabalhador por contrato de tempo determinado (*keiyaku shain*, 契約社員), entre outras novas relações contratuais como trabalhador de tipo diário (*hiyatoi*, 日雇い), entre outros. Sua principal característica é a instabilidade de contratos de trabalho, direitos sociais historicamente conquistados sendo tendencialmente reduzidos, se comparado ao trabalhador efetivo.

Segundo dados do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social do Japão<sup>14</sup>, a evolução do trabalho informal no Japão vem crescendo de maneira significativa. Em 1985, 16,4% dos trabalhadores empregados se enquadravam na categoria de trabalhador de tipo não efetivo (*hiseiki*), em contraste com 83% da população como trabalhadores de tipo efetivo (*seiki*). Em 1990, a proporção dos trabalhadores não efetivos passou para 20,2%, chegando a mais de 35 % em 2013.

Os imigrantes *dekasseguis* estão inseridos no mercado de trabalho japonês, sobretudo na informalidade, com contratos de trabalho flexíveis, poucos direitos trabalhistas e sociais assegurados, bem como exercem longas jornadas de trabalho e têm alta rotatividade de empregos. De modo geral, não existem muitos dados abrangentes e detalhados acerca do mercado da força de trabalho imigrante residente no Japão. Segundo as referências que obtivemos<sup>15</sup>, em 2013 eram 717 mil trabalhadores imigrantes legalmente cadastrados, dos quais 13,3% eram brasileiros (95 mil trabalhadores cadastrados). Nesse mesmo ano, dos 181 mil imigrantes brasileiros registrados no Japão, cerca de 160 mil possuíam vistos de permanência pela sua ascendência *nikkei* como: *residência permanente (eijyuu-sha)*, *residência temporária (teijyuu-sha)* entre outros. Essa condição caracteriza a estadia por laços de consanguinidade<sup>16</sup>, isto é, a entrada e permanência não ocorreram por vistos para exercer trabalhos técnicos, antes, o trabalho de brasileiros no Japão é constituído por trabalhos considerados não qualificados.

Os setores que mais contratam brasileiros são os de autopeças para indústria automobilística, seguido pelas fábricas manufatureiras de componentes eletroeletrônicos, e as fábricas de “marmitex” (*bentou-ya*)<sup>17</sup> respectivamente (HIGUCHI, 2010). O brasileiro imigrante, com exceção dos que trabalham em estabelecimentos voltados para a população brasileira, trabalha em fábricas, ou *kaishas*<sup>18</sup> majoritariamente de médio e pequeno porte, que empregam até 300 trabalhadores. Suas condições de trabalho são extremamente precarizadas, com longas jornadas de trabalho, alta rotatividade mediante processos de trabalho repetitivos. As relações de trabalho são em sua maioria informais, com contratos de trabalho de curta duração, seguridades sociais tendencialmente ausentes, regidos pelo modelo flexível, isto é, com pouca estabilidade, o que implica em dificuldades de planejamento e perspectivas para o futuro.

Dos trabalhadores brasileiros em 2013, 56,5% trabalhavam na indústria e 26,7% em diversos ramos de serviços<sup>19</sup>. Na indústria, 55% trabalhavam como terceirizados ou na forma de empreitada. Isto não significa que o restante (45%) eram trabalhadores *dekasseguis* efetivos das empresas, mas sim, possuíam contratos por tempo determinado (*keiyaku shain*) com a empresa, ou eram *arubaito*, entre outras modalidades marcadas pela informalidade. Dos trabalhadores imigrantes oriundos dos países que compõe o G8 (grupo dos oito países mais poderosos do mundo)<sup>20</sup>, quase metade (45%) trabalha na área da educação, sendo pouquíssimos os trabalhadores operários entre os imigrantes destes países.

Verificamos aqui uma divisão bastante clara no que tange a nacionalidade em relação aos trabalhos qualificados e não qualificados. Podemos considerar que estes imigrantes residentes no Japão, não chegam ao país e lá se estabelecem no mercado de força de trabalho de forma aleatória. A divisão social do trabalho opera antes mesmo de sua chegada ao território, pois a entrada no Japão já o classifica de acordo com a função que ele irá exercer em território japonês.

A crise econômica de 2008 parece ter sido o momento oportuno para explicitar diversas relações de trabalho dos *dekasseguis*. Especialmente no seu auge foi percebida uma queda abrupta no salário, redução dos dias e da jornada de trabalho, fim das horas extras, como também a demissão em massa em alguns setores nos quais os *dekasseguis* se inserem, tais como o automobilístico e o eletroeletrônico. Nesse período, relatos de brasileiros que não conseguiam suprir suas necessidades básicas de subsistência, assim como *nikkeis* que perderam a moradia não foram raros. A conclusão que se chega é de que as condições e relações de trabalho dos *dekasseguis*, podem, a qualquer momento, se transformar, mostrando-se frágeis por justamente não haver uma base consolidada e estável de sua inserção no mercado de trabalho.

A partir da crise de 2008, somado ao *Grande Terremoto de Tohoku* em 2011, o reflexo na economia tem sido bastante severo, as políticas de controle migratório também começaram a refinar a já existente seletividade no controle migratório, mesmo entre os imigrantes que já residiam no país de forma legalizada.

## **As políticas migratórias atuais: entre os imigrantes desejáveis e os indesejáveis**

Após a emenda na Lei de Imigração de 1990 (terceira reforma do *Immigration Control and Refugee Recognition Act*<sup>21</sup>), foi criado um ‘Plano Básico para Controle da Imigração’ [PBCI]. Segundo consta em seus documentos, o PBCI foi criado para estabelecer as diretrizes básicas do Japão sobre o controle de imigração e aumentar a transparência dessa administração tanto para o próprio Japão, como para os países estrangeiros, além de implementar medidas coerentes com essas diretrizes (MINISTRY OF JUSTICE. 2nd. BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL,[PBCI] 2000). Esse documento formulado pelo Ministério da Justiça do Japão ficou pronto em 1992 e se tornou o ‘1º Plano Básico de Controle de Imigração’. Após a publicação de sua segunda edição no ano 2000. Uma terceira edição foi publicada em 2005, e a quarta edição em 2010.

A primeira edição do PBCI tinha como objetivos “facilitar a aceitação de estrangeiros” ao mesmo tempo em que propunha a “recusa dos estrangeiros desfavoráveis” sendo essas as duas principais tarefas que cumpririam os Planos Básicos (MINISTRY OF JUSTICE. 2nd. BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2000). De acordo com essa declaração por parte do governo japonês, percebemos que a política migratória, apesar de propor a aceitação de imigrantes, deixa claro que não é qualquer imigrante, senão, o profissional qualificado. Isso, mesmo em período de grande desenvolvimento econômico. Por ‘estrangeiros desfavoráveis’ entende-se os imigrantes sem qualificação profissional, aqueles que entram e permanecem no Japão de forma indocumentada, entre outros não previstos pela lei.

Nosso questionamento aqui seria o de pensar qual é o lugar que ocupa o imigrante *dekassegui* na política de controle migratório. Consideramos que ele esteja situado no limiar justamente entre o imigrante desejável e o indesejável. Pois, apesar de estar legalmente no Japão, ocupam postos de trabalho sem qualificação profissional, aumentando uma população de imigrantes não qualificados, situação que contraria o que o Japão espera do ponto de vista da imigração.

Dessa maneira, segue-se que a segunda edição do PBCI no ano 2000 mantém inalteradas essas diretrizes, mas propõe flexibilizações e medidas a serem propostas por questões relativas: i) ao rápido processo de internacionalização e globalização provocada pelo avanço das telecomunicações, transporte e liberalização dos sistemas econômicos, ii) ao processo de rápido envelhecimento da população com a queda da fecundidade e com a previsão de que a população japonesa começaria a decrescer na década de 2000, iii) a partir dos dois pontos anteriores, lidar com a questão de uma maior abertura do Japão à imigração como parte de um processo de maturidade social, mas considerando também seu histórico de percepção do povo japonês à essa questão, iv) à segurança nacional que pode ser colocada em risco com o grande número de imigrantes indocumentados<sup>22</sup>, pois os crimes cometidos por imigrantes no Japão em anos anteriores foram considerados um sério problema para a sociedade japonesa (MINISTRY OF JUSTICE. 2nd. BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2000).

Essa segunda edição do PBCI, lançada no ano 2000, apresenta maior preocupação do Japão em flexibilizar a política de controle migratório por questões relativas às dinâmicas econômicas e demográficas do país. Em relação a dinâmica demográfica, o debate se inicia com a queda da fecundidade no Japão, que ocorreu de forma rápida e intensa a partir de meados do século XX. Embora as políticas migratórias japonesas e suas reformas tenham sua origem muito mais ligada a contextos e conjunturas socioeconômicas e políticas (pós-guerra principalmente) do que à própria dinâmica demográfica, a estrutura da população se apresenta como mais um fator de mudanças.

O desafio na entrada do século XXI para as políticas de controle migratório parece ser também o de considerar seu planejamento visando amenizar as consequências que surgiram da queda da fecundidade e consequente transição da estrutura etária no Japão<sup>23</sup>. Nesse sentido, os principais desafios estão relacionados ao envelhecimento da população com a diminuição relativa da população em idade ativa, bem como a contínua queda da fecundidade que acentua essa tendência e acarreta em um crescimento negativo da população e seu declínio. A queda da fecundidade acarreta em uma mudança na estrutura etária da população, com um estreitamento da base (população de 0 a 14 anos de idade) devido ao menor número de nascimentos. Em médio e longo prazo isso acarreta em um envelhecimento relativo e absoluto da população.

O Japão ainda apresenta um diferencial por possuir uma das maiores expectativas de vida do mundo. Em 2008 para as mulheres era de 86,05 anos

de vida ao nascer e para os homens de 79,29, a maior do mundo entre as mulheres e a quarta maior entre os homens (SUZUKI, 2009). Considerando a dinâmica demográfica japonesa, sua estrutura etária já se apresenta com uma maior proporção de idosos do que de crianças. Essa diferença nas proporções dos grupos etários tem como um dos principais problemas a diminuição da população em idade ativa. A queda da população em idade ativa implica em dificuldade de cobertura dos postos de trabalho, principalmente aqueles não qualificados.

A cobertura da escassez desse tipo de mão de obra é uma das preocupações das políticas de imigração da maioria dos países desenvolvidos do Ocidente, que apresentam o perfil demográfico semelhante ao do Japão (TEITELBAUM, 2004). No entanto, essa não foi a principal motivação das formulações de políticas de controle de imigração do Japão até pouco tempo. Mas, em conflito com os condicionantes de ordem demográfica, está a preocupação com a abertura para imigrantes com um perfil não desejado pelo Estado (e pela população japonesa, segundo o discurso oficial do país relatado nos Planos Básicos). Seria este o perfil de imigrantes não qualificados, etnicamente muito “diferentes” e o que são vistos ainda, sobretudo, como o “perigo estrangeiro”.

A terceira edição do PBCI, publicada em 2005, acentua a característica da política migratória que é foco de nossa análise, qual seja, propor uma maior aceitação e melhores condições de entrada e permanência no Japão de estrangeiros “que são bem-vindos ao país”, ou seja qualificados – os desejáveis – ao passo que restringe e formulam planos de maior controle aos imigrantes que são considerados os indesejáveis – imigrantes não qualificados, que tendem a permanecer no Japão trabalhando na informalidade depois de expirado seu visto de permanência, e aos quais são atribuídos o perigo e a criminalidade no Japão<sup>24</sup>.

Parece haver nesse ponto uma contradição entre as declarações formais do que se espera com as políticas de controle migratório no Japão, e as necessidades do mundo do trabalho, bem como da dinâmica demográfica japonesa. Se por um lado, não se deseja a permanência de trabalhadores sem qualificação profissional no país, do ponto de vista de abertura do país aos imigrantes. Por outro, há uma necessidade de ocupação dos postos de trabalho que não exigem qualificação profissional. O *dekassegui* é a figura que está no centro dessa contradição sendo afetado do ponto de vista do trabalho, pois se encontra em postos de trabalho não qualificados e na informalidade e enquanto imigrante, sua entrada e permanência é controlada do ponto de vista formal e legal na sociedade japonesa.

Entre a publicação dos terceiro e quarto PBCI, ocorreu a inesperada crise econômica de 2008. Esse momento trouxe à superfície as diversas condições vulneráveis da inserção dos imigrantes na sociedade japonesa, tanto no mercado de trabalho, como no relativo aos equipamentos sociais elementares (habitação e educação, por exemplo).

Nesse período, um dos exemplos da flexibilidade do controle migratório em face da dinâmica do mercado de trabalho foi a medida emergencial de “auxílio retorno” (*Programa de Assistência de Retorno à Pátria*). Essa medida foi uma proposta do governo japonês que concedia aos imigrantes uma quantia de 300 mil yens (cerca de 3 mil dólares) para custeio das passagens de retorno aos brasileiros que se encontravam desempregados<sup>25</sup>.

A desestabilização do esquema em que o *dekassegui* estava inserido – legal do ponto de vista jurídico no que toca a imigração e informal e não qualificado no mercado de trabalho – trouxe à tona o que o discurso do governo japonês não queria admitir em suas publicações em relação à imigração *dekassegui*: que se trata de uma imigração de trabalhadores que estão inseridos, sobretudo, no setor industrial exercendo trabalhos sem qualificação profissional. Esse “reconhecimento” da realidade do imigrante *nikkei* no Japão aparece somente na quarta edição do PBCI publicada em 2010:

No passado, eles apoiaram a economia local por realizarem trabalhos no setor industrial, onde havia uma escassez de mão de obra, e através da sua vitalidade, contribuíram para o desenvolvimento da economia japonesa, e, além disso, trouxeram uma cultura diversa e vitalidade às comunidades locais. Por outro lado, no entanto, as diferentes origens culturais, valores e costumes, combinado com inadequada habilidade do idioma japonês causou, pelo menos, algum atrito e conflito com as comunidades locais. Em particular, desde o segundo semestre de 2008, em meio a uma rápida crise econômica, os problemas relativos ao emprego, habitação e educação dos filhos de estrangeiros descendentes de japoneses, que estavam trabalhando em instáveis condições de trabalho, como empregados através de empreitada ou de contrato de trabalho, tem piorado. (MINISTRY OF JUSTICE: 2010. p, 27)<sup>26</sup>

A quarta edição publicada em 2010, no entanto, mantém os objetivos iniciais dos PBCI; nesta edição, as mudanças observadas e medidas propostas foram relativas: i) à era de declínio populacional japonês e principalmente o declínio da população em idade produtiva, e as instabilidades econômicas acarretadas pela crise econômica internacional de 2008; ii) à introdução de um novo sistema de gestão de residência aos estrangeiros, uma vez que há um crescimento dessa população no Japão e maior diversidade de suas atividades; iii) à questão dos refugiados, tendo-se em conta um aumento do número de pedidos de reconhecimento (MINISTRY OF JUSTICE. 4th BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2010).

As políticas continuam com seu caráter de seletividade de ascendência japonesa e qualificação da força de trabalho, no entanto, procuram alargar o

número de entrada desses imigrantes “favoráveis” para o Japão com facilidades para retirada de vistos de permanência e estabilização no país. Com o novo sistema de residência, também a temporalidade dos vistos de permanência foi alterada. O prazo máximo de permanência foi alterado de três para cinco anos. No entanto, são cobradas da população residente, novos requisitos para que permaneçam no país. A exigência do conhecimento do idioma japonês para conseguir emprego depois da crise foi uma das principais mudanças sentidas pelos imigrantes que permaneceram no Japão<sup>27</sup>.

## Considerações finais

O Japão apresenta uma história de imigração que vai desde um total isolamento e caminha para aberturas graduais na recepção de população imigrante, até os dias atuais. Esse movimento está estreitamente relacionado com as conjunturas econômicas, sociais, políticas e à dinâmica demográfica do país. A entrada e permanência de imigrantes brasileiros no Japão, na condição de *dekasseguis* a partir da década de 1990, é uma questão que, analisada do ponto de vista das políticas de controle migratório e da inserção destes no mercado de trabalho, demonstra uma situação aparentemente contraditória. Se por um lado, não aceitam a entrada e permanência de imigrantes sem qualificação profissional, por outro, necessitam desse contingente, principalmente em períodos de intenso desenvolvimento econômico.

No entanto, ao aceitar os imigrantes *nikkeis* de até terceira geração, o Japão consegue resolver o empecilho de, na prática, suprir a força de trabalho não qualificada contando com os estrangeiros *dekasseguis*, sem precisar, em teoria, abrir seu território para força de trabalho sem qualificação. Selecionando assim a força de trabalho necessária para cada finalidade não precisa se preocupar com um possível fluxo de imigrantes considerados ‘indesejáveis’.

As políticas migratórias atuais, principalmente no período pós-crise de 2008 procuram manter os estrangeiros “desejáveis” e barrar ainda mais a entrada dos “indesejáveis”. Através da crise, pode-se observar que, não obstante a situação jurídica do *dekassegui*, sua relação de trabalho é sobremaneira instável. Até mesmo o salário, fator que sempre fora relativamente estável e com um patamar razoável, se mostrou flexível em épocas de crise. O *Programa de Assistência de Retorno à Pátria*, neste caso, demonstrou que, quando há a necessidade de repelir seus trabalhadores imigrantes, em épocas de crise, por exemplo, a legislação estará prontamente preparada para qualquer modificação necessária. A utilização do dinheiro público para retorno dos *nikkeis* pode demonstrar a preferência em que *dekasseguis* façam o caminho de volta, ao invés de engrossar a fila do desemprego no Japão.

Chamar esse auxílio de volta ao país de origem de “retorno à pátria” é evidenciar que ali, definitivamente não é o lugar do imigrante. Esta denominação de uma política social estatal explícita que o *nikkei* não pertence a pátria japonesa,

e portanto o imigrante será sempre visto dessa forma específica, discriminada. Ele é incômodo e deslocado no espaço social que ocupa (SAYAD, 1998). Ainda que legalmente o imigrante nikkei seja aquele que tem a sua estadia permitida e necessária, suprindo assim, a carência do mercado da força de trabalho, a ele não são oferecidas as condições de vida que proporcionem uma estabilidade de permanência. Para ele resta, portanto, um lugar à margem do todas as seguridades sociais conquistadas e auferidas para parte dos nacionais, incorrendo em uma estadia que carrega em si ambiguidades e contradições próprias do fenômeno migratório. O *dekassegui* é, ao mesmo tempo, desejado e indesejado (xenofobia), necessário e desnecessário quando convier (crise econômica), socialmente deslocado, incômodo, mas permanentemente presente, bem como parte constitutiva da classe trabalhadora japonesa.

## Notas

1 - Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no XXIX *Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología* (ALAS), Chile, Setembro/Outubro de 2013.

2 - 鎖国. Os dois ideogramas (kanji) se referem a *corrente* e *país*, em uma tradução livre como *país acorrentado*.

3 - 内地雑居, numa livre tradução, *residência mista na ilha*.

4 - As configurações das políticas de controle migratório a partir deste período serão expostas no próximo tópico deste trabalho.

5 - [...] *the Japanese economy did not “depend” on foreign labor in the high-growth era. While foreign workers formed a substantial proportion of the work force in some European countries during the 1960s and 1970s, in Japan their number, in relation to the total size of the work force, was far too small to bear the weight of notions like “dependence”. But this is different from saying that Japan achieved its high growth “without importing” foreign workers.*

6 - Posição ultrapassada pela China em 2010.

7 - Exclui-se deste número os indocumentados.

8 - Dados extraídos do Ministério da Justiça do Japão (2010).

9 - A presença de trabalhadoras asiáticas na indústria do sexo é até hoje muito frequente no Japão.

10 - A palavra *nikkei* é uma abreviação do termo em japonês *nikkeijin* que significa “pessoas de descendência japonesa”.

11 - Sob esse *status* de permanência, é permitido um ano para estagiários e dois para técnicos, totalizando o máximo de três anos de permanência no Japão sob esse tipo de visto.

12 - Departamento de Controle de Imigração do Ministério da Justiça do Japão (2001) (apud MELCHIOR, 2008).

13 *Keizaikai*- 経済界

14 - *Ministry of Health, Labour and Welfare (Kousei Roudoushō)* [http://www.mhlw.go.jp/seisakunitsuite/bunya/koyou\\_roudou/part\\_haken/dl/hiseiki\\_kanren1.pdf](http://www.mhlw.go.jp/seisakunitsuite/bunya/koyou_roudou/part_haken/dl/hiseiki_kanren1.pdf)

15 - <http://www.mhlw.go.jp/file/04-Houdouhappyou-11655000-Shokugyouanteikyokuhakenyukiroudoutaisakubu-Gaikokujinkoyoutaisakuka/0000036118.pdf>

16 - Dados estatísticos Ministério da Justiça do Japão. Sobre o controle de estrangeiros cadastrados no ano de 2013: (Fonte: <http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/List.do?lid=000001118467>)

17 - Este tipo de “marmitex” (*bentou*), fabricados em escala industrial é largamente consumido em todo o território nacional, sua venda ocorre em supermercados, lojas de conveniência entre outros estabelecimentos e consumido de forma cotidiana, principalmente por trabalhadores em seus almoços no Japão.

18 - *Kaisha*, em japonês significa fábrica, empresa, ou companhia. Os dois ideogramas (*kanji*) que constituem esta palavra 会社 significam, em tradução livre, respectivamente *encontro* e *sociedade*, isto é, tem um sentido de *o lugar de se encontrar na sociedade*. É muito comum em japonês a expressão “*Vou ao kaisha*”, “*Voltei do kaisha*” ao invés de “*Vou trabalhar*” ou “*Voltei do trabalho*” onde o substantivo *kaisha* é usado para designar o trabalho em seu sentido amplo

19 - Fonte: *Ministry of Health, Labour and Welfare (Kousei Roudoushō)* <http://www.mhlw.go.jp/file/04-Houdouhappyou-11655000-Shokugyouanteikyokuhakenyukiroudoutaisakubu-Gaikokujinkoyoutaisakuka/0000036118.pdf>

20 - G8 – Grupo dos oito países mais poderosos do mundo. Sua composição original era formada por: Estados Unidos da América (EUA), Alemanha, Inglaterra, Japão, Itália, França, Canadá e Rússia. Sob a alegação de envolvimento indevido em conflitos bélicos no Leste Europeu em 2014 e 2015, a Rússia foi excluída do G8 em março de 2015. A partir daí, o então “G8” passou a se cognominar G7 - Grupo dos sete países mais poderosos do mundo. Nota do Editor.

21 - Ordem no. 319 de 1951, alterada em 1989, a partir de então referida como *Immigration Control Act*.

22 - Em 2000 havia cerca de 270 mil estrangeiros indocumentados residentes no Japão, se forem somados os que entraram irregularmente no Japão, esse número pode ser muito maior (2nd. BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2000)

23 - Essa queda rápida e intensa que aconteceu no Japão poderia ser explicada como uma mistura de aderência espontânea ao sistema europeu e a políticas de população do pós-guerra. A derrota na guerra teria invertido as políticas natalistas e o apelo ao aumento populacional como argumento de conquista do Estado Imperial japonês. O código civil aplicado pelos ocupantes americanos em 1947 instituiu a igualdade legal de gênero, a reversão do natalismo governamental, e, em 1948, uma nova ‘Lei de Proteção Eugênica’ que substituiu a lei natalista e legalizou o aborto. Em 1950, houve um treinamento, promovido pelas autoridades de saúde pública, de consultores em contracepção com reuniões de educação de massas em contracepção. Com isso as práticas contraceptivas espalharam-se rapidamente entre os casais japoneses (THERBORN, 2006).

24 - A terceira edição do Plano Básico tinha como diretrizes: i) propor medidas visando estabelecer o Japão como um país turístico; ii) aceitar de forma mais aberta os trabalhadores altamente qualificados e os de campos profissionais ou técnicos, considerando que a população produtiva no Japão já começava a diminuir; iii) o estabelecimento de uma meta em reduzir pela metade o número de estrangeiros indocumentados no Japão até o ano de 2008, uma vez que esse número se manteve alto para seus patamares, causando problemas sociais e de segurança (3rd. BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2005).

25 - Sobre as medidas governamentais emergenciais desse período: SHISHITO, K.T.; SHISHITO, F. A. (2013). O impacto da crise econômica de 2008 sobre o movimento

*dekassegui*. In: BAENIGER, Rosana; DEDECCA, Claudio Salvadori. (Org.). Processos Migratórios no Estado de São Paulo: estudos temáticos. 1ed.Campinas: Nepo/Unicamp, v. 10, p. 509-522.

26 - Tradução livre, no original: “*in the past they supported the local economy by engaging in field work in the manufacturing sector where there was a labor shortage and, through their vitality, contributed to the development of the Japanese economy, and furthermore, brought a diverse culture and vitality to the local communities. On the other hand, however, the different cultural backgrounds, values and customs, combined with inadequate Japanese language skills caused, at the very least, some friction and conflict with the local communities. In particular, since the latter half of 2008, amid a rapidly worsening economic situation, the problems pertaining to the employment, housing and education of the children of foreign nationals of Japanese descent, who were working in unstable employment conditions such as being employed through dispatch or contract work, have been worsening.*” (4th Basic Plan for Immigration Control, 2010. P.27).

27 - Informações obtidas através de entrevistas realizadas com brasileiros *dekasseguis* residentes no Japão e retornados nas pesquisas de mestrado de ambas as autoras.

## Referências

ASADA, Hideko. Ethnic Relationships between Japanese-Brazilians and Japanese: Examining factors apt to foster “living together” (日系ブラジル人と日本人の民族関係 : 共生の視点から) *Intercultural communication studies*, n. 4, 2001.

HIGUCHI, Naoto. Keizai kiki to Zainichi Burajirujin, Nani ga tairyō shitsugyō, kikoku wo motarashita noka. (経済危機と在日ブラジル人、何が大量失業、帰国をもたらしたのか) *Oohara Shakai Mondai Kenkyū sho Zasshi*, n. 622/8, 2010. Disponível em: <<http://oohara.mt.tama.hosei.ac.jp/oz/622/622-05.pdf>> Acesso em 15 de jul. /2011.

ISHIKAWA, Eunice Akemi. Brasileiros no Japão: de temporários à permanentes. in *Relatório: Coexistência Multicultural na Província de Shizuoka – Análise dos Resultados da Pesquisa Sobre as Condições de Trabalho dos Estrangeiros na Província de Shizuoka*, pp.74-85. Shizuoka, 2009.

KONDO, Atsushi. Development of Immigration Policy in Japan. in *Asia and Pacific Migration Journal*, vol. 11, no. 4, pp. 415-436, 2002. Disponível em: [http://www.smc.org.ph/administrator/uploads/apmj\\_pdf/APMJ2002N4ART2.pdf](http://www.smc.org.ph/administrator/uploads/apmj_pdf/APMJ2002N4ART2.pdf) Acesso em 12 jul./2011.

KONDO, Toshio. Nikkei Burajirujin no Shuuro to Seikatsu (日系ブラジル人の就労と生活) . *Bukkyō Daigaku, Shakai Gakubu Ronshū*, n.10 pg.1-18, 2004. Disponível em: <http://archives.bukkyo-u.ac.jp/rp-contents/SO/0040/SO00400L001.pdf> Acesso em 1 de jun. de 2012.

MELCHIOR, Lirian. *Redes sociais e migrações laborais: múltiplas territorialidades. A constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão*, Tese (Doutorado em Geografia). FCT-UNESP. Presidente Prudente, 2008.

MINISTRY OF JUSTICE. *Basic plan for immigration control*. 2nd. Edition, 2000. Disponível em: [www.moj.go.jp/ENGLISH/information/bpic2nd-01.html](http://www.moj.go.jp/ENGLISH/information/bpic2nd-01.html) Acesso em 12 de jul./2011

\_\_\_\_\_. *Basic plan for immigration control*. 3rd. Edition, 2005. Disponível em: <http://www.moj.go.jp/ENGLISH/information/bpic3rd-02.html> Acesso em 05 de ago./2011.

- \_\_\_\_\_. *Basic plan for immigration control*. 4nd. Edition, 2010. Disponível em:  
[http://www.immi-moj.go.jp/seisaku/keikaku\\_101006\\_english.pdf](http://www.immi-moj.go.jp/seisaku/keikaku_101006_english.pdf)  
Acesso em 10 de jan./2013.
- MORRIS-SUZUKI, Tessa. Invisible Immigrants: Undocumented Migration and Border Controls in Early Postwar Japan, *The Journal of Japanese Studies*, v. 32, n.1, Winter, pp. 119-153, 2006.  
[http://muse.jhu.edu/journals/jjs/summary/v032/32.1morris\\_suzuki.html](http://muse.jhu.edu/journals/jjs/summary/v032/32.1morris_suzuki.html)  
Acesso em 1 de jun/2012.
- ODA, Ernani. Interpretações da “cultura japonesa” e seus reflexos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, p. 103-117, 2011.
- PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo , v. 21, n. 60, p. 83-102, fev., 2006.  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000100005&script=sci_arttext)  
Acesso em 10 de ago/ 2012.
- SASAKI, Elisa. *Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão*. Campinas. UNICAMP. Núcleo de Estudos de População, 2000.
- SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. Edusp, 1998.
- SHISHITO, Katiani Tatie ; SHISHITO, Fábio Akira. O impacto da crise econômica de 2008 sobre o movimento *dekassegui*. In: BAENINGER, Rosana; DEDECCA, Claudio Salvadori. (Org.). *Processos Migratórios no Estado de São Paulo: estudos temáticos*. 1ed.Campinas: Nepo/Unicamp, v. 10, p. 509-522, 2013.
- SUZUKI, Toru. “The latest development in Population of Japan” *The Japanese Journal of Population* 7(1): p. 87-90, 2009.  
Disponível em:  
[http://www.ipss.go.jp/webjad/webjournal.files/population/2009\\_4/Web%20Journal\\_05.pdf](http://www.ipss.go.jp/webjad/webjournal.files/population/2009_4/Web%20Journal_05.pdf)  
Acesso em 15 de jun/2010.
- TAKAHASHI, Shigesato. “Demographic Investigation of the Declining Fertility Process in Japan” in *The Japanese Journal of Population* vol.2 n.1, 2004.  
Disponível em:  
[http://www.ipss.go.jp/webjad/webjournal.files/population/2004\\_3/Takahashi2004mar.pdf](http://www.ipss.go.jp/webjad/webjournal.files/population/2004_3/Takahashi2004mar.pdf)  
Acesso em 15 de jun./2010.
- TEITELBAUM, Michael, S. “Western Experiences with International Migration in the Context of Population Decline” *The Japanese Journal of Population*, 2 (1): 29-40, 2004.  
Disponível em:  
[http://www.ipss.go.jp/webj-ad/webjournal.files/population/2004\\_3/michael2004mar.pdf](http://www.ipss.go.jp/webj-ad/webjournal.files/population/2004_3/michael2004mar.pdf)  
Acesso em 15 de jun./2010.
- THERBORN, Goran. Casais, bebês e estados. In: THERBORN, Göran. *Sexo e Poder: A família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- YASUDA, Kouichi. *Rupo, Sabetsu to hinkon no gaikokujin roudousha* (ルポ, 差別 と 貧困 の 外国人労働者). Tokyo Koubunsha shinsho, 2010.

## RESUMO

Este artigo analisa os condicionantes sociais da relação entre o Estado japonês e o imigrante, a fim de problematizar principalmente duas questões: qual foi (qual é) o papel do Estado japonês em relação à recepção dos imigrantes em seu país? Como ocorre a inserção destes no mercado da força de trabalho? Para responder a tais indagações, consideramos as reflexões sobre: i) as principais políticas migratórias de abertura ou restrição aos imigrantes durante os séculos XX e XXI; ii) a relação do mercado da força de trabalho com estas políticas destinadas aos imigrantes e iii) por fim, como ocorreu a inserção destes imigrantes no mercado de trabalho japonês.

**Palavras-chave:** migração internacional – políticas migratórias – mercado de trabalho

## ABSTRACT

This article analyzes the social conditions of the relationship between the Japanese State and immigrant, to discuss mainly two questions: what was (which is) the role of the Japanese State in relation to the reception of immigrants in their country? As the inclusion of these in the market of the workforce? To answer such questions, we consider the reflections on: i) the main migratory policies or opening restriction on immigrants over the centuries XX and XXI; ii) the market regarding the workforce with these policies to immigrants; and iii) finally, as was the inclusion of these immigrants in the Japanese labor market.

**Key words:** International migration – migration policies – labor market

## **Profissionais transnacionais no setor petrolífero**

*Genilson Estácio da Costa\**

### **Introdução**

O estudo da migração internacional é de fundamental importância para o entendimento de diversos outros fenômenos socioeconômicos, que podem ser observados desde a escala global até a escala local. Isso decorre do movimento de pessoas que, ao se deslocarem pelo espaço cruzando fronteiras nacionais, tornam-se responsáveis por inúmeras mudanças culturais, políticas e econômicas, tanto nas sociedades de destino quanto nas de origem (MARQUES, 2008). Nesse sentido, segundo Patarra e Baeninger (2004), a globalização dá novo enfoque aos estudos sobre o deslocamento internacional de pessoas. As autoras defendem a visão de que, atualmente, a importância da migração internacional esteja muito mais nas suas especificidades do que na sua magnitude. Suas múltiplas intensidades e espacialidades, que causam diferenciados impactos, importariam mais do que o volume de pessoas envolvidas no processo migratório, sobretudo quando se utilizam escalas locais. Assim, ao fazer com que os fluxos de pessoas, capital, informações e mercadorias se tornem mais intensos e complexos (CASTLES, 2005), a globalização implicaria em mudanças nos perfis dos migrantes e nos fluxos migratórios (PATARRA E BAENINGER, 2004). No entanto, o mercado de trabalho continuaria sendo o elemento central do processo de migração (TEDESCO, 2012).

Assim, o objetivo deste artigo é analisar como as modalidades migratórias internacionais fomentadas pelo setor de petróleo e gás se inserem no quadro teórico geral sobre migração internacional. Para tanto, utiliza-se como estudo de caso o estado do Rio de Janeiro, maior produtor de hidrocarbonetos do Brasil, e mais especificamente as cidades do Rio de Janeiro e de Macaé. Estas, por concentrarem os principais equipamentos da indústria no estado, seriam capazes de sumarizar a maior parte das dinâmicas vinculadas ao setor petrolífero fluminense. Os dados utilizados neste trabalho são majoritariamente primários, extraídos de entrevistas realizadas durante trabalhos de campo<sup>1</sup>.

---

*\*Graduando em geografia pela UFRJ. Pesquisador do Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP) do Departamento de Geografia da UFRJ e bolsista de Iniciação Científica pela FAPERJ.*

## Reflexões sobre migração e transnacionalismo

Para um melhor entendimento dos fenômenos migratórios vivenciados atualmente, julga-se interessante ressaltar como a migração vem sendo definida, independentemente da vinculação dos autores a diferentes paradigmas. Para Lee, por exemplo, a migração seria qualquer “mudança permanente ou semipermanente de residência”, independentemente da distância percorrida, da voluntariedade do movimento ou da natureza nacional ou internacional do mesmo (LEE, 1966: 78). Assim, a definição desse autor é bastante abrangente, uma vez que engloba qualquer mudança de residência e não qualifica concretamente o que ele entende por “semipermanente” ou “permanente” (MARQUES, 2008).

Castles (2005) concebe a migração de forma semelhante, mas sua definição é mais específica ao ter um caráter normativo: “o termo migração designa o cruzamento da fronteira de uma unidade política ou administrativa por certo período mínimo, (...) digamos seis meses ou um ano” (CASTLES, 2005: 18). Assim, o que definiria a migração seriam normas e categorias estabelecidas em cada regulamentação.

Dando sua contribuição de um ponto de vista demográfico, Cunha (2011) propõe que se pense a migração a partir de duas perspectivas: como um fenômeno demográfico e como um fenômeno social. Mesmo tendo em conta que tal separação tende a ser artificial, ela é interessante na medida em que, observado como componente do crescimento demográfico, não há dúvidas de que a migração não apresenta problemas quanto à sua definição: “será considerado desta forma qualquer movimento que modifique o tamanho e a estrutura da população” (CUNHA, 2011: 9). Já quanto ao aspecto social, o autor admite que na atualidade a diversidade e complexidade de movimentos exigem que os estudos migratórios dispendam novos esforços teóricos e metodológicos.

Assim, o autor mostra que, de qualquer forma, a mudança de residência tem sido a característica presente em todas essas definições, impondo grande dificuldade no estabelecimento de uma noção de migração, especialmente na atualidade (CUNHA, 2011). O fato de ser cada vez mais difícil definir o que seria uma mudança permanente ou não de domicílio colocaria em xeque, assim, qualquer definição como as anteriormente mencionadas. Sobre isso, Bilsborrow (1997) afirma que “de fato, o uso do termo permanente deve ser evitado, uma vez que não são permanentes nem a migração nem a residência; na verdade, a própria falta de permanência é inerente à definição de migração”<sup>2</sup> (BILSBORROW, 1997: 5). Almeida e Baeninger (2013) acrescentam que definir o conceito de migração a partir da ideia de mudança definitiva de residência seria muito restritivo, levando-se em consideração a dificuldade em se classificar atualmente os deslocamentos como temporários ou definitivos, uma vez que as trajetórias migratórias e as durações dos deslocamentos estão muito mais matizadas. Além disso, em consonância com os autores supracitados (CUNHA, 2011; BILSBORROW, 1997), as autoras defendem que a própria definição de

residência pode ser problematizada, uma vez que o lugar de residência de um indivíduo depende de sua percepção subjetiva, fazendo com que nem sempre o “seu” lugar de residência coincida com o espaço geográfico no qual ele vive (ALMEIDA e BAENINGER, 2013). Do mesmo modo, o próprio pressuposto de que o indivíduo possui uma única residência também é questionável (DOMENACH e PICOQUET, 1996).

De acordo com Courgeau (1988), não é possível estabelecer de forma clara as diferenciações entre o que seria uma mobilidade temporária do que seria de fato uma migração, e por isso sua recomendação é compreendê-las simultaneamente. Para dar conta dessa tarefa, não é suficiente associar o indivíduo a um único local, mas deve-se pensá-lo como parte de um grupo, e não mais de forma isolada (BAENINGER, 2013), e desta forma constituir o seu *espaço de vida*, definido como a porção do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades (COURGEAU, 1988). Almeida e Baeninger (2013) acrescentam ainda que, mesmo que conceitualmente alguns deslocamentos populacionais não configurem migrações de fato, isso não significa que os estudos migratórios possam ignorá-los.

A partir disso, como contribuição para a superação dos enfoques clássicos em migração, Glick-Schiller et al (1995) demonstram o surgimento de importantes processos sociais que cruzam as fronteiras geográficas, culturais e políticas dos países de origem e de destino a partir do envolvimento simultâneo dos migrantes (“transmigrantes”) em ambas as sociedades, caracterizando o transnacionalismo:

Nós chamamos esta experiência imigrante de “transnacionalismo” para enfatizar a emergência de um processo social em que migrantes estabelecem campos sociais que cruzam fronteiras geográficas, culturais e políticas. Imigrantes são entendidos como “transmigrantes” quando desenvolvem e mantêm múltiplas relações – familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que ultrapassam fronteiras<sup>3</sup> (Glick-Schiller et al, 1995: ix).

Domenach (2011) destaca que outro importante parâmetro de análise atual dos estoques e dos fluxos migratórios é a seletividade dos fluxos e de sua natureza: as pessoas qualificadas se inserem em redes profissionais internacionais, enquanto que os fluxos de mão de obra ordinária obedecem a determinantes que se inscrevem amplamente na dinâmica de redes migratórias “etno-diaspóricas” e de situações de exclusão.

Um dos aspectos da seletividade migratória, segundo Paganoto (2014), são as colocações no mercado de trabalho para cargos gerenciais que exigem alta qualificação, que crescem em ritmo mais acelerado que a oferta deste trabalhador qualificado, oferecendo a esta população uma condição confortável de escolha da mobilidade. Ou seja, a decisão deste grupo de indivíduos sobre

a sua própria mobilidade pode ser considerada soberana. Ao mesmo tempo, o crescimento da pobreza e da população sem qualificação é maior que a oferta de trabalho para esta população, o que, além de reduzir seu poder de mobilização enquanto trabalhadores, os colocam em uma posição à mercê do capital (PAGANOTO, 2014).

Portanto, as corporações assumem papel preponderante na seletividade migratória, e suas características acabam se refletindo nos fluxos populacionais gerados a partir de suas atividades. Casos emblemáticos são formados por polos têxteis e comunidades imigrantes de pessoas pouco qualificadas, e por empresas de setores de alta tecnologia e fluxos de pessoas caracteristicamente de alta qualificação.

Um dos efeitos da atuação de corporações nos fluxos populacionais é destacado por Castles (2005), que afirma que as grandes empresas multinacionais podem criar a sua própria cultura transnacional, chegando a abandonar a mentalidade de país-sede ou de “quartel-general”, constituindo uma forma de “transnacionalismo dos poderosos”, em contraposição à prática do “transnacionalismo popular”.

E, dentre as empresas que apresentam as características apontadas acima, as ligadas ao setor de petróleo e gás certamente se destacam. Egler e Mattos (2012) apontam que o transnacionalismo é intrínseco ao setor. Os autores explicam que a dispersão geográfica das jazidas e a distância em relação aos mercados consumidores são características da indústria petrolífera, e engendram não apenas o avanço tecnológico, mas a constituição de uma estrutura institucional adequada a essas condições. Daí a necessidade de criação e multiplicação de empresas multinacionais que promovam investimentos diretos em outros países e transfiram e expandam os interesses dos Estados. Estes passam a se situar em escalas superpostas, ultrapassando seus limites e adentrando territórios de outras nações (EGLER e MATTOS, 2012).

Os impactos espaciais dessa cultura transnacional da indústria do petróleo são demonstrados por Piquet e Serra (2007). Para os autores as corporações que operam no setor atuam de modo globalizado, organizando o espaço de maneira seletiva e extrovertida. As áreas produtoras funcionam como campos de fluxos, onde se articulam sofisticadas redes de unidades industriais, portos, dutos, aeroportos, bens, homens e informações. Não são, portanto, empreendimentos voltados a promover o desenvolvimento regional (PIQUET e SERRA, 2007). Assim, as corporações que operam no setor petrolífero tendem a formar redes internacionais de fluxos, em que a circulação de pessoas é constante. Isso caracteriza, portanto, a indústria do petróleo como responsável pela geração de dinâmicas migratórias próprias, muito em função da especificidade técnica do processo produtivo que, em geral, é demandante de mão de obra especializada (SILVA, 2012).

PIQUET (2010), em trabalho de campo realizado em 2010 no estado do Rio de Janeiro, ilustra as ideias expostas acima ao aferir que as diversas empresas

transnacionais ali presentes caracterizam-se por terem sua sede principal no exterior e uma sede local, na maioria das vezes localizada na capital fluminense, e contarem com unidades de produção ou serviços em Macaé. Essas são grandes e tradicionais empresas do setor de petróleo e importam tanto tecnologia quanto mão de obra altamente especializada. Essa importação de profissionais corrobora com o que diz MONIÉ (2003) ao defender a formação de uma “bacia de trabalho imaterial” no estado do Rio de Janeiro “formada por prestadoras de serviços superiores e das instituições de ensino e P&D que alimentam o setor (petrolífero) em recursos humanos qualificados, suporte tecnológico, informação e conhecimento” (MONIÉ, 2003: 323). Essas atividades imateriais apresentariam um padrão locacional difuso, concentrando-se em cidades como Macaé e Campos dos Goytacazes e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. MONIÉ (2003) também ressalta a grande capacidade de difusão espacial desses recursos imateriais, o que permite interações entre as escalas local e global.

## **Um breve perfil dos estrangeiros no setor petrolífero fluminense**

Numa tentativa de elucidar as ideias acerca do transnacionalismo envolvido com a indústria de petróleo e gás e do próprio conceito de migração, buscou-se traçar minimamente um perfil dos trabalhadores estrangeiros na indústria de petróleo e gás fluminense, estudo de caso deste trabalho, o que foi possível através de trabalho de campo realizado nas cidades do Rio de Janeiro e de Macaé em julho de 2014. Quanto a sua origem, é possível associar os principais países de origem com sua qualificação. Assim, dentre os imigrantes de nível técnico, destacam-se como países de origem Filipinas, Índia, China, Estados Unidos e México. Estes últimos dois países da América do Norte também aparecem com destaque entre os imigrantes com nível superior, assim como Reino Unido, França, Noruega, Finlândia e Croácia, na Europa; Argentina e Colômbia na América do Sul; e a Austrália.

Contudo, independentemente do país de origem, foi possível identificar que esses profissionais, em sua grande maioria, são homens em idades que variam entre 25 e 60 anos e que recebem seus salários diretamente em contas vinculadas ao seu país de origem e mantidas em bancos internacionais. Apesar de não se tratar de um grupo homogêneo, pode-se destacar que, de modo geral, todos os profissionais imigrantes são qualificados, com alguns apresentando nível técnico, e outros ainda nível superior. A experiência adquirida em outros locais de forte atuação da indústria petrolífera no mundo lhes permite ser caracterizados também como altamente especializados. A transferência desses profissionais para o Brasil ocorre principalmente através do processo de expatriação. Ou seja, desenvolvem seus trabalhos em país estrangeiro, apesar do vínculo empregatício estar vinculado ao seu país de origem. Essa transferência, de modo geral, ocorre dentro da mesma empresa.

Sobre as práticas dos profissionais imigrantes no setor petrolífero fluminense é interessante destacar aquelas relativas à sua hospedagem e ao tempo de permanência desses profissionais no Brasil. Principalmente na cidade de Macaé, que concentra a maioria dos imigrantes no setor no estado do Rio de Janeiro, a maior parte deles se mantém hospedada em hotéis durante todo o tempo em que se encontra no Brasil. Estes são hotéis de alto e médio luxo, encontrados em número surpreendentemente grande para uma cidade com poucos atrativos turísticos, como é o caso de Macaé. O tempo de permanência desses profissionais varia bastante, mas se concentra principalmente em até dois anos, com a maioria dos profissionais permanecendo no Brasil por apenas alguns meses.

### **Repensando conceitos e tipologias migratórias**

O setor econômico em foco neste trabalho ajuda a evidenciar certas questões relacionadas à mobilidade internacional laboral. Uma delas diz respeito à relação entre qualificação da mão de obra local e atração de força de trabalho imigrante. É notório que uma oferta maior de pessoas qualificadas para o setor no Brasil faria com que parte dos trabalhadores imigrantes fosse substituída por brasileiros, diminuindo deveras os custos para as empresas. Mas, por outro lado, os motivos para a atração de profissionais imigrantes para o setor petrolífero no Rio de Janeiro são mais complexos do que a simples disponibilidade de mão de obra local. Não fosse assim, os profissionais entrevistados não relatariam terem sido recorrentemente contratados anteriormente para trabalhos em países com alto nível educacional, como nos países nórdicos, no Reino Unido e no Canadá, por exemplo. Outros fatores devem ser levados em consideração, como a existência de segredos industriais, que motivam as empresas a muitas vezes permitirem que apenas pessoas de determinada nacionalidade e formação operem seus equipamentos. Além disso, o custo relacionado à mobilidade espacial transnacional de trabalhadores parece ser, em grande parte dos casos, superado pelas vantagens encontradas com a sua grande especialização, fruto de longa experiência no setor. Portanto, indo de acordo com o que é apontado pela literatura, parece tratar-se mesmo de uma característica do setor petrolífero possuir uma mão de obra que apresenta intensa mobilidade.

O estudo de caso permite que se verifique bem as dificuldades teórico-metodológicas da definição de migração. Como exemplo, a periodicidade da permanência dos profissionais da indústria petrolífera no Brasil não se mostra um fator relevante para sua classificação enquanto migrantes, uma vez que dentro desse grupo se encontram casos que se enquadrariam nessa definição, enquanto que outras não. Tomando como exemplo a definição de Castles (2005), poderiam ser considerados migrantes parte dos estrangeiros encontrados no Rio de Janeiro e em Macaé, (os que se instalam em residências e permanecem no Brasil por mais de um ano), enquanto que os demais, que permanecem menos

tempo no Brasil e se mantêm hospedados em hotéis, seriam considerados como “não-migrantes”. Assim, os imigrantes no setor de petróleo e gás fluminense não formam um grupo homogêneo, fazendo com que teorias mais tradicionais não gerem uma análise satisfatória da totalidade do fenômeno, sendo necessário que se recorra a visões teóricas igualmente variadas.

Dessa maneira, se mostra mais pertinente analisar o fenômeno a partir do conjunto de suas características, já que a mera caracterização a partir da periodicidade seria simplista. Da mesma forma, a ideia de “residência usual” deve ser relativizada, como visto, embora seja mais ampla do que o termo “residência permanente”. Em Macaé, os profissionais chegam a passar meses e até anos continuamente hospedados em hotéis, o que a princípio foge da ideia de estabelecimento de residência. Ainda assim, essa forma de instalação permite aos profissionais que desenvolvam suas atividades e interajam nos espaços da cidade basicamente da mesma forma que aqueles que se fixam em residências.

Outro enfoque frequente em estudos mais tradicionais sobre migração, os fatores de atração-repulsão igualmente parecem não prestar grande ajuda às análises pretendidas. Um exemplo da superação dessa visão pode ser dado na análise dos países de origem dos imigrantes em questão, que, de modo geral, apresentam boas condições no setor petrolífero ou de apoio à exploração de petróleo e gás, dificultando que se encontre “fatores de repulsão” no mercado de trabalho de suas sociedades de origem. Além disso, os “fatores de atração” encontrados no estado do Rio de Janeiro o parecem ser para as empresas, brasileiras e estrangeiras, e são estas que criam condições para que os trabalhadores imigrantes sejam atraídos, já que eles são uma necessidade fundamental para o funcionamento das próprias empresas.

Outro exemplo da dificuldade de categorização do grupo em destaque neste estudo pode ser encontrado em Castles (2005), que, ao categorizar os movimentos que fazem parte da migração internacional, utiliza o termo “imigrantes laborais temporários” para se referir às pessoas que migram a outros países em caráter temporário para buscar emprego e enviar remessas para o local de origem. O autor assim os categoriza separadamente dos “imigrantes altamente qualificados e empresários”, que seriam aqueles com qualificação de gestão ou profissionais de elevada qualificação que se movem no seio dos mercados de trabalho internos das empresas multinacionais. Dessa forma, o autor coloca a característica temporária como própria da migração de trabalhadores pouco qualificados, enquanto que o deslocamento de profissionais, que podemos chamar de expatriados, teria o caráter mais permanente.

Como demonstrado em Baeninger (2013) e Almeida e Baeninger (2013), as novas situações encontradas nos estudos migratórios exigem que se repense os conceitos e tipologias existentes. Assim, o delineamento de modalidades migratórias traz mais êxito para a pesquisa na medida em que satisfaça as exigências específicas do objeto de estudo.

A partir disso, questiona-se se não seria possível classificar o movimento de parte dos profissionais imigrantes vinculados ao setor petrolífero do Rio de Janeiro como constituinte de uma modalidade migratória própria, baseando-se nas especificidades desse movimento e nas dificuldades em adequá-lo a classificações mais tradicionais. Para isso, no entanto, é preciso reconhecer que os fluxos observados fazem parte de um movimento migratório maior, e, por isso não podem ser devidamente compreendidos com a análise apenas dos fenômenos que se materializam em território fluminense, e sim no espaço migratório transnacional em que ocorrem como um todo.

Assim, os profissionais envolvidos nessa modalidade seriam aqueles que possuem uma origem, que permanece sendo seu principal local de referência, mas variados destinos ao longo do tempo, que apenas ocasionalmente se repetem. Isso acontece de modo que, tendo o país “A” como origem e referência, o migrante mantém intensa interação com ele, mesmo estando em um país “B”, nutrindo, assim, um espaço de vida transnacional (COURGEAU, 1988). Mas, diferentemente do que mais frequentemente é descrito como próprio do transnacionalismo, não há intenção de se permanecer no país “B” por tempo indeterminado e, depois de finda sua permanência, o migrante se desloca para outros países, transferindo a relação que possuía com o país “B” para outro país “C”, “D” ou “E”, mas mantendo, da mesma forma, o país “A” como sua origem. Recorrendo à perspectiva de reversibilidade migratória de Domenach e Picouet (1996), pode-se dizer que a residência base dos imigrantes se manteria no país “A”: “a residência base define-se então como um lugar ou um conjunto de lugares a partir dos quais os deslocamentos têm alta probabilidade de retorno, qualquer que seja a duração da estada (semana, meses, anos) durante a vida de um indivíduo” (DOMENACH e PICOJET, 1996: 42).

Dessa maneira, é possível classificar de forma mais geral os imigrantes no setor de petróleo e gás no Rio de Janeiro que apresentam as características delimitadas acima como “profissionais transnacionais com elevada mobilidade espacial”. Logicamente essa classificação não se adequa a todos os imigrantes no setor petrolífero fluminense, pois, como demonstrado, trata-se de um grupo homogêneo em que, inclusive há pessoas que possuem como seus espaços de vida apenas o Rio de Janeiro, não podendo ser chamados assim de transmigrantes; e ainda os que têm a intenção de permanecer por tempo indeterminado no Brasil. Para estes imigrantes, em um primeiro momento, as classificações mais tradicionais parecem ser satisfatórias. Da mesma forma, essa categorização não necessariamente se restringe ao setor de petróleo e gás, podendo ser utilizada, por exemplo, com expatriados de outras áreas.

Assim, pode-se dizer que os perfis migratórios demonstrados se assemelham mais ao que Tilly (1978) classificou de forma geral como “migração de carreira”,

que seria aquela em que “o indivíduo se desloca respondendo a oportunidades de ocupação de postos oferecidos por uma organização a que pertence ou associados a uma profissão que já exerce” (TRUZZI, 2008: 200), uma vez que esta classificação admite um número maior de destinos e vincula o movimento migratório especificamente ao exercício de uma profissão, o que faz com que ela seja de caráter mais individual que familiar, além de levar em consideração que o movimento pode ser mais ou menos permanente (TILLY, 1978).

Indo de acordo com o apontado por Massey (1986), as redes sociais aparecem no fenômeno estudado como a mediação entre os aspectos pertencentes à dimensão macro (relacionada à causa da migração e a aspectos estruturais) e à dimensão micro (relacionada à motivação das pessoas a migrar), sendo a responsável, assim, pela concretização do processo migratório. No entanto, as redes sociais envolvidas no fenômeno migratório em estudo apresentam distinções que permitem que sejam caracterizadas majoritariamente como redes sociais empresariais. As implicações desse tipo de rede social no fenômeno migratório fazem com que entre as motivações dos imigrantes as mais importantes sejam as financeiras, que se sobrepõem a outras, culturais ou políticas, por exemplo.

## **Considerações finais**

A breve análise apresentada sobre os deslocamentos populacionais envolvidos com a indústria de petróleo e gás fluminense revela a necessidade de novas abordagens sobre a migração laboral internacional que supere os enfoques tradicionais.

Ao mesmo tempo em que muitos dos profissionais estudados não podem ser descritos como “imigrantes” segundo os correntes conceitos que os vinculam a residência permanente ou maior permanência no local de destino, fica clara a sua importância enquanto participante de um fenômeno migratório com reflexos em escala local, regional, nacional e internacional. Dessa maneira, os perfis observados podem ser reunidos sob a classificação de “profissionais transnacionais com elevada mobilidade internacional”, destacando-se a alta mobilidade internacional e a alta qualificação como suas características mais notáveis. Em decorrência do exposto, as dificuldades teórico-metodológicas encontradas na análise dos imigrantes no setor petrolífero fluminense parecem se enquadrarem para a categoria de expatriados de modo geral, suposição que merece esforços analíticos futuros para uma análise mais minuciosa e abrangente que inclua outros grupos sociais, relacionados ao setor petrolífero ou não.

## Notas

- 1 - O autor agradece a orientação neste trabalho das Prof<sup>as</sup> Dr<sup>as</sup> Olga Becker e Gislene Santos.
- 2 - Traduzido livremente pelo autor.
- 3 - Traduzido livremente pelo autor.

## Referências

- ALMEIDA, G.M.R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: Baeninger, R. (Org.). *Migração internacional*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.
- BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais no século XXI. In: Baeninger, R. (Org.). *Migração internacional*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.
- BILSBORROW, R.E.; GRAEME, H.; OBERAI, A. S.; ZLOTNIK, H. *International migration statistics: guidelines for improving data collection systems*. Geneva: International Labour Office. 1997.
- CASTLES, S. *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século, 2005.
- COURGEAU, D. *Methodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes*. Paris: Editions de l'Institut national d'études démographiques, 1988.
- CUNHA, J.P.M. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. In: Cunha, J.P.M. (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Nepo/Unicamp. 2011.
- DOMENACH, H. Movilidad espacial de la población: desafios teóricos e metodológicos. In: Cunha, J. M. P. (Org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO. 2011
- DOMENACH, H.; PICOUET, M. *Las migraciones*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1996.
- EGLER, C.A.G.; MATTOS, M.M.C.L. Multinacionais do setor petrolífero, geoeconomia e integração regional na América do Sul. In: Binsztok, J.; Monié, F. J. M. (Org.). *Geografia e Geopolítica do Petróleo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X Editora, pp. 81-104. 2012.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASH, L. e BLANC-SZANTON, C. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, 68, 1, p. 48-63, 1995.

- LEE, E.S. A theory on migration. *Demography*. N. 3, pp. 47-57. 1966.
- LEVITT, P.; GLICK-SCHILLER, N. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. In: Sahoo, A. K.; Maharaj, B. *Sociology of Diaspora: a reader*. Pp. 156-193. India: Rawat Publications. 2007.
- MARQUES, J.C.L. *Os Portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*. Lisboa: ICS, 1 ed, 2008.
- MASSEY, D. The social organization of mexican migration to the United States. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Pp. 102-113, 1986.
- MONIÉ, F. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, R. (Org.). *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, v. 1, p. 257-285. 2003.
- PAGANOTO, F. *Mobilidade espacial da população e mercado imobiliário na periferia metropolitana: a expansão dos condomínios fechados em Nova Iguaçu/RJ*. Tese de doutorado, PPGG/UFRJ. 2014.
- PATARRA, N.; BAENINGER, R. Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica – Brasil no Mercosul. In: Congresso da Associação Latino-Americana de População (ALAP), Minas Gerais, 2004. *Anais do Congresso da Associação Latino-Americana de População (ALAP)*, 2004.
- PIQUET, R.; SERRA, R. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: Piquet, R.; Serra, R. *Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond. 2007.
- PIQUET, R.A Cadeia Produtiva do Petróleo no Brasil e no Norte Fluminense. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 22, p. 19-27, 2010.
- SILVA, R.D. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2012.
- TEDESCO, J.C. Do Brasil à Itália: processos históricos e culturais de uma nova realidade emigratória. *Travessia* (São Paulo), v. 67, p. 21-36, 2012.
- TILLY, C. Migration in modern european history. In: McNeil, W.; Adams, R. (Orgs.). *Human migration, patterns and policies*. Indiana University Press. 1978.
- TRUZZI, O.M.S. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*. V. 20, n. 1, pp. 199-218. 2008.

## RESUMO

Este artigo se propõe a analisar como as modalidades migratórias internacionais fomentadas pelo setor de petróleo e gás se inserem no quadro teórico geral sobre migração internacional. Para tanto, utiliza-se como estudo de caso o estado do Rio de Janeiro, maior produtor de hidrocarbonetos do Brasil, e mais especificamente as cidades do Rio de Janeiro e de Macaé. A partir de trabalhos de campo, foi possível verificar que as características do deslocamento realizado pelos profissionais imigrantes no setor em estudo, como a ausência de mudança de residência e seu aspecto temporário, fazem com que surjam dificuldades teórico-metodológicas em sua análise e demonstram a necessidade de superação das visões tradicionais sobre mobilidade populacional internacional.

**Palavras-chave:** migração laboral; transnacionalismo; expatriação

## ABSTRACT

This article aims to analyze how international migration modalities promoted by the oil and gas sector fall within the general theory on international migration. Therefore, it is used as a case study the state of Rio de Janeiro, the largest oil producer in Brazil, and more specifically the cities of Rio de Janeiro and Macaé. Through field work, was possible to verify that the characteristics of the displacement achieved by immigrants professionals in the sector under study, as the lack of residential change and its temporary aspect, make theoretical and methodological difficulties arise in its analysis and demonstrate the need to overcome the traditional views about international population mobility.

**Keywords:** labour migration; transnationalism; expatriation

# Colombianos na Casa do Migrante, São Paulo (1997-2007): desterritorialização e rebusque\*

Rafael Estrada Mejía\*\*

## Colômbia: *terra ignota*

Colômbia era para o Brasil e muitos outros países, até pouco tempo atrás, uma terra ignota. Apesar de ser vizinhos e partilhar uma extensa fronteira, ela só começaria a aparecer reiterativamente na mídia brasileira com Pablo Escobar, o “Cartel de Medellín”, a droga e alguns assassinatos espetaculares. A imagem que se veicularia seria a de um país golpeado pela violência crônica com circunstâncias e perspectivas incertas. Na construção e consolidação do estereótipo do colombiano como narcotraficante, os meios de comunicação social têm desempenhado, não apenas no Brasil, um papel protagônico. Este processo coincide com o auge da economia da droga (cocaína), entre meados da década de 1980 e começos da década de 1990, quando os grandes cartéis surgiriam e desabariam dando lugar à atual atomização deste tipo de atividade (Pécaut, 2008: 13-14).

Por muito tempo, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Álvaro Uribe Vélez, os paramilitares e, eventualmente, uns quantos narcotraficantes presos eram os personagens colombianos que apareceriam incessantemente nos jornais e telejornais brasileiros. A esta imagem era acrescentada a de um país abatido por uma “guerra civil” (Pécaut, 2008)<sup>1</sup>.

Poder-se-ia, conseqüentemente, afirmar que o conflito colombiano configura uma “guerra civil”? Sim, quando consideradas as motivações de alguns dos seus protagonistas. Sim, quando as manifestações de violência no âmbito local surgem como um confronto entre duas facções. Sim, quando é levada em consideração a frequência dos massacres e demais atrocidades que a torna semelhante à Guerra Civil Espanhola. Sim, quando é feita a avaliação das vítimas e das populações deslocadas. Contudo, essa afirmação se torna problemática

---

\* O pesquisador agradece à CAPES, à FAPESP e ao CNPq pelo suporte financeiro ao longo do doutorado, tempo durante o qual foram produzidos os dados que constituem a matéria prima deste artigo.

\*\* Rafael ESTRADA MEJÍA é antropólogo formado pela Universidade Nacional da Colômbia, mestre em Urbanismo pela Universidade de Karlsruhe, na Alemanha, e doutor em Antropologia Social pela UNICAMP. Atualmente, é pós-doutor junto ao departamento de Geografia da UNESP de Presidente Prudente. Pesquisador-colaborador do Departamento de Antropologia da UNICAMP.

quando aplicada ao conjunto do país. Poucos são os colombianos que se identificariam apaixonadamente com a causa de algum dos protagonistas. No âmbito urbano o conflito é percebido em menor escala. A economia gerada pelo narcotráfico é evidenciada na conformação de “zonas cinza”, nas quais as relações entre os antagonistas não eliminam os conluios (Pécaut, 2008).

Mesmo que se conheçam os protagonistas do conflito e algumas das modalidades de suas ações, é difícil determinar suas motivações e apostas. Não se pode ignorar que as iniquidades sociais e econômicas na Colômbia sejam indiscutivelmente muito marcadas, mas somente um pouco mais do que em alguns dos países vizinhos que não sofrem um conflito parecido. Ao contrário de vários Estados latino-americanos, a Colômbia nos últimos anos não avançou à esquerda e tem sido governada por presidentes cuja orientação essencial está em sintonia com a política antiterrorista estadunidense formulada pelo governo Bush (sobretudo, os governos do Álvaro Uribe). Mesmo assim, seria exagerado comparar essa administração com os regimes autoritários do Cone Sul da década de 1970. Ainda assim, é de salientar que os antecessores de Álvaro Uribe tentaram, em diversas ocasiões, negociar com os grupos insurgentes (Pécaut, 2008:14).

## **Colombianos desterritorializados<sup>2</sup>: São Paulo 1997-2007**

Em 2007, por ocasião da realização da pesquisa de campo de minha tese de doutorado, tive acesso aos arquivos do Centro de Estudos Migratórios (CEM), graças à atenciosa e acolhedora colaboração de sua equipe. Além de consultar as fichas cadastrais, realizei uma prática etnografia com solicitantes de asilo e refugiados de origem colombiana dentro e fora do albergue da Casa do Migrante. Ambas as instituições fazem parte da Missão Scalabriniana da Nossa Senhora da Paz, assim como o Centro Pastoral do Migrante e a Paróquia territorial do bairro, a Paróquia dos italianos e a Paróquia pessoal das comunidades hispano-americanas. Este conjunto está localizado no coração de São Paulo, na baixada do Glicério, antigo pântano na confluência dos bairros da Liberdade, Aclimação e Cambuci.

É de salientar que o CEM surgiria em 1969 como parte da Federação dos Centros de Estudos Migratórios de Joao Batista Scalabrini, Congregação dos Missionários de São Carlos/Scalabrinianos. Este centro conta com uma biblioteca especializada na temática migratória, além de editar a Revista Travessia desde 1988 e conta com uma parceria com os Laboratórios de Geografia Urbana e de Estudos sobre a Intolerância da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Além disso, possui um acervo fotográfico e de vídeos das comunidades latino-americanas e um banco de dados integrado, relativo aos atendimentos na Casa do Migrante e no Centro Pastoral do Migrante (Missão Paz, 2015).

Quanto à Casa do Migrante, como instituição voltada ao serviço dos migrantes, surgiria em 1974, quando o falecido padre Alberto R. Zambiasi fundou a Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes (AVIM).

Essa associação, composta por um grupo de voluntários (leigos, missionárias católicas scalabrinianas, padres scalabrinianos) e uma equipe de funcionários, era a responsável por “acolher” e acompanhar os migrantes e refugiados durante sua estadia. Posteriormente, em 2003, a AVIM deixaria de ser uma associação com personalidade jurídica e a Casa do Migrante passaria a ser assumida integralmente pelos Missionários scalabrinianos com a colaboração de leigos voluntários.

Se no final da década de 1970, a casa recebia, majoritariamente, famílias de migrantes internos compostas por jovens casais acompanhados de seus filhos que eram absorvidos pelo mercado de trabalho e/ou acolhidos pelos que na migração familiar os haviam antecedido, a partir de 1990, a Casa do Migrante passaria a receber, em sua maioria, pessoas sozinhas, com idade entre 20 e 40 anos, à procura de trabalho (Cutti 1997). E nos últimos anos, além de acolher migrantes internos, alberga um número cada vez maior de imigrantes e refugiados provenientes principalmente da África e da América Latina.

Escolhi este ambiente para a pesquisa porque, em primeiro lugar, a Casa do Migrante era o local, por antonomásia, para onde eram encaminhados os colombianos à procura de refúgio. Em segundo lugar, porque o CEM possuía o extraordinário acervo ao qual acabei de referir-me.

Na Casa do Migrante me foi permitido participar como voluntário auxiliando seus moradores no uso da internet. Durante esse ano, além de frequentar os cursos de português ministrados tanto na Casa quanto no SESC do Carmo, etnografei outros albergues da cidade que eram frequentados por colombianos à procura de refúgio. Durante este tempo consegui gravar 16 entrevistas com pessoas de origem colombiana dentro e fora da Casa do Migrante<sup>3</sup>. Suas narrativas não configuram em absoluto uma biografia detalhada, mas esboçam múltiplas linhas de uma trajetória (Kofes, 2001: 22). Os relatos giraram em torno à vida na Colômbia, os motivos que originaram sua fuga e sua experiência vital no Brasil e nos países pelos quais passaram. Por questões de ordem teórico-metodológica os denominei viajantes forçados. Utilizo tal designação com o intuito de problematizar a noção de “refugiado”, pois ela constitui uma identidade imposta especialmente pelo “governo do humanitário” (Agier, 2003, 2006, 2008).

## **Habitando São Paulo**

A maioria dos colombianos (imigrantes econômicos e estudantes universitários) residentes em São Paulo morava, sobretudo, na opulenta Zona Sul: Morumbi, Pinheiros, Butantã, Moema ou Jardins, em moradias próprias ou alugadas. Inversamente, aqueles que estavam à procura de refúgio habitavam, sobretudo, em albergues públicos ou quartos alugados em cortiços do “centro velho” (Liberdade, Cambuçu) ou na Zona Leste.

Contudo, hoje o sistema de albergues do centro da cidade está em vias de extinção, pois “impulsos de higienização social”, característicos dos mais

preconceituosos projetos de construção da cidade “higienista” dos alvares do século XX, fundamentados no “mito da cidade global” (Ferreira, 2007), estariam se tornando uma realidade.

O deslocamento de albergues para regiões periféricas, a perseguição aos sem-teto e moradores de rua, atrelados a projetos de gentrificação do centro, têm atingido intensamente os desterritorializados de todas as origens. Encontrar uma habitação em São Paulo, nesse contexto, não é um assunto fácil, especialmente quando alguém se torna viajante forçado e não conta com apoio. De qualquer maneira, a única opção de alojamento, a princípio, é pagar uma ou mais diárias em um hotel, pensão ou pousada baratos, preferencialmente no centro da cidade. É o caso da “amada-detestada” Avenida Rio Branco na altura das ruas Ipiranga e Aurora (Santa Efigênia), cujos hotéis são frequentados por outros hispano-americanos, especialmente peruanos. “Tática” a que se recorre enquanto surge uma vaga em um albergue da rede pública.

A CÁRITAS Arquidiocesana de São Paulo (CASP) era a responsável pela assistência referente à moradia, alimentação, saúde, aulas de português, cursos de formação profissional, etc., para inserção no mercado de trabalho. Com essa finalidade esta instituição celebrou convênios com outras entidades da sociedade civil, como é o caso do Serviço Social do Comércio (SESC). O SESC assinou em 05 de dezembro de 1995 um convenio que na prática fornece aos refugiados e solicitantes de asilo refeições a baixo custo (60% de desconto do preço normal), no restaurante do SESC do Carmo. Além disso, esta mesma entidade oferece atividades culturais, recreativas, esportivas, cursos básicos de conversação em português, acesso livre a internet, informações sobre emprego e legislação, passatempos, etc.

## **Colombianos na Casa do Migrante**

A maioria dos colombianos à procura de refúgio era encaminhada à “Casa do Migrante” ou à “Casa das Mulheres”. Esta última correspondia à coloquial denominação dada para a Casa de Acolhida da Obra Social de Nossa Senhora Aparecida. Assim como a Casa do Migrante, ela estava localizada na baixada do Glicério. Como casa de acolhida começaria a funcionar na emblemática data de 12 de outubro de 2006, dia da comemoração da “Nossa Senhora de Aparecida”. Este albergue era (e continua sendo) dirigido pela congregação das Irmãs Palotinas (Palotinas, 2015), uma comunidade religiosa pertencente à Igreja Católica. A função dele era oferecer moradia por até um ano para mulheres refugiadas, sozinhas ou com seus filhos. No entanto, estas deviam ter até 12 anos de idade. Já no caso das meninas, a idade não era empecilho. Além disso, eram recebidas mulheres egressas do sistema penitenciário, tanto imigrantes quanto brasileiras, que demonstrassem não ter condições de garantir a sua própria subsistência e manifestassem “um desejo de reconstruir suas vidas e quisessem adquirir autonomia social e financeira”. Havia também alguns quartos no segundo andar que eram alugados para mulheres estudantes em qualidade de pensionistas.

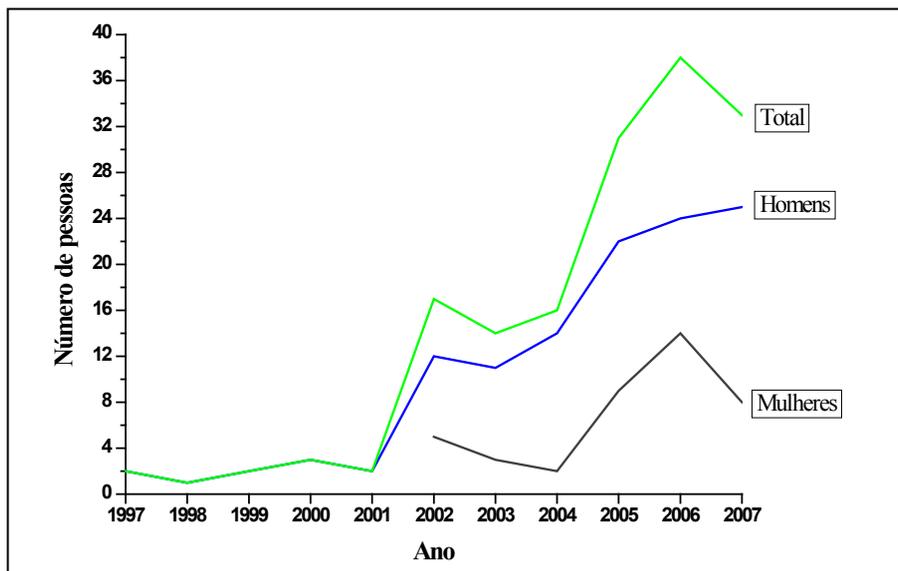
Ali era oferecido alojamento, alimentação, banho, higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, guarda de pertences e endereço de referência.

Tanto na Casa do Migrante quanto na Casa das Mulheres era feita uma entrevista junto ao setor de assistência social, o qual informava sobre a disponibilidade de vagas, o tempo de permanência e o regulamento. É de salientar que até 2014 não existia em São Paulo uma moradia específica para solicitantes de asilo e refugiados como opostamente sucedia no Rio de Janeiro, por exemplo.

Com relação à análise das fichas cadastrais, verifiquei que um total de 159 colombianos passou pela Casa do Migrante. A maioria deles (105) era homens, solicitantes de asilo ou refugiados que a partir de 2001 cresceriam progressivamente, atingindo seu ápice em 2006, 38 pessoas. Isso significa que nesse ano, perto de 40% dos albergados era de origem colombiana (considerando que o número máximo de usuários que ali podia ser atendido era de 100 pessoas por mês.).

Já entre 2006 e 2007 este grupo sofreria uma diminuição. Porém, eles ainda conformariam mais da terceira parte do total dos moradores. E a presença masculina sempre foi maior do que a feminina. Esta última seria visível a partir de 2002, alcançando seu ponto máximo em 2006, ano no qual elas representam um pouco mais da metade do total. Porém, a partir desse mesmo ano sua presença diminuirá. O incremento da presença feminina está relacionado com a chegada de mães chefes de família à procura de refúgio, sobretudo, a partir de 2004 (gráfico 1).

**Gráfico 1:** População de origem colombiana, por sexo, na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007

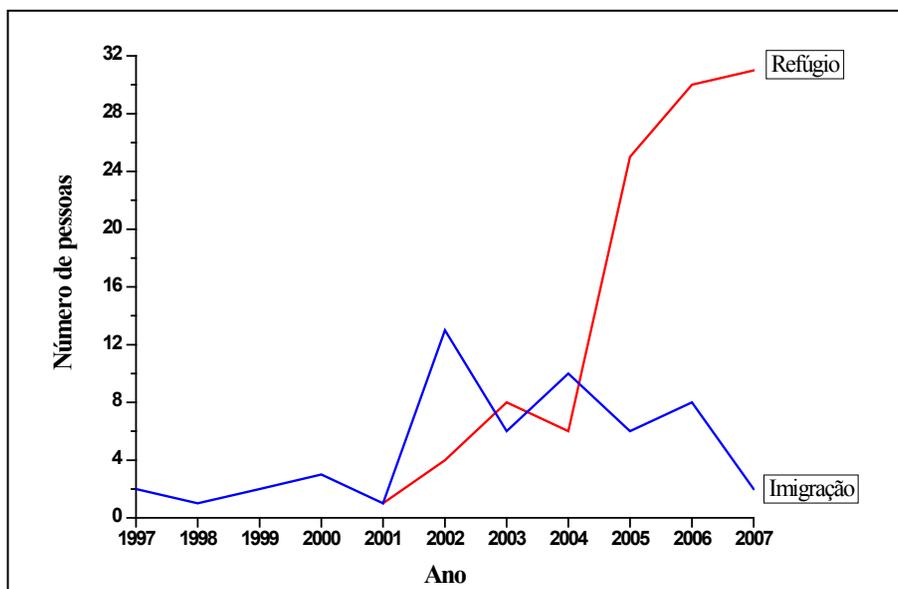


Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

## Status jurídico

Quanto ao *status* jurídico atribuído aos colombianos (gráfico 2), destaca-se a presença de “imigrantes” desde 1997. Porém, seu incremento é menor e mais atenuado ao longo da década, com exceção dos anos de 2001 e 2004. Ao contrário, colombianos à procura de refúgio surgem a partir de 2001. Esse grupo crescerá significativamente a partir do ano de 2004. Assim, em 2007 quase todos se encontravam procurando refúgio. No que diz respeito à distribuição por sexos, observa-se que predominam os homens. A presença feminina à procura de refúgio é evidente a partir de 2003, quando seu número tende a ser cada vez mais expressivo, se comparado com o de “imigrantes”.

**Gráfico 2:** População de origem colombiana, conforme status jurídico na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

De modo global, os solicitantes de asilo provinham de camadas populares que careciam de uma rede de suporte ou de recursos econômicos suficientes, por isso tentavam alcançar a fronteira mais próxima. E também havia pessoas que tiveram que fugir novamente do primeiro país de refúgio devido às reiteradas ameaças ou perseguições (reassentados). As solicitações de refúgio no Brasil aumentariam principalmente a partir do ano 2000, porém sua tendência a partir de 2005 foi a de se estabilizar.

Por outro lado, registra-se, a partir de 2006, a presença de aproximadamente 17 mil colombianos, sobretudo indígenas, no estado do Amazonas. Porém, eles não receberiam nenhum tipo de assistência por parte do Alto Comissariado das Nações Unidas (ONU) para Refugiados (ACNUR). Quanto aos refugiados reassentados colombianos, é de ressaltar que a maioria provinha do Equador. É importante assinalar que o Programa de Reassentamento Solidário no Brasil se inicia em 1999.

Contudo, os primeiros reassentados colombianos chegariam ao Brasil em 2003. Dos cerca de 450 refugiados colombianos que havia no Brasil no ano de 2007, quase a metade correspondia a reassentados que provinham do Equador. Nesse mesmo ano o Brasil albergava um total 3.461 refugiados (sem incluir os reassentados). Desse número, aproximadamente 75% eram de origem africana, quase a metade provinha da Angola, enquanto os latino-americanos eram aproximadamente 14%, dos quais os colombianos eram o grupo mais abundante, quase 7% do total dos refugiados. Praticamente a mesma proporção dos refugiados originários do Oriente Médio.

Em relação ao conjunto de reassentados no Brasil, o número total era de 400 aproximadamente. Destes, cerca de 60% eram colombianos, enquanto os palestinos eram quase 30% e os afegãos aproximadamente 6%. No que se refere à distribuição geográfica dos reassentados no Brasil, a maioria dos colombianos se encontrava nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e em menor proporção nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Goiás. No caso de São Paulo, a maioria deles habitava fora da capital, no interior do estado (Campinas, São José dos Campos, etc.). É de salientar que haveria muitas críticas e inclusive protestos por parte de refugiados palestinos, colombianos, iraquianos e afegãos, entre outros, ao Programa de Reassentamento Solidário no Brasil.

Assim, no final de 2007, quinze reassentados colombianos abandonariam o país. Outros colombianos seriam atingidos por medidas repressivas ao fazer reivindicações coletivas perante o Centro de Acolhida para Refugiados da CASP, no começo de 2007. Não é demais lembrar que muitos deles já tiveram que fugir devido a reivindicações individuais ou coletivas. Assim, para muitos deles a ação coletiva (associação) é muito perigosa dentro ou fora da Colômbia. Daí a opção por uma resistência mais difusa, menos visível.

Ao mesmo tempo, é fundamental questionar-se sobre o que sucede quando uma solicitação de asilo é denegada. Em primeiro lugar, a falta de documentação. Hipoteticamente os indocumentados podiam contar com o atendimento na rede pública hospitalar, escolar, de assistência social e jurídica. Entretanto, na prática o indocumentado tinha dificuldade de acesso a esses serviços, sem contar com o temor gerado diante de uma eventual criminalização ou punição por permanecer nessa condição: multa, deportação, etc.. Quanto ao indeferimento ou arquivamento dos processos, as cifras revelavam uma alta porcentagem. Assim, em 2006 seriam denegados ou arquivados aproximadamente 26% das solicitações. Já em 2007 haveria um aumento que alcançaria mais ou menos 66%.

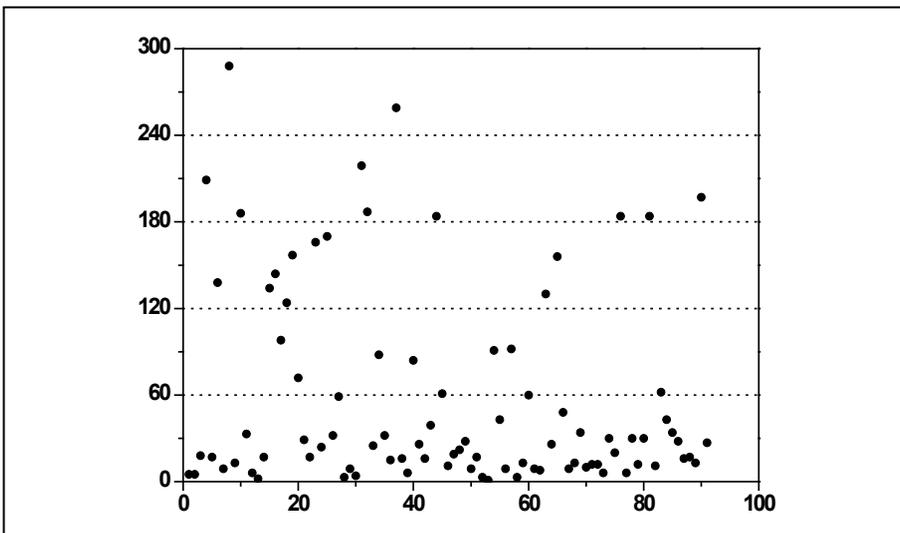
## Faixa etária

Em relação à faixa etária, ao longo desse período (1997-2007), predominariam os colombianos entre 20 e 50 anos. Porém, a partir de 2002 chegariam as primeiras famílias e junto com elas seus pequenos filhos. No entanto, será em 2005 quando se registrará a maior presença de crianças e adolescentes (8 dos 25 que ali estiveram tinham entre 0 e 19 anos) em função da chegada das famílias à procura de refúgio.

## Tempo de permanência

Sobre o tempo de permanência, nota-se que a maioria dos 91 homens permaneceu, em geral, no albergue no máximo 60 dias, levando em conta que o tempo máximo estabelecido era de 180 dias. Contudo, houve outros dois grupos menores que permaneceram um tempo maior, isto é, aqueles que ficaram entre 120 e 180 dias e aqueles que ficaram mais de 180 dias (gráfico 3).

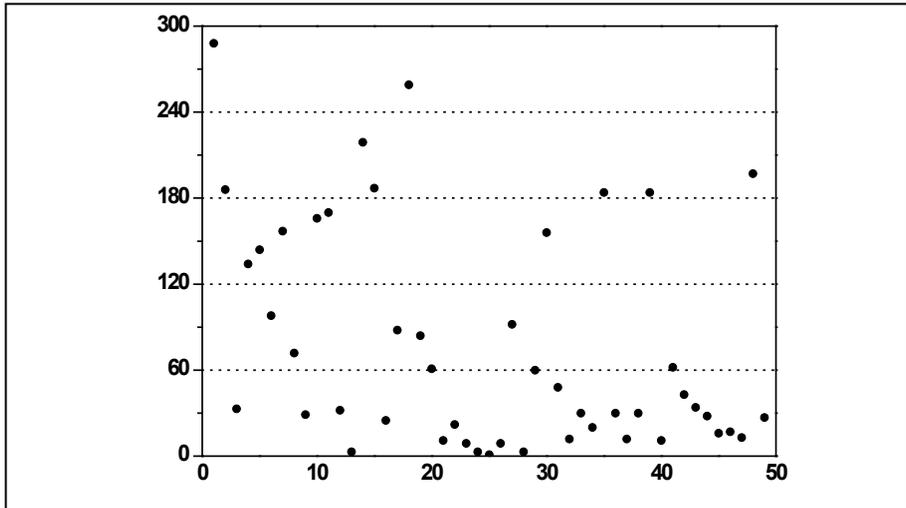
**Gráfico 3:** Tempo de permanência, em dias, dos homens colombianos na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

Entre 1997 e 2007 houve 57 homens à procura de refúgio. A maioria deles permaneceu no máximo 60 dias. Observaram-se também outros dois grupos importantes, aqueles que estiveram entre 120 e 180 dias e, finalmente, aqueles que ficaram ainda mais tempo: entre 180 e 240 dias (gráfico 4).

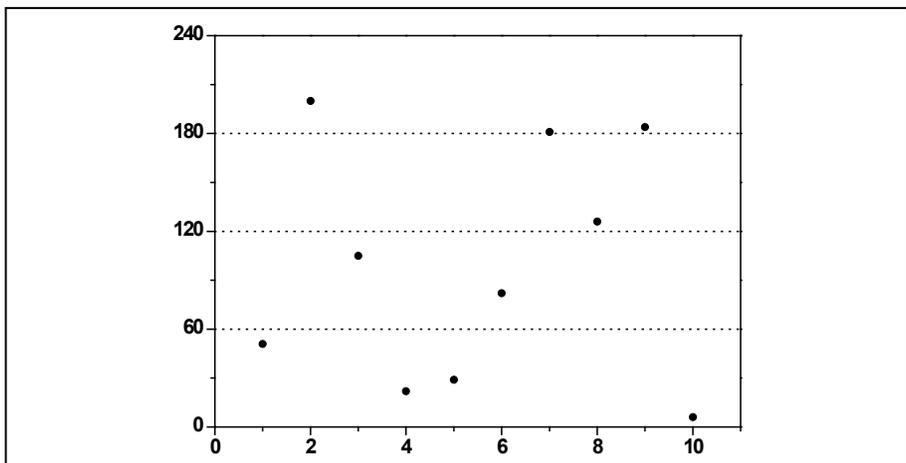
**Gráfico 4:** Tempo de permanência, em dias, dos homens colombianos na Casa do Migrante, em São Paulo, à procura de refúgio, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

Quanto às 10 mulheres albergadas entre 1997 e 2007, é de salientar que a tendência foi a de ficar mais tempo que os homens. Em consequência, a maioria ficou até 120 dias. A maioria delas (6) procuravam refúgio. As demais estiveram um pouco mais (gráfico 5).

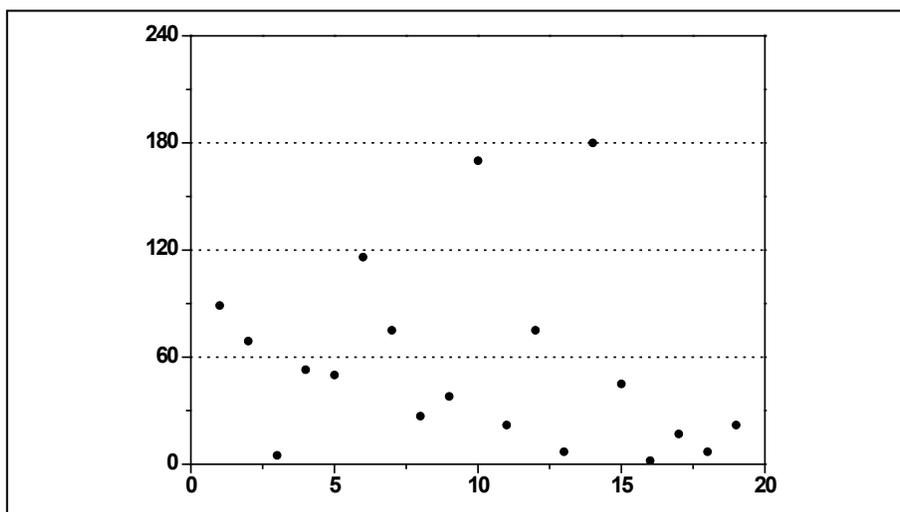
**Gráfico 5:** Tempo de permanência, em dias, das mulheres colombianas na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

Em relação às 19 famílias<sup>4</sup> de origem colombiana, destaca-se que a maioria ficou até 60 sessenta dias, outro grupo ficou até 120 dias e só duas estiveram até cerca de 180 dias. É de ressaltar que a maioria das famílias (16) buscava refúgio (gráfico 6).

**Gráfico 6:** Tempo de permanência, em dias, das famílias colombianas na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

De modo geral, os colombianos usufruíam ao máximo do tempo de permanência permitido nos albergues, muitos deles inclusive havia entrado em uma espécie de “dependência assistencial”, pois constantemente solicitavam às assistentes sociais que os transferissem de albergue, como acontecia com vários deles que conheci.

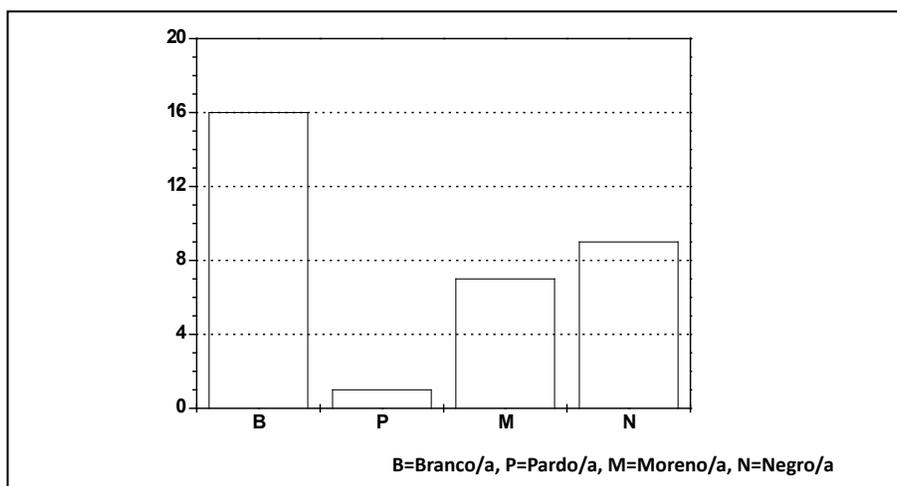
Essa situação estava ligada à impossibilidade de conseguir um trabalho digno, acarretando a recorrência ao rebusque<sup>5</sup>. Isto é, achar uma solução ocasional e engenhosa para enfrentar e sortear dificuldades diárias constitui um saber-fazer, uma arte da resistência (Certeau, 2003: 13; 17). O rebusque perpassa os diversos estratos vitais: morar, trabalhar, interagir, etc. Era e é uma prática difusa, molecular (Deleuze; Guattari, 1994: 218), contraposta à reivindicação. Considero que o rebusque não como uma estratégia de integração social (Estrada, 2010), mas um saber-fazer, uma arte da resistência. O rebusque constitui o efeito da crise institucional (colombiana) e a maneira de adaptação racional à situações nas quais não se dá a cooperação nem se tem certeza sobre a estabilidade dos acordos, como diria Pécaut (2003: 152), potencializados pelos estados de guerra prolongados (Uribe de Hincapié, 1998: 11-37; Uribe de Hincapié, 1999: 23-47) que produzem efeitos macro e micropolíticos (Guattari, Rolnik, 2011; Rolnik,

2011). Quem conseguia romper esse “círculo vicioso da dependência social”, o rompia porque, provavelmente, tinha encontrado um trabalho “melhor” (aliás, “bicos”) ou porque recebia provisoriamente auxílios econômicos do ACNUR (cerca de 300 reais mensais). Esporadicamente o ACNUR, através da CASP, proporcionava medicamentos, material de higiene pessoal e algumas roupas usadas. Quem estava em melhores condições pagava um quarto em um cortiço, por exemplo, na Liberdade. Ali o aluguel mensal era praticamente equivalente ao valor do auxílio. Esse era o caso de uma família de três refugiados que conheci e que juntava suas ajudas com outros ingressos por “bicos” (rebusque) para poder sobreviver, pois seu tempo na rede de albergues teria se esgotado.

## Raça

Outro critério de registro acessado foi o de raça (gráfico 7). É de se destacar que só a partir de 2006 haveria uma regularidade na inclusão desta categoria. Portanto, só no cadastro de 33 dos 91 colombianos que estiveram albergados nessa década, registra-se alguma classificação racial. Desse número, a maioria (27) procurava refúgio. Praticamente a metade aparece registrada como branco, sendo que aparecem registrados como negros (9), morenos (7) e pardos (1). No que se refere às dez mulheres albergadas no mesmo período, só seis delas tiveram alguma categorização racial. Destas seis, a metade (três) foi registrada como negra, duas como brancas e uma como parda. Quanto às famílias, somente em 8 das 19 foi incluída a categoria de raça. Dessas oito, duas foram classificadas como negras, duas como brancas, duas como morenas e negras, duas como branca e parda.

**Gráfico 7:** Raça dos homens colombianos na Casa do Migrante, em São Paulo (1997-2007)

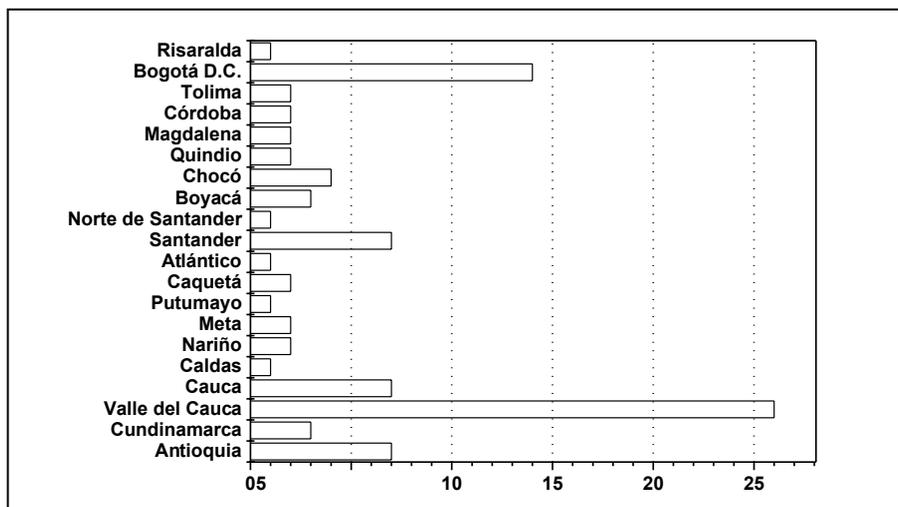


Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

## Origem (naturalidade)

No que diz respeito ao lugar de origem dos colombianos (gráfico 8), destaca-se que das 159 pessoas, registrou-se apenas o local de nascimento de 90 delas. Elas nasceram em pelo menos 47 municípios diferentes e um pouco menos da metade (41) delas nasceu em quatro das principais cidades da Colômbia: Cali (15), Bogotá (14), Medellín (5), Buenaventura (4), Bucaramanga (3). Já no que diz respeito aos departamentos de naturalidade, observa-se que os mais representativos são: Vale do Cauca, Bogotá (Distrito Capital), Antioquia, Cauca e Santander, que somados representam cerca de 70%. Salienta-se que vários destes colombianos nasceram na região do “Eixo Cafeeiro” (Risaralda, Quindio e Caldas) a qual tem uma tradição de migração forçada importante na Colômbia. Por outro lado, além das localidades tradicionalmente atingidas pelo conflito armado colombiano, podem-se reconhecer várias delas que estão associadas com sua recente intensificação como, por exemplo, os departamentos de Choco, Caquetá, Meta, Nariño, Putumayo.

**Gráfico 8:** Departamentos de origem das pessoas colombianas na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



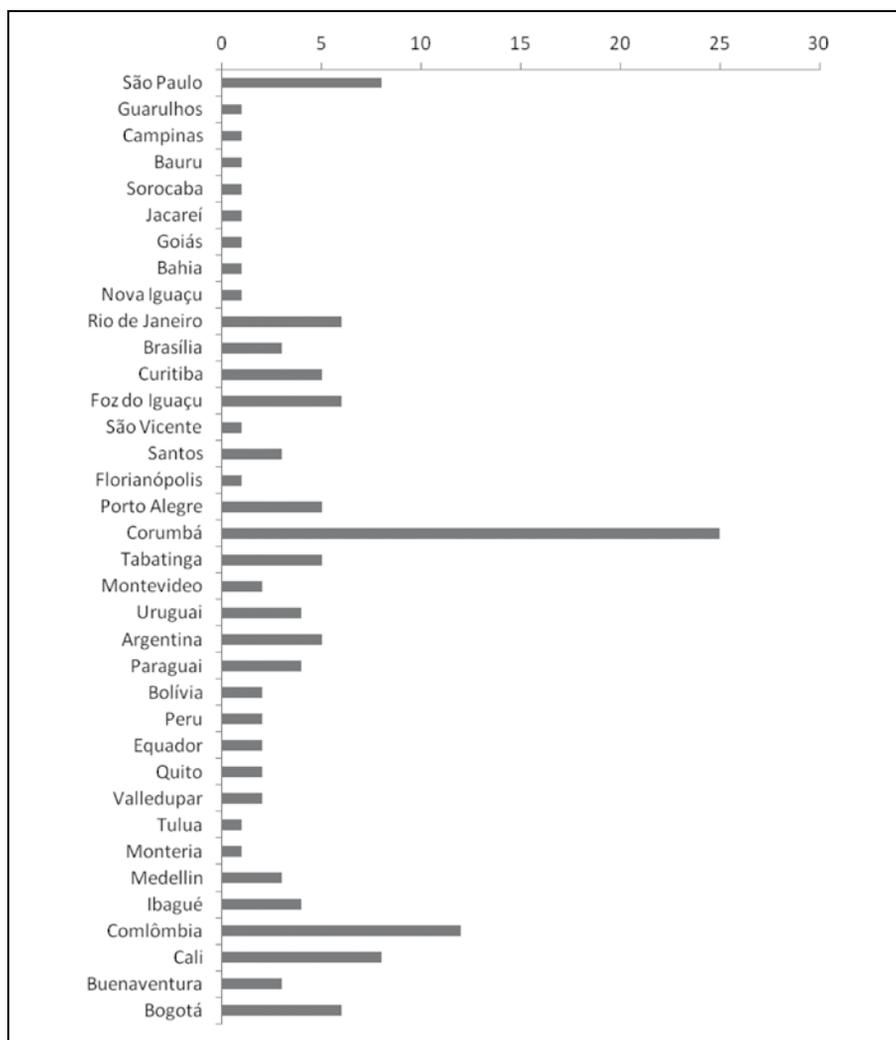
Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

## Procedência

Em relação à procedência, foi possível reconstruir tanto a travessia quanto a localidade a partir da qual os colombianos empreenderam sua fuga em direção a São Paulo (gráfico 9). Quanto às localidades de procedência, pode-se deduzir que eles moravam no país de origem antes de chegar ao Brasil. O percurso mais plausível seria o de que eles teriam fugido por via terrestre ou aérea até Bogotá,

dali embarcariam em voos comerciais com destino ao Brasil, principalmente em direção a São Paulo ou Rio de Janeiro. Das 139 pessoas que se colocaram nessa travessia, 40 delas (29%) seguiria, muito provavelmente, essa trajetória. Com exceção talvez de três pessoas provenientes de Buenaventura e que embarcariam sem documentos em navios que ancorariam no porto de Santos-SP, desconhecendo que teriam chegado ao Brasil.

**Gráfico 9:** Procedência mais recente das pessoas colombianas antes de serem acolhidas na Casa do Migrante, em São Paulo, (1997-2007)



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

No caso dos provenientes do Equador, em geral, e Quito, em particular, trata-se, muito provavelmente, de pessoas que procuraram refúgio no Equador, mas que por perseguições ou ameaças tiveram que abandonar o país. Isto vale para a maioria daquelas que provinham do Peru, do Paraguai, da Bolívia, bem como para aquelas que entraram pela fronteira brasileira com estes dois últimos países (Corumbá e Foz de Iguaçu) e passaram por cidades do interior paulista (Bauru, Sorocaba e Campinas). 46 imigrantes colombianos (33%) que fizeram esse percurso e chegaram a São Paulo, muito provavelmente, tiveram que viajar pelo menos uma semana por via terrestre. Contudo, outros podem levar até um mês ou mais dependendo, principalmente, da disponibilidade de recursos econômicos. Em geral, só poucos foram classificados como caminhantes, andariões, mochileiros. Quanto às onze pessoas (aproximadamente 8%) procedentes de localidades do Cone Sul (Argentina e o Uruguai, em geral, e Montevidéu, em particular), muito provavelmente se tratava de pessoas que estavam morando nesses países, mas que tiveram que fugir. Eles certamente tiveram que empreender um longo trajeto terrestre (ônibus, carona), dependendo dos recursos disponíveis.

Outra via de entrada ao Brasil consistiria na travessia pela floresta amazônica. A localidade de entrada por excelência é a cidade de Tabatinga, na fronteira com a Colômbia. Ressalta-se que Leticia, a única cidade fronteiriça da Colômbia nesta região, é a capital do departamento de Amazonas e está localizada na margem esquerda do rio Solimões. Ademais, Leticia fica distante e está completamente isolada (geográfica e socialmente) das principais cidades colombianas. No passado foi um importante porto fluvial e de intercâmbio comercial com o Brasil e o Peru, mas hoje está em evidente declínio. É de assinalar que em Leticia mora 60% da população do departamento de Amazonas, onde, de acordo com o último *Censo General* 2005, realizado pelo Departamento Administrativo Nacional de Estadística (2008), havia 67.726 habitantes. Apenas cinco pessoas (3,6%) fariam este trajeto, o qual, dependendo da localidade de início, poderia ter levado meses.

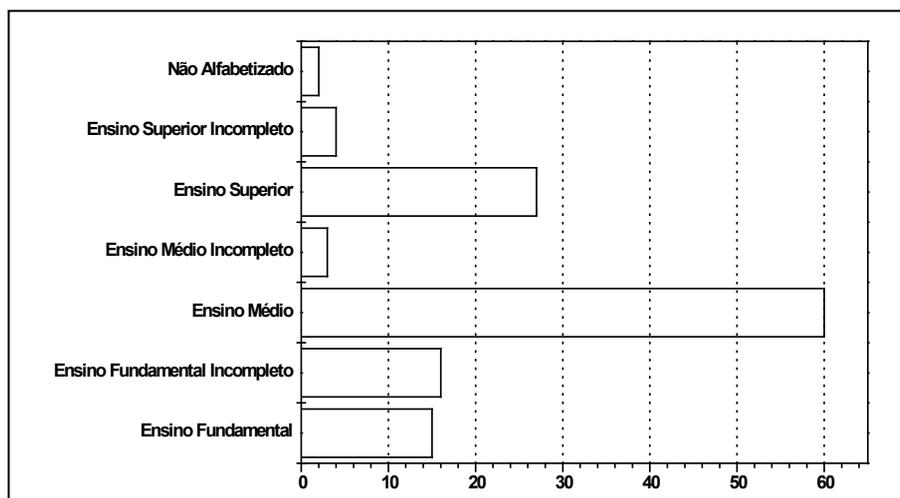
No que diz respeito às treze pessoas (9,4%) procedentes de Bahia, Goiás, Brasília, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Jacareí, é provável que se trate de quem já estava nessas localidades ou fez escala nelas, procedente da Colômbia, Venezuela, Equador Peru ou Bolívia, onde teriam solicitado asilo. Já no que tange às quatro pessoas (cerca de 3%) provenientes do litoral paulista (Santos e São Vicente), é provável que se trate de pessoas provenientes de outros países do Cone Sul (Argentina, Uruguai e Chile). Estes viajantes forçados teriam realizado sua travessia de forma terrestre ou viajaram sem documentos em navios procedentes do porto colombiano de Buenaventura, como mencionado antes. Por fim, no caso das onze pessoas (cerca de 8%) que provinham do sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba), é provável que elas já estivessem assentadas nessas cidades ou estivessem em trânsito entre o Brasil, a Argentina e/o Uruguai, como teria acontecido em alguns casos.

É importante destacar que a região conhecida como “Eixo Cafeeiro” evidenciaria um crescente fluxo de pessoas à procura de refúgio em especial desde meados da década de noventa. Essa região se tornaria uma das principais regiões de emissão de colombianos por várias razões: a crise cafeeira de finais da década de oitenta, a intensificação da violência ligada ao narcotráfico e a delinquência comum (1998 a 2001) e a insegurança ocasionada pelo ataque de grupos armados. Além disso, o contexto pioraria depois do terremoto de 25 de janeiro de 1999 que atingiu pelo menos 28 municípios da região. Além do “Eixo Cafeeiro”, os desterritorializados provinham dos departamentos fronteiriços com o Equador (Nariño, Putumayo e Caquetá), a Venezuela (Santander do Norte e do Sul), o Brasil e o Peru (Vaupés, Guainía e Amazonas) e, por fim, o Panamá (Chocó). Nestes lugares o conflito teria se agudizado nos últimos anos.

## Escolaridade

No tangente à escolaridade, os colombianos albergados possuíam bom nível educacional. Apenas duas pessoas, das 127 registradas, eram analfabetas. Cerca da metade delas tinha cursado o ensino médio. Por outro lado, é de se destacar que aproximadamente uma quarta parte delas cursou estudos superiores, sendo que a maioria os completou. Quanto ao ensino fundamental, aproximadamente a quarta parte deles o frequentou, a metade praticamente os terminou (gráfico 10).

**Gráfico 10:** Nível de escolaridade das pessoas colombianas na Casa do Migrante, em São Paulo, (1997-2007)

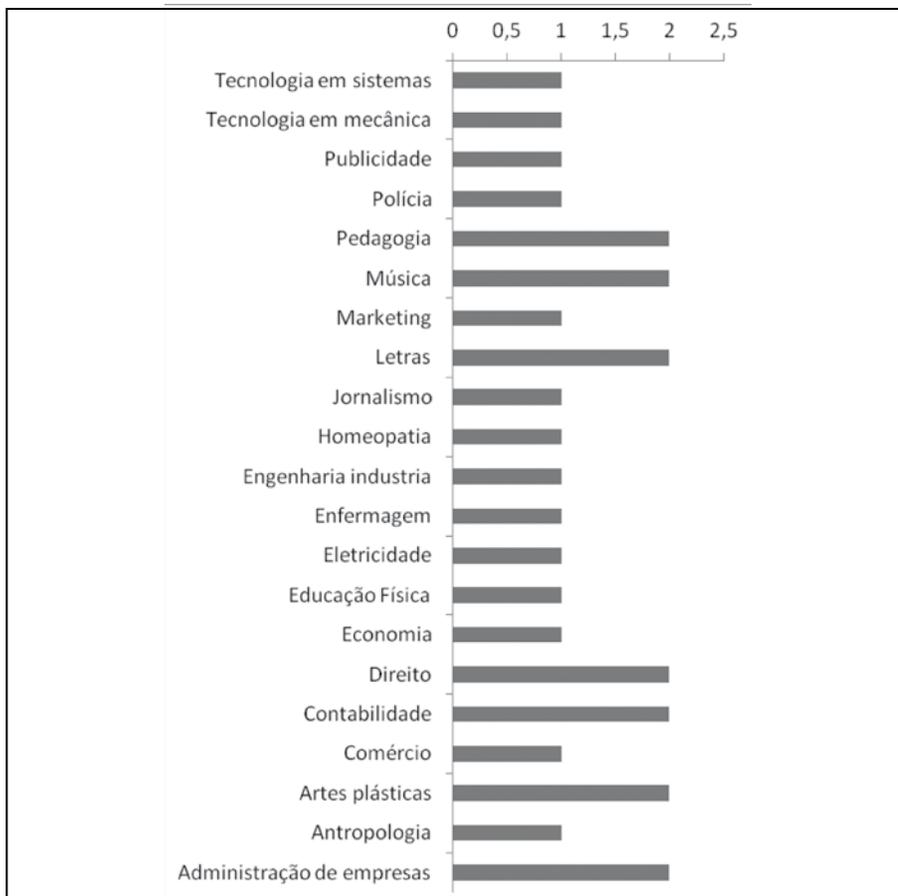


Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

## Mundo do trabalho

Quanto às profissões e ofícios, foram cadastradas 28 pessoas, cujas profissões e ofícios eram diversos (gráfico 11). O leque é bastante amplo. Entretanto se destacam administração de empresas, artes plásticas, contabilidade, direito, letras, música e pedagogia. Igualmente, registrou-se a presença de antropólogos, homeopatas, publicitários, jornalistas, etc. As ocupações dos colombianos desvelam que nem sempre se exerce a profissão não qual se formou ou apreendeu. Por outro lado, os ofícios permitem uma aproximação ao mundo do trabalho, seja o que exerciam no país de origem ou o desempenhado nas localidades de destino. Diante das dificuldades, a maioria deles já tinha exercido múltiplas ocupações, o que evidentemente configuraria a importância do *rebusque*.

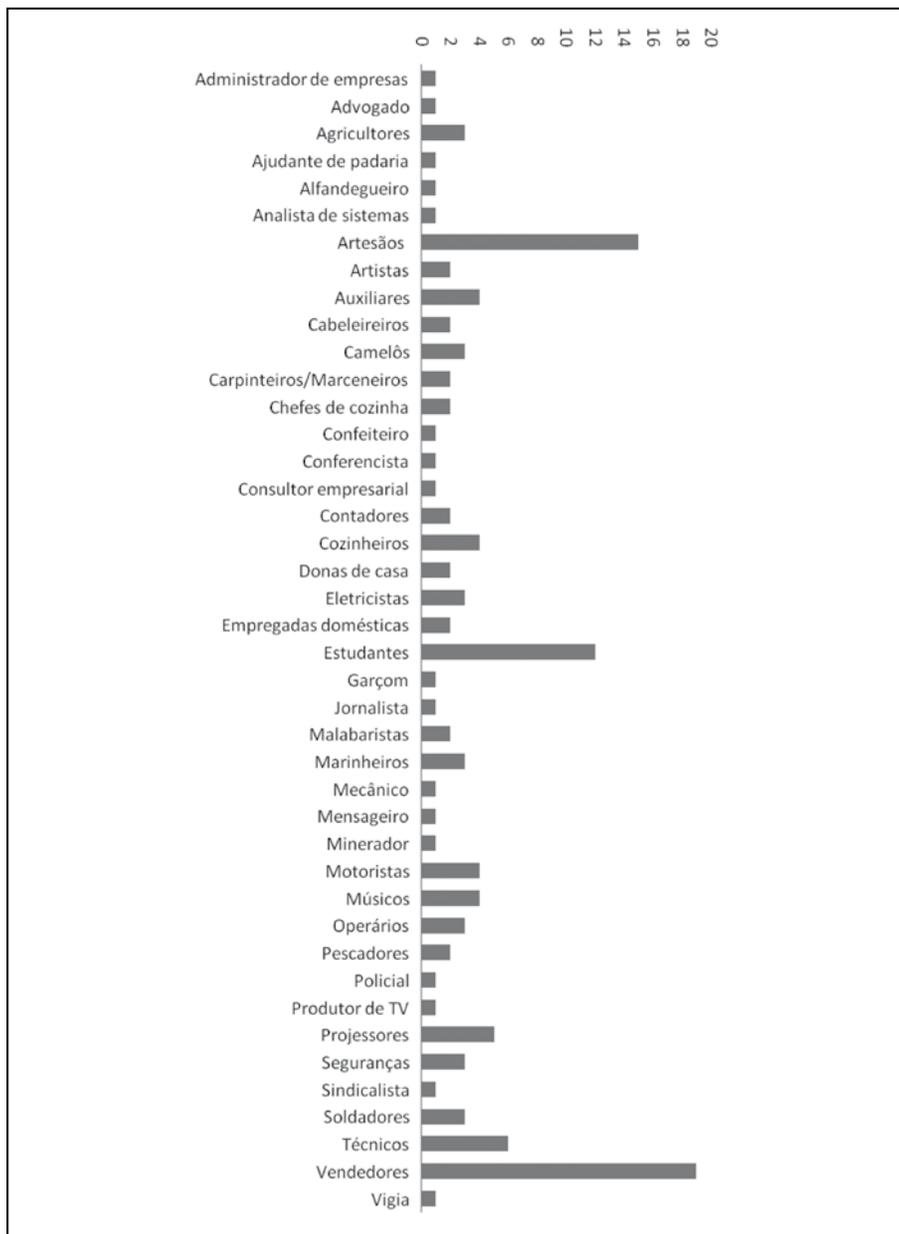
**Gráfico 11:** Profissões e Ofícios das pessoas colombianas na Casa do Migrante, em São Paulo, (1997-2007)



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

De acordo com os registros, pude classificar 43 ocupações exercidas pelos 129 colombianos que permaneceram entre 1997 e 2007. Observa-se que as mais praticadas se concentram no setor de serviços. Sobressaem vendedores (15%), artesãos (12%), estudantes (9,3%), técnicos em geral (cerca de 5%), professores (cerca de 4%), cozinheiros, auxiliares em geral, músicos e motoristas (cerca de 3% cada uma). Alguns ofícios são *sui generis*: conferencistas, malabaristas (gráfico 12). Constatei também que as ocupações mais desempenhadas eram informais (*rebusque*). A *flexibilidade* e a *precariedade* (Estrada, 2010: 192), em todo sentido, predominavam: comércio ambulante (camelô), publicidade de rua (distribuição de panfletos, produtos e serviços, *homens-cartazes*). Outras atividades estavam ligadas à construção civil (bicos de pedreiros ou ajudantes: *rebusque*). Havia também eletricitas, telefonistas de *Call Centers* (nicho de mercado em auge e para o qual falar espanhol era vantajoso), músicos de rua, garçons, alguns poucos professores de espanhol, cabeleireiros, etc.

**Gráfico 12:** Ocupações das pessoas colombianas acolhidas na Casa do Migrante, em São Paulo, no período 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas cadastrais de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

## Conclusões

Daniel Pécaut (2003: 113-133) considera que a apresentação da história em termos de catástrofes é amplamente ahistórica. Pécaut, ao evocar as reflexões que Walter Benjamin faz sobre o conceito de história, a propósito do *Angelus Novus* de Paul Klee, afirma que o monte de escombros faria parte da vulgata histórica colombiana, mas não o vento do progresso. Escassos seriam os momentos nos quais se acreditaria no progresso, incluídos os atuais. Contrariamente, no Brasil, onde devido à influência do positivismo se manteria a convicção de que se poderia progredir e de que o futuro estaria garantido, sem importar as vicissitudes. Esse fenômeno seria explicável na Colômbia devido aos estragos que a guerra causaria e que exprimiriam uma tríplice impossibilidade e confusão entre as esferas da memória, o esquecimento e a história (Pécaut, 2003). Contudo, devo assinalar que Pécaut se esqueceu, entre outros, das extraordinárias análises históricas de Maria Teresa Uribe de Hincapié (1999), as quais procurariam dar conta de modo sistemático da genealogia do conflito interno colombiano.

Por outro lado, os estados de guerra prolongados na Colômbia têm causado uma constante desterritorialização que hoje produz mais de 5 milhões de “refugiados internos”. Atualmente, depois da Síria a Colômbia constitui o segundo país com maior número de “deslocados internos”. A esse respeito, deve destacar-se que durante os governos de Álvaro Uribe (2002-2010), as cifras em geral tanto de refugiados quanto de solicitantes de asilo aumentaram exponencialmente. Assim, se em 2002 as solicitações de asilo não superaram as 10 mil por ano, a partir de 2001 as mesmas ultrapassaram as 20 mil por ano. Exceto em 2005 quando houve aproximadamente 15 mil e em 2006 quando ascenderam a, mais ou menos, 18 mil.

No que se refere à população refugiada propriamente dita, é de salientar que até 2002 houve por volta de 20 mil refugiados colombianos no mundo, enquanto em 2007 essas mesmas pessoas atingiram aproximadamente 81 mil pessoas, ou seja, 4 vezes mais (Estrada, 2010). Apesar disso, o ex-presidente Álvaro Uribe negaria reiteradamente a existência de qualquer conflito bélico na Colômbia.

Já com relação aos viajantes forçados colombianos que passaram pela Casa do Migrante entre 1997 e 2007, é de salientar que eles atingiram cifras expressivas com relação ao total dos moradores da Casa: um terço ou mais ao longo dessa década. Eram, sobretudo, homens entre 20 e 50 anos, solicitantes de asilo ou refugiados que, entre 2006 e 2007, estariam acompanhados de suas famílias. Embora registrados como brancos e negros, constatei que majoritariamente poderiam “classificar-se” como mestiços ou afrodescendentes que teriam nascido ou provinham de pequenas cidades, onde o conflito teria sido emblemático. Quase todos contavam com um bom nível de escolaridade: no mínimo o ensino fundamental completo. Muitos exerciam uma profissão mas, sobretudo, um ofício ligado principalmente ao terceiro setor (vendedores em geral e camelôs, artesãos ou técnicos). Muitos teriam feito uma longa travessia para chegar ao Brasil, seja

pela floresta amazônica ou pela estrada pan-americana. Eram numerosos os que já tinham sido refugiados em outro país, em especial, Equador, mas devido a ameaças e perseguições tiveram que fugir novamente, tornando-se reassentado. Só poucos deles teriam sucesso na solicitação de reunião familiar. A maioria permaneceria no albergue entre dois e seis meses, sobretudo, as mulheres. Só uns poucos permaneceriam oito meses ou mais.

Ao mesmo tempo, os efeitos macro e micropolíticos dessa desterritorialização dariam lugar a múltiplas resistências<sup>6</sup>, de reivindicações individuais e coletivas até o rebusque. Manifestações dela constituiriam as tentativas de prolongar a estadia no albergue, assim como a consecução de documentos, trabalho (“bicos”) e, de modo geral, a “sobrevivência” (alimentação, mobilidade, etc.) em São Paulo, levando em conta o quadro de extrema vulnerabilidade em que se encontravam esses colombianos.

Porém, a desterritorialização ocasionaria também efeitos positivos, não apenas negativos: “você perde a sua guarida, porém, sabe que pode construí-la em qualquer parte; separa-se de seus amigos, não obstante, sabe que pode tecer a sua rede de novo; rompe-se com o medo, o medo de perder a casa, os amigos”<sup>7</sup>, a “moral”, o discurso ordinário, etc. O medo que corrompe e no qual se apoiam as ditaduras, os microfascismos. Em uma palavra, rompe-se com a estabilidade e a segurança que nos sedentariza, nos domestica. Felizmente, diante das catástrofes, do medo, das viagens forçadas, os colombianos sempre esgrimem sua melhor arma: o humor, essa arte das superfícies que abomina as alturas e as profundezas em favor da gravidade. Essa arte que perverte, como diria Michel Foucault (2007).

## Notas

1 - Desde 2012 a Colômbia aparece pouco na mídia brasileira, curiosamente quando começam as negociações de paz entre o Estado colombiano e as FARC. Parece que a paz não gera o rating (IBOPE) suficiente para ser noticiada, ao contrário, do que acontece com a guerra.

2 - Quando me refiro a esse neologismo, que se disseminara vastamente nas ciências humanas a partir da publicação original, em língua francesa, do Anti-Édipo de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1972), enfatizo a sua estreita relação com as noções de território, terra e reterritorialização. O território não designa apenas um referencial geográfico, mas indica relações de propriedade, apropriação ou identidade. Mesmo que a desterritorialização aluda ao espaço, ela não corresponde apenas à delimitação objetiva de um lugar geográfico. Seu valor é existencial, circunscreve (material e afetivamente), para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias com o outro e protege do caos. Portanto, desterritorialização não tem a ver exclusivamente com fugir ou ser forçado a abandonar um território.

3 - Estas entrevistas não serão utilizadas no presente texto. Contudo, fizeram parte das fontes primárias da minha tese de doutorado.

4 - A composição das famílias registradas é diversa. Contudo, destacam-se as do tipo nuclear. Há também algumas compostas por mães chefes de família. Outras, contrariamente, só por irmãos ou famílias extensas (avós e netos, sobretudo).

5 - No dicionário Aurélio, o rebusque se define como a ação de rebuscar-se; é um sinônimo de arranjo, negociata, de conseguir algo para si por expedientes; de filar; de arranjar-se. Coloquialmente o que na Colômbia se denomina rebusque se aproximaria do que no Brasil se denomina virar-se, arranjar-se ou dar um jeito.

6 - Onde se exerce o poder há resistência, como diria Michel Foucault (1984), e, embora sequestrada por dispositivos de poder, políticas de subjetivação e cognição hegemônicas, ela possibilita modos de existência que resgatam a potência do político.

7 - Trecho da narrativa de Bruno I (Estrada, 2010: 271), um dos viajantes forçados colombianos que entrevistei.

## Referências

- AGIER, M. *Gérer les indésirables : des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire*. Paris : Flammarion, 2008.
- AGIER, M. “Refugiados diante da nova ordem mundial”. São Paulo, *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, nº. 2, pp. 197-215, 2006.
- AGIER, M. «La main gauche de l’Empire». Paris, *Multitudes*, nº 11, p. 67-77, 1/ 2003.
- ASSOCIAÇÃO PALOTINAS. Apresentação. São Paulo: Palotinas, 2015.  
Disponível em:<<http://www.palotinas.com.br/paginas/ver/803>>. Acesso em: 08/06/2015.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CUTTI, D. “Migrantes ou Carentes? A trajetória da Associação de Voluntários Pela Integração dos Migrantes-AVIM”. São Paulo, Revista Travessia, nº29, Setembro-Dezembro, 1997.
- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE. Censo general 2005. Nivel nacional. República de Colombia: Dane, 2008.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. El Anti-Edipo. Capitalismo y Esquizofrenia. Barcelona, Espanha: Paidós Ibérica-S.A, 1985.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. Mil Mesetas: Capitalismo y Esquizofrenia. Valencia-Espanha: Pre-Textos, 1994.
- ESTRADA, M. R. Desterritorialização e resistências: viajantes forçados colombianos em São Paulo e Barcelona. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2010. Tese de doutorado.
- FERREIRA, J. S. W. O mito da cidade-global. O papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, [1986] 2011.
- KOFES, S. Uma trajetória em narrativas. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda, 2001.

- MISSAO PAZ. Rostos da migração. São Paulo: Missão Paz, 2015.  
Disponível em:<<http://www.missaopaz.org>>. Acesso em: 08/06/2015.
- PÉCAUT, D. Las FARC: ¿Una guerrilla sin fin o sin fines? Bogotá: Norma, 2008.
- PÉCAUT, D. Crónica de cuatro décadas de política colombiana. Bogotá: Norma, 2006.
- PECAUT, D. Violencia y Política: ensayos sobre el conflicto colombiano. Medellín: Hombre Nuevo-Universidad del Valle, 2003.
- ROLNIK, S. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, [2006] 2011.
- URIBE de HINCAPIÉ, M. T. “Las soberanías en disputa: ¿conflicto de identidades o de derechos?”. , Medellín, Estudios Políticos, nº. 15, pág. 23-47, diciembre, 1999.
- URIBE de HINCAMPIÉ, M. T. “Las soberanías en vilo en un contexto de guerra y paz”. Medellín, Estudios Políticos, 13, pág. 11-37, junio-diciembre de 1998.

## RESUMO

Este artigo analisa, do ponto de vista antropológico, a passagem pela Casa do Migrante de colombianos *desterritorializados* entre os anos de 1997 e 2007, com base em dados estatísticos e demográficos extraídos de suas fichas cadastrais no CEM e complementados com observações etnográficas. Sustenta-se que esta *desterritorialização* é um processo geográfico e existencial. Aponta que este mesmo fenômeno, no caso colombiano, está estreitamente ligado a *estados de guerra prolongados* que geram os mais diversos tipos de *resistência*, desde reivindicações individuais e coletivas até a prática do *rebusque*.

**Palavras chaves:** refugiados colombianos, desterritorialização, *rebusque*.

## ABSTRACT

This paper explores, from an anthropological point of view, the flux of *deterritorialized* Colombians at the *Casa do Migrante* in Sao Paulo city, between 1997 and 2007. The analysis is based on statistical and demographic information excerpts from their personal data card in the CEM, and complemented by ethnographical observations. I support this *deterritorialization* process is both geographic and existential which obeys *prolonged states of war*. I also sustain that the same phenomenon produces several types of resistance, ongoing from vindications to *resourcefulness*. Thus resistance is expressed in an impetuous, subtle, noticeable, or concealed way, constituting what Scott, Certeau, and Pécaut designate *infrapolitics*, *antidiscipline*, or *savoir-faire*, respectively, which individuals resort to in the event of necessity.

**Keywords:** colombian refugees, deterritorialization, *resourcefulness*.

# Análise matricial da mobilidade ocupacional: o caso dos imigrantes chilenos no Paraná

*Rene Castro Berardi\**

## 1 - Considerações teóricas

Estudos referentes à mobilidade sócio ocupacional e migração têm ocupado um espaço importante na Sociologia em âmbito mundial, sendo que no Brasil tal relevância vem ocorrendo nestas últimas décadas.

Com relação à mobilidade, os primeiros estudos procuravam desenvolver metodologias e medições teóricas que buscavam respostas para a seguinte questão teórica: Mobilidade entre o que?

Os estudos de mobilidade no mundo foram desenvolvidos em grandes eixos históricos. O primeiro compreende o período entre 1950 e 1960 que utilizava como método as comparações da mobilidade ao nível internacional, através das contribuições de Zetterberg (1956), Lipset e Bendix (1959), Blau e Duncan (1967), entre outros.

O segundo eixo teve início nos anos 70, no qual se destacavam novas proposições metodológicas que visavam aperfeiçoar as comparações internacionais realizadas dos períodos anteriores, destacando-se os trabalhos de Featherman e Hauser (1976), Goodman (1979) e Hauser (1979).

O terceiro eixo começou nos anos 80 e está marcado pelo desenvolvimento de metodologias na análise de dados e na formação de matrizes teóricas de mobilidade com destaque para Goldrhorpe (1980) e Wright (1997).

O avanço observado nestes três eixos resulta na metodologia que utiliza a formatação de matrizes de mobilidade para avaliar a transição entre diversas categorias sócio-ocupacionais.

No entanto, o primeiro autor reconhecido por estudar o tema de mobilidade foi Sorokim (1959), o qual elaborou um Modelo de Mobilidade Social. Neste modelo, o autor define a mobilidade como sendo a transição de um indivíduo/grupo de uma posição social para outra, podendo esta mobilidade acontecer tanto na forma horizontal (sem mudança na posição social) ou vertical (com mudanças ascendentes/descendentes de uma posição/estrato social para outra).

---

*\*Doutor em Sociologia (Universidade Federal do Paraná). Economista (Universidad de Chile). Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.*

Segundo a opinião de Bourdon (1981, p.25), para Sorokin, as causas que podem gerar uma mobilidade vertical estão relacionadas com fatores educacionais e familiares (tradição, hábitos e comportamentos). Neste sentido, o autor considera que existem alguns filtros que podem permitir que o processo de seleção dos indivíduos seja realizado em melhores condições dependendo do tipo de sociedade, como seria o caso das sociedades consideradas mais abertas, as quais permitem uma maior passagem entre estratos sociais em relação às sociedades mais fechadas, que apresentam maiores barreiras, as quais dificultam a mobilidade social para estratos superiores.

Desta forma, Sorokin (1959) entendia a mobilidade como “o resultado complexo de um processo de filtragem dos indivíduos por uma sequência de instâncias de orientação ou selection agencies”. Ou seja, a mobilidade é resultado de um jogo existente entre as estruturas sociais e as instâncias de orientação.

As instâncias de orientação variam de acordo com a sociedade, sendo assim, nas sociedades tradicionais a instância de orientação é a família, com o papel fundamental na mobilidade social, enquanto nas sociedades industriais modernas a escola é a que oferece as competências necessárias para a mobilidade”. (BOURDON, 1981, p.25).

Consequentemente, para Sorokin a mobilidade social é um “processo”, pois as desigualdades nas oportunidades são resultado da filtragem realizado pelas instancias de orientação.

Em suma, Sorokin oferece uma perspectiva teórica da mobilidade social na qual demonstra que este é um “processo” gerador de desigualdades nas oportunidades que formam as sociedades, as quais são resultado da filtragem realizada pelas chamadas instâncias de orientação, que podem ser a família e o sistema educacional.

A partir dos trabalhos realizados por Sorokin (1959), a continuidade dos mesmos se deu após a segunda Guerra Mundial por estudos de medições da mobilidade nos Estados Unidos da América - EUA (1953), Reino Unido (1954), Noruega (1965) e Dinamarca (1965), os quais buscavam analisar a mobilidade social entre diversas gerações.

Os estudos realizados nestes países mostraram que as sociedades industrializadas apresentaram altas taxas de mobilidade causadas pela maior igualdade na aquisição progressiva da educação e melhores padrões de vida, gerando uma menor desigualdade de oportunidades ocupacionais e uma concorrência mais equilibrada entre os indivíduos. Estes estudos também mostravam a existência de uma relação direta entre industrialização e mobilidade, assim como a relevância dos fatores psicológicos e subjetivos do indivíduo no processo de mobilidade (PICANÇO, 2006).

Ademais, os estudos realizados originaram a Teoria Fatorial, que foi aproveitada por Zetterberg (1956) e Lipset e Bendix (1959), para demonstrar

que a mobilidade pode ser explicada por um conjunto de fatores tais como, desenvolvimento econômico, taxa de escolarização, estratificação social e etc., os quais podem influenciar positiva ou negativamente na mobilidade social.

Por outro lado, Lipset e Bendix (1959), aplicaram este modelo e observaram que existiam taxas similares de mobilidade entre países industrializados, destacando que nos estágios iniciais da industrialização destes países, foram geradas altas taxas de mobilidade. Da mesma forma, estes estudos mostraram que o contexto social explicava os diversos níveis de desejos individuais (psicológico e subjetivo) de ascensão social nos indivíduos.

Nessa perspectiva teórica, estes autores concluem que as taxas de mobilidade podiam ser explicadas por fatores estruturais - como a taxa de fecundidade e o nível de abertura das oportunidades ocupacionais - e fatores originados nas motivações pessoais, gerados pela maior ampliação das oportunidades ocupacionais.

Na década de 70 outros autores como Featherman e Hauser (1976) apresentaram uma nova proposta teórica que mostrava que a variação das taxas de mobilidade podia ser explicada pelos padrões das probabilidades/chances relativas da mobilidade que estão subjacentes nas taxas absolutas de mobilidade. Desta forma, era possível quantificar o nível de abertura/fechamento das estruturas de classe nas sociedades estudadas.

Segundo estes autores, a mobilidade medida pelas taxas relativas (probabilidade/chance dos indivíduos provirem das categorias de origem distintas para uma mesma categoria de destino), poderia ser constante no tempo.

Nesta mesma direção, Blau e Duncan (1967) mostram, através do estudo da estrutura ocupacional americana, que a mobilidade social observada nos EUA apresenta três fatores estruturais explicativos: o progresso tecnológico/econômico, mobilidade geográfica e a fecundidade. Os indivíduos que apresentam estes fatores estruturais podem obter melhores posições na estrutura sócio ocupacional, resultante de uma positiva mobilidade social. Estes autores aplicaram a metodologia de Path Analysis ou Análise de Trajetórias, que lhes permitiu a formação de um modelo causal no qual se quantificam os impactos das variáveis sociais (educação, ocupação anterior dos pais) sobre a posição ocupacional dos indivíduos, segundo a qual podiam adquirir melhores posições na escala de status social.

O estudo mostra que o *status* da primeira ocupação é explicado pela educação do indivíduo e também pela ocupação e escolaridade do seu pai. Enquanto que o *status* da ocupação atual está ligado à educação do indivíduo, à primeira ocupação e às variáveis de origem (sexo, idade e etc.).

Nos anos 70 e 80 surgiu uma nova perspectiva, chamada de Classe-estrutural, que foi representada por Goodman (1979), Hauser (1979), Goldrhorpe (1980) e Wright (1997), que buscava retomar as questões teóricas abordadas pelos estudos desenvolvidos nos anos 50 e 60. Segundo Picanço (2006), Pastore e Valle Silva (2000), o objetivo desta perspectiva era entregar uma base conceitual

da estrutura de classe social procurando identificar as barreiras da mobilidade ocupacional e as fronteiras da classe social existentes na sociedade.

Segundo esta tendência, as estruturas de classe estão formadas pela agrupação numa mesma classe de ocupações, com base nas posições ocupadas pelos indivíduos dentro do mercado de trabalho. Desta forma, a posição de ocupação (empresários, empregados e autônomos), o segmento econômico a que pertence (agricultura, indústria, serviços e etc.) e o nível de qualificação profissional são os critérios que permitem a classificação das ocupações dentro dos estratos/classes sociais.

Desta forma, a mobilidade é quantificada a partir das mudanças nas relações dos indivíduos no mercado, no trabalho e nas empresas. Do ponto de vista metodológico, esta perspectiva teórica é aplicada na análise das taxas relativas de mobilidade, anteriormente aplicadas por Featherman e Hauser (1976), dando origem aos modelos de quase-independência<sup>1</sup> e log-lineal<sup>2</sup>.

No Brasil, os estudos sobre mobilidade sócio ocupacional se desenvolveram com base em dois eixos. O primeiro estudava a mobilidade social buscando identificar pós-fluxos entre classes sociais concentrando-se na estrutura dessas classes. Na perspectiva da mobilidade social era necessária uma definição prévia sobre o conceito de classe social e sua estrutura. O segundo visava o estudo da mobilidade ocupacional, que avaliava os fluxos entre as categorias/estratos ocupacionais focando-se na estrutura ocupacional da sociedade, da qual era importante conhecer a estrutura do emprego, do mercado de trabalho e a escala dos estratos das ocupações.

Desta forma, cada uma destas perspectivas teóricas trabalhava o problema sociológico da mobilidade social e ocupacional com metodologias diferenciadas em relação às unidades de análise, modelos, matrizes e conseqüentemente geram resultados diferentes.

No Brasil, os estudos de mobilidade social-ocupacional foram iniciados com Pastore (1979) e Valle Silva (1981) e continuados com Hosenbalg & Valle Silva (1988), Pastore & Haller (1993), Andrade (2000), Pastore e Vale Silva (2000), Jannuzzi (2000,2002), Picanço (2006, 2007), entre outros.

Segundo Pastore (1979), os primeiros trabalhos sobre mobilidade social mostravam que no século XX, no Brasil, a mobilidade social era ascendente, o que permitia um crescimento nas ocupações em áreas urbanas, não manuais e com maior qualificação. As ocupações se concentravam na base da pirâmide social, o que era causado, principalmente, pela herança da classe social de origem e pela menor distância sócio ocupacional percorrida (PASTORE, 1979; JANUZZI, 2000).

Pastore demonstrou que esta mobilidade ascendente posicionou-se nos primeiros degraus da pirâmide social, como foi o caso dos filhos dos trabalhadores rurais com baixa/media qualificação, que apresentaram uma mobilidade em direção as ocupações nas áreas urbanas (Pastore, 1979, Pastore e Valle Silva, 2000).

Para Pastore (1979), a sociedade brasileira mostrava um perfil dinâmico na mobilidade, como explica:

O quadro geral da mobilidade no Brasil revela uma sociedade bastante dinâmica ao longo do século XX. Nesse período, o país passou por inúmeras transformações que tiveram marcantes repercussões na estrutura social. Dentre elas, a passagem de uma sociedade rural para urbana constituiu um dos fenômenos de maior impacto para a transformação da estrutura social brasileira e para o surgimento de uma classe média bastante razoável, [...]. A despeito da forte expansão dos empregos do baixo terciário nas zonas urbanas, as ocupações de classe média para os chefes de família aumentaram substancialmente ao longo de todo o século XX. Tais ocupações simplesmente inexistiam no tempo de nossos pais e nossos avós. No período considerado, o Brasil iniciou consolidou seu processo de industrialização e com ele emergiu um grande número de ocupações industriais. Mais importante que isso foi a enorme expansão das ocupações periféricas à própria industrialização no setor de serviços e, ainda, intensa ampliação das atividades do comércio ligadas não só a industrialização como a própria aglomeração urbana (PASTORE, 1979, p.178)

Esta opinião reforça a tese de que a maioria da população economicamente ativa (PEA) brasileira, no século XX, teria apresentado uma mobilidade ascendente em relação às gerações passadas e também com relação à primeira ocupação obtida no mercado de trabalho.

Finalmente, conclui-se que a mobilidade ascendente não gerou uma sociedade industrial desigual, visto que “muitos ascenderam pouco e poucos ascenderam muito” (PASTORE, 1979).

Na opinião de Jannuzzi (2000), a relação contraditória entre mobilidade ascendente e maior desigualdade social resultou do fato de que os trabalhadores rurais emigrantes obtiveram uma inserção no mercado de trabalho urbano mas, no entanto, não conseguiram uma justa inserção ocupacional reforçando, desta maneira, a distribuição desigual na renda que apresentava o Brasil nos anos 40.

Nas opiniões de Pastore & Valle Silva (2000), as causas desta situação desigual estão no processo de industrialização de pós-guerra, na urbanização das cidades e no aumento da oferta educacional acontecido a partir dos anos 40.

Na perspectiva de Jannuzzi (2000), o processo de industrialização e de urbanização gerou uma mudança na estrutura ocupacional, pois o setor agrícola perdeu relativa importância na economia, visto que chegou a ter uma representação de 66% em 1940 que caiu para 44% em 1970. Conseqüentemente,

o setor industrial gerou uma maior demanda de empregos, principalmente na área da construção civil, do comércio, prestação de serviços sociais e na administração pública, aumentando as oportunidades ocupacionais e resultando numa maior mobilidade social ascendente. Outro fator importante foi a maior oferta de educação possibilitando aumentar o nível de capacitação técnica dos trabalhadores rurais, que desta forma puderam aproveitar o crescimento nas oportunidades ocupacionais.

Sendo assim, o processo acelerado de industrialização e educação permitiram ao Brasil evoluir de um país agrário-rural para uma nação industrial-urbana. Neste sentido, a migração da área rural para a urbana provocou os seguintes efeitos:

Assim a migração rural-urbana acabou induzindo novos efeitos sobre a mobilidade, pela demanda adicional de serviços e equipamentos urbanos dos migrantes incorporados no mercado de trabalho nas cidades. Além disso, a vinda de migrantes e suas famílias para as cidades também os colocou mais susceptíveis aos efeitos da extensão do ensino básico e alfabetização nos anos 60-70, o que certamente contribuiu para aumentar as chances de mobilidade social de seus filhos (JANNUZZI, 2000, p.5).

A conclusão que apresenta Pastore também é confirmada por Canelas (1980), que observava que entre os imigrantes do nordeste que foram para São Paulo, a maioria (80%), apresentou uma mobilidade crescente sócio ocupacional com relação aos seus pais (mobilidade inter-geracional) em comparação aos 32% dos residentes em SP, em 1973.

O trabalho desenvolvido por Pastore & Haller (1993) demonstra que, a partir de 1980, as condições que estavam provocando uma mobilidade crescente, como eram a industrialização, a urbanização e a maior oferta educacional começaram a perder força, geradas pela redução da atividade econômica devido a queda do PIB de 7%, entre 1975 a 1980, para 1%, entre 1980 e 1985. Esta conjuntura econômica desfavorável afetou fortemente na oferta educacional e provocou uma maior rotatividade e concentração nas oportunidades de trabalho em áreas metropolitanas e em setores da Construção Civil e Indústria. Isto resultou na queda das taxas de mobilidade inter-geracional<sup>3</sup> e intra-geracional<sup>4</sup>.

Na avaliação de Jannuzzi (2000), a mobilidade inter-geracional, apresenta uma queda acentuada na mobilidade ascendente<sup>5</sup> (54.2%, em 1973 para 26.1% em 1982 e 27.3% em 1988). Por outro lado, na mobilidade intra-geracional, a tendência é crescente para a imobilidade<sup>6</sup> e mobilidade descendente<sup>7</sup>.

No caso da mobilidade intra-geracional, a situação é diferente, pois apresenta uma tendência crescente na mobilidade descendente, de 11.3%, em 1973, para 27.3% em 1988.

A tendência também é crescente na mobilidade inter-geracional, na qual a mobilidade descendente aumenta de 3.9%, em 1973, para 5.7% em 1988.

A dificuldade para manter uma tendência crescente na mobilidade ascendente nos anos 80 é explicada por Pastore & Haller:

Esses anos dourados passaram. E a realidade atual é bastante diferente. A mobilidade ascendente é mais difícil por três motivos. Em primeiro lugar, porque o ponto de partida é mais alto. Em segundo lugar, porque as oportunidades de trabalho são menores. Em terceiro lugar, porque para uma pessoa subir começa a ser necessário que outra desça, morra ou se aposente (PASTORE & HALLER. 1993. pp. 40-41).

Nos anos 1990, os estudos mostram uma melhoria importante com relação aos anos 1970 e 1980. Ainda que a crise econômica entre 1990 - 1992 gerou um crescente desemprego, o qual foi compensado com a maior abertura da economia e as desregulações dos mercados gerou a queda no emprego industrial em setores como a Construção Civil e setor Serviços, pois não conseguiu absorver a massa de desempregados gerados pela indústria. Os estudos realizados por Pastore & Valle Silva (2000) permitiram quantificar as taxas de mobilidade ocupacional, nas quais a mobilidade inter-geracional ascendente diminuiu de 47.3%, em 1973, para 37.4% em 1998, voltando a subir para 49.6% em 1996. Esta mesma tendência manifestou-se na imobilidade intergeracional. Já a mobilidade descendente mostrou uma tendência de queda na década de 1990 comparando-se com a década de 1980, sendo respectivamente de 27.3% para 13.6%.

Na mobilidade intrageracional, a mobilidade ascendente cai de 54.2% em 1973, para 27.3% em 1988 e cresce para 30.3% em 1996. A imobilidade intrageracional também aponta uma inclinação crescente nas décadas de 1980 e 1990 por causa das crises econômicas.

A mobilidade intrageracional descendente apresenta uma tendência crescente nas três décadas: 3.1% (1973), 5.7% (1988) e 8.7% (1996). Desta forma, Jannuzzi (2000) concluiu que os imigrantes com maior tempo de residência apresentavam uma mobilidade ascendente mais elevada em relação aos residentes em São Paulo (51% contra 57%). Esta situação foi causada pelo maior conhecimento das oportunidades do mercado de trabalho, disponibilidade de maiores recursos econômicos para montar seu próprio negócio e dispor da qualificação técnica requerida.

Na medida em que aumenta o tipo de residência em São Paulo dos imigrantes, se observa que também aumenta a mobilidade ascendente, tanto no nível de mobilidade inter-geracional como intra-geracional, sendo que em ambos os casos superam a mobilidade apresentada pelos residentes em São Paulo (JANNUZZI, 2000).

Desta forma, nota-se que os estudos realizados permitem quantificar a mobilidade ocupacional, assim como oferecem importantes avanços na metodologia de medição (unidades de análise, matrizes, modelos de quase-independência e log-linea).

Finalmente, frente as diversas metodologias mostradas pelos aportes teóricos anteriormente apresentados neste trabalho, optamos para medir a mobilidade ocupacional dos imigrantes chilenos pela aplicação da metodologia de Matrizes de Mobilidade utilizadas nos trabalhos de Pastore & Valle Silva (2000), Jannuzzi (2000) e Picanço (2006, 2007), pois são de fácil utilização e permitem obter indicadores de mobilidade ascendente, descendente e imobilidade, resultados de Êxito/Não-êxito, assim como identificar fluxos de entrada e saída, necessários para avaliar o nível de abertura/fechamento da estrutura social.

## **2 - Análises de mobilidade ocupacional dos imigrantes chilenos no Paraná, Brasil**

### **2.1 - Metodologia**

A análise da mobilidade ocupacional inicia-se com a definição das categorias ocupacionais dos indivíduos pesquisados em dois momentos da trajetória migratória: a posição ocupacional que tinham no país de origem e a posição ocupacional que desempenharam no mercado de trabalho no Brasil. As categorias ocupacionais utilizadas foram: Empresário (aquele que era proprietário de uma empresa/organização, de qualquer porte, tanto no país de origem como no de destino); Funcionário/Empregado (aquele que era empregado de uma empresa/organização pública ou privada, tanto no país de origem como no de destino); Autônomo (aquele que trabalhava por conta própria, de forma independente, tanto no país de origem como no de destino); Estudante (aquele que estava realizando estudos, de qualquer tipo, tanto no país de origem como no de destino) e Aposentado (aquele que legalmente estava retirado do mercado de trabalho, tanto no país de origem como no de destino).

A partir da Matriz de Mobilidade, que apresenta os movimentos entre a origem (Chile) e destino (Brasil) das categorias ocupacionais, podem-se obter duas matrizes: A Matriz de Fluxo de Entrada, a qual responde à seguinte questão: qual é a origem dos indivíduos que estão em determinadas categorias? E a Matriz de Fluxo de Saída que procura responder: Qual é o destino dos indivíduos que têm determinada origem? A análise destas duas matrizes permite avaliar o grau de abertura (heterogeneidade) ou fechamento (auto-recrutamento) das categorias ocupacionais, tanto no país de origem como de destino.

A partir da Matriz de Mobilidade organizada na forma hierárquica que, neste trabalho, foram considerados na seguinte ordem de importância decrescente: empresário, funcionário, autônomo, estudante e aposentado, pode-se então quantificar os indicadores de mobilidade. A mobilidade ascendente, na qual os indivíduos saem das categorias de origem hierarquicamente inferiores e podem alcançar posições superiores ocupacionais posicionadas abaixo da diagonal da Matriz de Mobilidade; a Mobilidade Descendente, os indivíduos movimentam-se de categorias superiores no país de origem para posições inferiores no Brasil, as quais estão posicionadas sobre a diagonal da matriz;

a Imobilidade, na qual os indivíduos permanecem na mesma categoria ocupacional que tinham na origem e no destino, as quais posicionam-se na diagonal da matriz. Um maior detalhamento da análise matricial esta apresentado no Anexo 1. Resultado desta movimentação ocupacional entre a origem e destino, encontramos situações de “Êxito” ou “Não-êxito”. No nosso caso, as posições de Êxito e Não-êxito estão em função da movimentação ocupacional entre o país de origem, o de destino e o tipo de mobilidade como está demonstrado no Quadro 1.

### Quadro 1: Resultados de êxito e não-êxito

<b>Origem- Destino</b>	<b>Tipo de Mobilidade</b>	<b>Resultados</b>
Empresário-Empresário	Imobilidade	Êxito
Funcionário-Empresário	Ascendente	
Funcionário-Funcionário	Imobilidade	
Autônomo-Funcionário	Ascendente	
Estudante-Empresário	Ascendente	
Estudante-Funcionário	Ascendente	
Estudante-Autônomo	Ascendente	
Aposentado-Empresário	Ascendente	
Aposentado-Funcionário	Ascendente	
Aposentado-Autônomo	Ascendente	
Aposentado-Estudante	Ascendente	
Empresário-Estudante	Descendente	Não-êxito
Empresário-Autônomo	Descendente	
Autônomo-Autônomo	Imobilidade	
Estudante-Estudante	Imobilidade	
Aposentado-Aposentado	Imobilidade	
Autônomo-Estudante	Descendente	
Autônomo-Aposentado	Descendente	

Fonte: Elaboração própria.

## 2.2 Mobilidade ocupacional dos chilenos

A base de informações utilizadas por este trabalho foi gerada por uma pesquisa mais ampla sobre trajetória, integração e mobilidade de grupos de imigrantes latinos no Paraná, dentre estes, os imigrantes chilenos. O total de chilenos entrevistados entre 2011 e 2012 foi de 54 imigrante através da aplicação de questionário respondido na forma virtual. Também foram realizadas duas entrevistas em profundidade com as imigrantes chilenas Márcia e Cintia<sup>8</sup>.

A Matriz de Mobilidade para o grupo migratório dos chilenos apresenta a seguinte estrutura:

### Matriz 1: Matriz de mobilidade dos chilenos

Origem	Destino					Total Origem	%
	Empresários (%)	Funcionários (%)	Autônomos (%)	Estudantes (%)	Aposentados (%)		
Empresários	2	0	0	1	0	3	6
Funcionários	5	13	4	2	4	28	52
Autônomos	2	3	8	0	1	14	26
Estudantes	2	4	0	2	0	8	15
Aposentados	1	0	0	0	0	1	1
Total destino	12	20	12	5	5	54	
%	22	38	22	9	9		100

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Matriz de Mobilidade (Matriz 1) mostra que a ocupação dos chilenos no país de origem está concentrada nos funcionários (52%), nos autônomos (26%) e nos estudantes (15%) e poucos empresários (6%). Enquanto no Brasil os perfis dos chilenos mostram um maior nível de diversificação, pois ainda os funcionários são importantes, mas com menor participação (38%), enquanto os empresários e os autônomos aumentam sua presença (22%) cada um, e uma menor participação de estudantes e de aposentados (9%) cada um.

Desta forma, o perfil deste grupo mostra-se parcialmente mais empreendedor no Brasil do que em relação ao que tinham no Chile, onde era mais conservador, pois privilegiava a estabilidade. Dois testemunhos mostram esta situação, o caso de Ximena e Cintia.

O caso de Márcia, chilena, 60 anos, separada, três filhos chilenos, ensino médio, que emigrou ao Brasil em 1982, chegando a São Paulo com a família. No Chile, era microempresária do comércio (supermercados) e no Brasil iniciou-se como microempresária na área de costuras/reformas de roupas. Atualmente é microempresária de produtos alimentícios típicos (empanadas). A imigração ao Brasil permitiu manter as atividades de empresária que tinha no Chile, o que mostra uma imobilidade (empresário-empresário). No entanto, esta experiência demonstra o sentido empreendedor iniciado no Chile e continuado no Brasil.

O caso de Cintia, chilena, 30 anos, 2 filhos, natural de Temuco, estudos técnicos em telecomunicações, residindo 2 anos em Curitiba, que no Chile desempenhava-se como estudante e no Brasil atua como autônoma prestadora de serviços e estuda curso técnico em telecomunicações. Desta forma, apresenta uma mobilidade ascendente (estudante-autônomo) e mostrando condições de êxito, também revelando oportunidades de atuar como autônoma, além de continuar os estudos iniciados no Chile.

Com relação à Matriz de Fluxos de Entrada (Matriz 2), a qual representa o perfil dos imigrantes que chegaram ao Brasil segundo as categorias, mostra que os que atuavam como funcionários no Brasil, proviam, no Chile, da mesma categoria (68%), 41% eram empresários, 40% eram estudantes e 33% desempenhavam funções como autônomos, demonstrando que o processo de imigração gerou uma maior diversificação ocupacional.

Os que atuavam como autônomos no Brasil proviam, no Chile, 66% da mesma categoria e 33% eram funcionários.

Os que atuavam como empresários no Brasil, mostram que tiveram como origem no Chile, 41% de funcionários e 16%, cada um, de autônomos, empresários e estudantes, mostrando uma maior diversificação.

Os que atuavam como estudantes no Brasil, no país de origem atuavam como empresários (20%), funcionários e estudantes (40%) cada um, mostrando que o Brasil permitiu melhorar a capacitação com estudos, independente da categoria que tinha no Chile.

No caso dos que se aposentaram no Brasil, no Chile atuavam como funcionários (80%) e autônomos (20%).

Neste sentido, se observa que as categorias com maior abertura no Brasil (que receberam de todas as categorias de origem) são os empresários, ainda que representavam 22% do total (ver Matriz 1), pois recebem os imigrantes de todas as categorias (4). Outras categorias mostraram um maior nível de fechamento, como funcionários (3) e autônomos (2), pois aceitavam majoritariamente indivíduos originários destas duas categorias.

Isto mostra que a sociedade brasileira ofereceu condições de empreendedorismo para todos os imigrantes independente de sua qualificação profissional no país de origem, mas também permitiu que pudessem atuar, em menor nível, nas outras categorias.

## Matriz 2: matriz de fluxos de entrada dos chilenos (%)

Origem	Destino				
	Empresários	Funcionários	Autônomos	Estudantes	Aposentados
Empresários	16,7	0,0	0,0	20,0	0,0
Funcionários	41,7	68,4	33,3	40,0	80,0
Autônomos	16,7	15,8	66,7	0,0	20,0
Estudantes	16,6	15,8	0,0	40,0	0,0
Aposentados	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Total de destino	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Segundo a Matriz de Fluxos de Saída (Matriz 3), a qual explica o perfil dos imigrantes no Chile segundo as categorias e sua mobilidade para as categorias no Brasil.

Analisando esta matriz, podemos observar que os que eram funcionários no Chile tiveram como destino no Brasil: funcionários (46%), empresários (18%), autônomos e aposentados (14% cada um) e estudantes (7%). Desta forma, a categoria dos funcionários apresenta uma alta diversificação de atividades no Brasil.

Os que atuavam como empresários no Chile continuaram concentrados na mesma atividade no Brasil (67%) e realizaram atividades como estudantes (33%) mostrando uma baixa diversificação.

A categoria dos autônomos no Chile apresenta também uma ampla diversificação como as dos funcionários pois, no Brasil, tem atuação na mesma atividade, autônomos (57%), além de atuar como funcionários (21%), empresários (14%) e aposentados (7%).

A categoria dos que eram estudantes no Chile mostra uma menor diversificação no Brasil pois atuam como funcionários (43%), ainda que se dediquem a atuar como empresários, enquanto outros continuam sendo estudantes, sendo 29% cada um. Desta forma, os estudantes aproveitam a capacitação obtida no Chile para atuar em diversas categorias no Brasil.

Finalmente, as categorias com maior abertura na origem são as dos funcionários e autônomos, pois tem como destino todas as outras categorias, enquanto a mais fechada é dos empresários. Desta forma, os chilenos mostram um maior grau de imobilidade pois preferem desenvolver no Brasil as mesmas atividades que desempenhavam no país de origem.

### Matriz 3: matriz de fluxos de saída dos chilenos (%)

Origem	Destino					Total
	Empresários	Funcionários	Autônomos	Estudantes	Aposentado	
Empresários	66,7	0,0	0,0	33,3	0,0	100,0
Funcionários	17,9	46,4	14,3	7,1	14,3	100,0
Autônomos	14,3	21,4	57,1	0,0	7,1	100,0
Estudantes	28,6	42,9	0,0	28,6	0,0	100,0
Aposentados	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Com relação aos indicadores de mobilidade apresentados na Tabela 1, pode-se perceber um alto nível de imobilidade (47%) superando a mobilidade ascendente (30%) e a mobilidade descendente (22%). Esta situação pode ser explicada porque os chilenos, quando se integraram ao mercado brasileiro,

preferem atuar nas mesmas categorias que desempenharam no Chile, principalmente os funcionários e autônomos. No caso dos empresários, esta categoria é numericamente igual aos autônomos. Mas mostra uma ampla diversidade de origem em todas as categorias.

As categorias majoritárias, como a dos funcionários e autônomos, mostram uma alta concentração no vetor de imobilidade explicando o alto índice de imobilidade nesta comunidade.

Esta situação descrita de alta imobilidade, mediana mobilidade ascendente e considerável mobilidade descendente, permite ainda apresentar um nível de êxito importante (58%), sem por isso destacar uma importante condições de não-êxito (41%).

Desta forma, os imigrantes chilenos que apresentam um alto nível de instrução<sup>9</sup> integram-se ao mercado do Brasil através da manutenção das mesmas atividades que desenvolviam no país de origem, principalmente funcionários e autônomos, mostrando uma alta estabilidade ocupacional (imobilidade) que poderia ter sido melhor aproveitada no Brasil por causa do bom nível educacional adquirido no país de origem.

É importante destacar também que o mercado brasileiro permitiu que os imigrantes de bom nível de educação, como os chilenos, pudessem obter mobilidade ascendente podendo atuar em melhores categorias ou pelos menos manter a mesma posição que tinha no Chile.

### **Tabela 1: Indicadores de mobilidade ocupacional (%)**

Imobilidade	47,2
Mob. Ascendente	30,2
Mob. Descendente	22,6
Êxito	58,5
Não Êxito	41,5

Fonte: Elaborada pelo autor.

Finalmente, com relação a mobilidade ocupacional dos chilenos a pesquisa mostrou que este grupo migratório apresenta uma imobilidade superior a mobilidade ascendente e descendente, o qual indica que preferiram se empregar no Brasil em atividades similares as desenvolvidas no Chile, aproveitando a experiência e capacitação profissional adquirida no origem. No entanto, a pesquisa também demonstra que os chilenos optaram pelos desenvolvimento de atividades como empresários e autônomo, o que indica que o mercado brasileiro foi um atrativo para atuar em ocupações diferentes das realizadas no Chile, o qual foi facilitado pelo alto nível educacional adquirido resultando em condições de êxito na inserção ocupacional no Brasil.

## Notas

1 - O modelo de quase-independência é aplicado para distribuições, nos quais a diagonal principal possui propriedades que teoricamente devem ser anuladas, como é o exemplo da matriz de migração. Analisa-se a migração por meio de uma tabela quadrada de dupla entrada, contendo as variáveis de origem (linha) e de destino (coluna). Na diagonal principal, portanto, temos os casos de não-migração.

2 - Os modelos log-lineal permitem quantificar os impactos das variáveis qualitativas (categóricas) e quantitativas (numéricas) conjuntamente como fatores explicativos da mobilidade ocupacional.

3 - A mobilidade intergeracional é o movimento que o indivíduo faz em relação à ocupação de seu pai quando ingressa no mercado de trabalho. A ocupação do pai se obtém, perguntando ao indivíduo qual era a ocupação do pai dele quando tinha 15 anos e quando entrou no mercado. A posição de origem está identificada pela ocupação do pai e de destino pela primeira ocupação ocupada pelo filho.

4 - A mobilidade intrageracional se caracteriza pelo movimento que o filho faz no mercado de trabalho sobre si mesmo, ou seja, a origem seria a primeira ocupação e o destino à ocupação atual.

5 - Mobilidade ascendente é aquela onde os indivíduos saem das categorias de origem inferiores e podem alcançar melhores posições ocupacionais no destino.

6 - Imobilidade ocorre quando os indivíduos se mantêm na mesma categoria ocupacional tanto de origem como de destino.

7 - Mobilidade descendente acontece quando os indivíduos saem de suas categorias de origem superiores e podem cair para posições ocupacionais inferiores no destino.

8 - Nomes fictícios

9 - Segundo a pesquisa que serviu de base para a avaliação da mobilidade, os chilenos apresentavam o seguinte perfil educacional no país de origem: nível universitário (43%), técnico (24%) e ensino médio (15%), secundário (4%) e primário (4%).

## ANEXO 1: ANALISES MATRICIAL

Os Tipos de mobilidades ocupacionais podem ser demonstrados através de Matrizes de Mobilidade apresentando-se os movimentos entre a origem e destino da mobilidade ocupacional:

### Modelo da Matriz de Mobilidade

Origem	Destino				
	1	2	3	4	Total
1	N11	N12	N13	N14	N1j
2	N21	N22	N23	N24	N2j
3	N31	N32	N33	N34	N3j
4	N41	N42	N43	N44	N4j
Total	Ni1	Ni2	Ni3	Ni4	N

Sendo:

N: Numero total de casos

$N_{ij}$ , onde  $i=j$ , ( $N_{11}, N_{22}, \dots, N_{44}$ ), caracteriza uma posição de imobilidade, onde o numero de casos com origem e destino igual (diagonal da matriz)

$N_{ij}$ , onde  $i \neq j$  ( $N_{12}, N_{13}, \dots, N_{21}, N_{23}, \dots$ ), se caracteriza uma posição de mobilidade (fora da diagonal da matriz)

A partir da matriz de mobilidade, podem-se gerar duas matrizes: **Matriz de fluxo de saída e Matriz de fluxo de entrada:**

- **Matriz de fluxo de entrada** é a marginal da coluna ou o fim de cada coluna ( $N_{i1}, N_{i2}, N_{i3}, N_{i4}$ ) e responde a seguinte questão: qual é a origem dos indivíduos que estão em determinadas categorias?
- **Matriz de fluxo de saída:** marginal das filhas ou o fim de cada filha ( $N_{1j}, N_{2j}, N_{3j}, N_{4j}$ ), a qual procura responder a seguinte questão: Qual é o destino dos indivíduos que têm determinada origem?

A análise das matrizes de fluxos de entrada e de saída permite avaliar o grau de **abertura (heterogeneidade)** ou **fechamento (auto-recrutamento)** das categorias ocupacionais.

Observando o modelo da Matriz de Mobilidade, é possível hierarquizar as categorias de forma a associar o valor 1 para a de maior hierarquia e assim sucessivamente até o valor 4 para a de menor hierarquia. Desta forma, o

resultado será a **mobilidade ascendente** representada pela soma de todas as posições contidas abaixo da diagonal da matriz ( $N_{21}+N_{31}+ N_{41} +N_{42}+ N_{43}$ ). Já a **mobilidade descendente** será a soma de todas as posições contidas acima da diagonal da matriz ( $N_{12} +N_{13}+N_{23}+N_{14}+N_{24}+N_{34}$ ). E a **Imobilidade**: será igual às posições contidas na diagonal da matriz ( $N_{11}+ N_{22}+N_{33}+ N_{44} +N_{55}$ ).

Por outro lado, a análise das mobilidades, tanto em termos de mobilidade intra e intergeracional, estão em função do ponto de partida ou origem.

Uma determinada origem pode gerar condições de êxito ou não-êxito. Neste sentido, aqueles que tinham, na origem, categorias melhores posicionadas (Ex: empresários, dirigentes), possivelmente apresentaram condições de êxito quando se mantiverem, no destino, nas mesmas categorias ocupacionais que tinham na origem.

Aqueles que tinham categorias ocupacionais de nível médio (Ex: funcionários, autônomos), possivelmente apresentaram condições de êxito, quando se mantiverem nas mesmas categorias ou ascenderem para posições superiores.

Para as categorias inferiores (Ex: estudantes, aposentados), estes terão condições de êxito se mudar para categorias superiores (empresários funcionários).

As condições de não-êxito se dão quando o indivíduo movimenta-se da categoria de origem superior para uma de nível inferior.

Finalmente, percebe-se que a metodologia de Matrizes que foi mostrada visando avaliar os movimentos da mobilidade ocupacional na forma ascendente, descendente, imobilidade, assim como os resultados do tipo de: êxito e não êxito permitiu realizar uma análise ampla do objeto de pesquisa. Observando, no entanto, que previamente se deve definir as categorias ocupacionais que formaram a Matriz de Mobilidade.

## Referências

- ANDRADE, F. C. D. Mobilidade social na região metropolitana de Belo Horizonte. Nova Economia, n. especial, p. 109-159, 1995. A evolução da mobilidade social em cinco regiões metropolitanas brasileiras, 1988 e 1996. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12, Caxambu. *Anais*, 2000.
- BLAU, P.; DUNCAN, O. D. *The American Occupational Structure*. Nova York: Willey, 1967.
- BOUDON R. *A desigualdade das oportunidades*. Brasília: UNB, 1981.
- CANELAS, R.G.V. *Migração e mobilidade social na sociedade nordestina*. (Dissertação de mestrado em Economia). São Paulo: FEA/USP, 1980.
- FEATHERMAN, D; HAUSER, R. Sexual inequalities and socioeconomic achievement in the U.S., 1962-1973. *American Sociological Review*, 41, 1976.
- GOLDTHORPE, J. *Social mobility and the class structure in Britain*. Oxford: Claredon Press, 1980.
- GOODMAN, L. *The Analysis of Cross-Classified Data*. Plenum, Nova York, 1979.
- HAUSER, R. Structural Model for the Mobility Table. *Social Forces*, 56, pp. 919-953, 1979.
- HOSENBALG, C; VALLE SILVA, N. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. Cadernos de pesquisa, 73, pp. 5-12. *Travessia*. Centro de Estudos Migratórios. Ano XIII. 1988.
- JANNUZZI, P. M. *Imigração e Mobilidade Social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas, Autores Associados, 2000.
- JANNUZZI, P.M. Mobilidade Social no contexto de adversidades crescentes no mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990. *Economia e Sociedade*, Campinas, V. 11, N. 2 (19), p. 235-278, jul/dez, 2002.
- LIPSET, S; BENDIX, R. *Social mobility in industrial society*. Berkeley, UCLA Press, 1959.
- PASTORE, J; HALLER, A. O. O Que Está Acontecendo com a Mobilidade Social no Brasil? In: VELLOSO, P. R; cavalcante, R. C. A. (org.). *Pobreza e Mobilidade Social*, São Paulo, 1993.
- PASTORE, J; VALLE SILVA, N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: USP, 1979.
- PICANÇO, F. O Brasil que sobe e desce: Uma análise da Mobilidade Sócio ocupacional e realização do Êxito no Mercado de trabalho Urbano. *Dados*. Revista de Ciências Sociais. Vol.50, N.2, pp. 393 a 433, 2007.
- PICANÇO, F. Os estudos de Mobilidade Social e ocupacional: Passado, presente e desafios para o futuro. *BIB*, nº.62, 2º semestre, pp. 87 a 101, 2006.
- SOROKIN, P.A. *Social Mobility*. The Free Press, Glencoe, 1959.

VALLE SILVA, N. As duas faces da Mobilidade. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, v. 21, p. 498-68, 1979.

VALLE SILVA, N. Cor e Processo de Realização Socioeconômica. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, v. 24, pp. 391-409. 1981.

WRIGHT, E. *Class counts*. Los Angeles: UCLA Press, 1997.

ZETTERBERG, H. L. *Sociology in the United States of America: a trend report*. University of Florida, George A. Smathers Libraries, 1956.

## RESUMO

Neste trabalho será apresentada uma análise matricial da mobilidade ocupacional dos imigrantes chilenos no estado do Paraná, Brasil, no período 1980 até 2011. Foi considerado como processo de mobilidade a posição profissional que tinham no país de origem e a posição obtida no Brasil. A metodologia utilizada foi a de Matrizes de Mobilidade, quantificando a mobilidade ascendente, descendente, imobilidade e condições de êxito e não-êxito. O trabalho conclui que o fato de imigrar para o Brasil permitiu que os imigrantes chilenos obtivessem condições de crescer profissionalmente, já que se movimentaram para categorias iguais e superiores com relação à que ocupavam no Chile, o qual foi resultante da abertura mostrada pelo mercado de trabalho brasileiro para a maioria dos imigrantes, assim como do bom nível profissional disponível.

**Palavras Chaves:** Mobilidade, Migração, Chilenos, Paraná, Brasil.

## ABSTRACT

In this work will be presented a matrix analysis of occupational mobility of Chilean immigrants in the Paraná State, Brazil, from 1980 until 2011. Was considered as process mobility professional position they had in the country of origin and the position obtained in Brazil. The methodology used was Matrix Mobility, quantifying the ascending, descending, immobility and mobility conditions Success and Non-Success. The paper concludes that the fact immigrate to Brazil allowed the Chilean immigrants obtain opportunities to grow professionally since moved to equal and higher categories with respect to that occupied in Chile, resulting openness shown by the Brazilian labor market for most immigrants, as well as the good professional level available.

**Key Words:** Mobility, Migration, Chilean, Paraná, Brazil: Key Words.

# Nordestinos na Zona Leste de São Paulo: subjetividade e redes de migrantes

*Valéria Barbosa de Magalhães\**

O senhor Antônio<sup>1</sup>, nascido em 1936, trabalhou na lavoura de cacau desde os seus sete anos, transferindo-se depois para outras atividades, tais como a de mascate. Ele saiu de Coaraci, na Bahia, em 1961, para tentar a vida em São Paulo. A viagem em um caminhão pau de arara durou seis dias.

Ao chegar a São Paulo, o próprio motorista do caminhão que o transportou indicou uma pensão que hospedava nordestinos recém-chegados, em Guarulhos. Foi lá que ele arrumou o seu primeiro trabalho, no bairro da Penha, onde morou logo em seguida.

No Sudeste, Seu Antônio contou com uma rede de informações que se iniciava na Bahia e se estendia até São Paulo e que orientava os nordestinos recém-chegados para o trabalho, a moradia e as questões básicas de sobrevivência na cidade. Essa teia de apoio não o auxiliou somente na chegada, foi fundamental também durante a sua vida em São Paulo. Ele, por exemplo, trabalhou como atendente de enfermagem no Hospital do Servidor Público do Estado, cujo concurso foi informado pelo mesmo grupo de nordestinos com quem trabalhava no primeiro emprego.

Hoje aposentado, Antônio vive na Vila Boturussu, na Zona Leste<sup>2</sup> de São Paulo. Foi lá que comprou uma casa com o fruto do próprio trabalho. Ele é casado com uma conterrânea e tem quatro filhas adultas, todas fizeram faculdade.

A singular história do baiano Antônio Filho não está isolada: ela faz parte de um destino comum evocado pela memória coletiva<sup>3</sup> de nordestinos que migraram para o Sudeste e que hoje vivem na Zona Leste da cidade de São Paulo. São pessoas que buscavam uma vida melhor e que se dirigiram para essa região por terem algum parente ou conhecido que ali vivia, mas também por terem sido atraídos pelos baixos preços das moradias e pelas indústrias que lá se instalaram, no passado, como a Nitroquímica e as Indústrias Matarazzo.

Este artigo pretende partilhar com os leitores algumas ideias levantadas pelo projeto Lembranças de Antigos Moradores da Zona Leste de São Paulo: migrantes nordestinos e história de bairros<sup>4</sup>. Entre outros aspectos, o trabalho

---

\* Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP e no Programa de Mestrado em Estudos Culturais/USP. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória (GEPHOM/USP).

buscou desvendar, por meio de narrativas de vida, a teia das relações entre moradores de origem nordestina da Zona Leste da cidade de São Paulo e moradores de origem não nordestina. O objetivo secundário era registrar a história da região pela ótica subjetiva dos seus moradores nordestinos.

A pesquisa utilizou entrevistas de história oral temática como principal fonte de informação<sup>5</sup>. Foram entrevistados moradores nordestinos da Zona Leste de São Paulo que tivessem, no momento da entrevista, mais de 60 anos<sup>6</sup> e que tivessem vivido na Zona Leste por mais de 10 anos<sup>7</sup>.

Ainda que a complexidade dos temas levantados durante a pesquisa tenha sido enorme, nos restringiremos a tratar, nos limites deste artigo, das redes de migrantes nordestinos que se formaram na Zona Leste de São Paulo, tendo por base a história do senhor Antônio Filho e fragmentos de outras histórias de vida.

O caso dos nordestinos em São Paulo pode ser visto por diferentes abordagens. Aqui, de maneira excepcional, emprestaremos algumas reflexões dos estudos das imigrações internacionais, especialmente no que diz respeito ao conceito de rede, para pensarmos as migrações internas. De antemão, argumentamos a pertinência delas ao contexto estudado.

Por ser um objeto interdisciplinar, o fenômeno migratório suscita variadas perspectivas teóricas. Boa parte dos estudos sobre o tema vem da sociologia, tendo por inspiração, na vertente francesa, o trabalho de Sayad (1998) e, na vertente americana, trabalhos de autores diversos, como Alejandro Portes (1991) e a Escola de Chicago. Os campos da história e da sociologia no Brasil têm produzido importantes pesquisas sobre as migrações internas. Podemos destacar também a centralidade da área da demografia para o campo das migrações, tema que também têm sido objeto dos mais diversos saberes.

Nos estudos migratórios, são muitas as variáveis que interferem e explicam os movimentos entre lugares. Podemos destacar algumas delas: geração, classe social, família, gênero, idade, língua, educação e religião; além de outros assuntos que recentemente passaram a receber mais atenção dos pesquisadores, tais como orientação sexual.

Para iniciar a presente discussão, gostaria de falar de algumas abordagens americanas e da vertente francesa de Sayad(1998), para depois mostrar outras possibilidades teóricas e falar sobre como elas podem nos ajudar a pensar o caso dos nordestinos em São Paulo.

Alguns autores americanos (PORTES,1981; 1991; PORTES e JENSEN, 1987; SASKIA-SASSEN, 1988, PIORE, 1979; etc), a partir do horizonte de sua longa tradição de país de imigrantes, desenvolveram variadas possibilidades reflexivas para os estudos migratórios, tendo privilegiado temas diversos. Em geral, após a década de 1980, seus textos têm uma ênfase em fenômenos e grupos específicos dentro da imigração, diferentemente de Sayad (1998) que analisa o fenômeno migratório de maneira abrangente.

Sayad (1998) escreve sobre as imigrações sob a influência dos estudos de Pierre Bourdieu, um de seus parceiros acadêmicos. Seu olhar volta-se para as questões sociológicas mais amplas, considerando as migrações com um fenômeno social total. Isto resulta em reflexões ora influenciadas pelo marxismo, ora com uma atenção especial ao sujeito. O uso de entrevistas pessoais nos trabalhos do autor reflete essa preocupação com as diversas dimensões da imigração.

Sayad (1998, p.48) constrói essa discussão a partir do caso dos argelinos na França. Para ele, as circunstâncias que explicariam a origem da imigração seriam de natureza econômica. A imigração teria duas características centrais: o imigrante como força de trabalho e a provisoriamente. A consequência é uma permanente contradição entre direito e fato: para os imigrantes e para a sociedade receptora a migração seria sempre provisória (porque ela precisa ser), mas de fato ela é definitiva, já que dificilmente carrega a possibilidade do retorno ao local de origem:

Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver um intenso sentimento de provisoriamente. (SAYAD, 1998, p. 45)

A imigração, portanto, gera um problema social e sociológico, já que se firma sobre condições sociais específicas de descontentamento para o imigrante e para quem o recebeu (SAYAD, 1998, p. 56). Do ponto de vista sociológico, esse problema precisa ser entendido como fato social total, isto é, ser estudado tanto nos países de origem quanto nos países de destino e em todas as suas dimensões, não somente do ponto de vista econômico.

Enquanto problema social, a imigração

cada vez mais se impõe como uma pequena sociedade autônoma que apresenta todas as características (morfológicas, sociais, culturais) de uma formação, se não integral e perfeitamente equilibrada, ao menos em via de compensar os desequilíbrios antigos que trazia das contradições iniciais de sua gênese. (SAYAD, 1998, p. 69).

Isso conduz aos conflitos e estereótipos nascidos da convivência entre imigrantes e “nativos”, pois, uma vez estabelecido um fluxo migratório, dificilmente ele é revertido. Não existindo provisoriamente de fato, a sociedade receptora não os aceita como definitivos. Pensando sobre os nordestinos, o Sudeste sempre os considerou como “de fora”, aqueles que deveriam viver

à margem dos benefícios sociais e institucionais e que deveriam retornar à sua terra, após a ele terem servido como mão de obra. Isto foi expresso nas entrevistas deste projeto, especialmente quando os depoentes relataram situações de preconceito sofridas em São Paulo.

A efetividade da imigração justifica as críticas feitas às teorias assimilacionistas, pois essa “pequena sociedade autônoma que se impõe” (Sayad, 1998, p. 69) não pode simplesmente absorver ou assimilar a cultura do local de destino, não pode simplesmente assimilá-la porque engendra processos de resistência e de negociação identitária que acontecem a todo o momento nos mais diversos grupos de migrantes e imigrantes. Nesse sentido, podemos pensar que ser nordestino em São Paulo é resistir à assimilação no Sudeste, é afirmar a heterogeneidade, a diferença.

A migração de nordestinos para São Paulo não se furta de encaixar-se ao cabedal explicativo de Sayad(1998). Migrados inicialmente como mão de obra para a lavoura do interior do Estado de São Paulo e, depois, como trabalhadores do setor de serviços e das indústrias da capital e dos arredores, a partir da década de 1950, os nordestinos figuram como migrantes trabalhadores, tendo em seu horizonte o retorno, ainda que temporário, à terra natal (FONTES, 2008; PAIVA, 2004). A ilusão da provisoriedade permeou tanto as suas trajetórias, quanto o imaginário dos paulistanos no destino, conforme mostraram as entrevistas deste projeto.

O Senhor Antônio explicou que pretendia voltar para a Bahia, no início, mas que o trabalho e a esposa acabaram por conduzi-lo a permanecer em São Paulo, como podemos ver no relato abaixo:

e. Isso era muito ou era pouco senhor Antônio?

a. Muito dinheiro, tanto que eu falava: eu não vou ficar aqui em São Paulo não. Vou voltar pra Bahia. Eu queria voltar. Aquele dinheiro dava pra comprar casa, terreno, casinha simples, comprava terreno e fazia uma casinha...

e. Mas o senhor chegou a comprar?

a. Não. Andei aqui em São Paulo, pelo Ermelino Matarazzo. O senhor que eu conheço falou: “compra um terreno aqui”. No meu pensamento eu falei: “eu não compro terreno aqui nem de graça!” Era um mato...

e. Senhor Antônio, quando foi que o senhor desistiu de voltar pra Bahia? O senhor disse que pensava em voltar, né?

a. Pensava em voltar. Aí foi quando eu casei, constitui família e eu peguei e falei com a minha mulher e ela falou: “não”. Nós programamos pra ir pra Bahia, aí ia ter um concurso no INSS, passamos no concurso, trabalhava em dois serviços, né? Ir pra Bahia? Com dois serviços aqui? “Vamos pra lá que lá nós vamos pra Itabuna, cidade grande,

tem tudo”. Ela falou: “então vamos. Só que eu não sei se é isso que eu quero”. Eu não queria sair daqui que isso aqui é o seguinte: tem uma coisa que eu não falei aqui. Eu saí lá da Bahia que queria aqui em São Paulo trabalhar e estudar, eu constituí família e minhas filhas estudaram, todas elas fizeram faculdade. Aí eu fui fazer o colégio, uns três anos ou quatro anos atrás, no Terezinha Aranha.

O trecho acima mostra que as contingências da vida, ainda que houvesse o desejo do retorno, transformaram a provisoriedade do projeto migratório em permanência definitiva para Seu Antônio.

A impossível provisoriedade dessa migração resultou em convivência conflituosa entre migrantes e a sociedade receptora, fato que se consolidou em estereótipos em relação aos nordestinos. Estes estereótipos têm por função situar o “recém-chegado” em uma posição inferior de *status*. Elias e Scotson (2000), no livro *Os Estabelecidos e os Outsiders*, explicam o processo de manutenção da crença de um grupo em sua própria superioridade humana. O caso de Wiston Parva, por eles estudado, se constituiria em um modelo explicativo para as configurações universais da construção dos preconceitos. Ou seja, a partir desse modelo, pode-se pensar em como são construídas e qual a função das generalizações do nordestino como “cabeça chata”, “baiano” ou “paraíba”.

Para Elias e Scotson (2000), os estereótipos só podem ser construídos por uma coesão e autoestima elevada dos residentes antigos (no nosso caso, os paulistanos), isto é, pela relação de antiguidade e pelo compartilhamento do mesmo passado, que geram a sensação de pertencimento e de coesão: “a estigmatização, como um aspecto da relação estabelecidos e *outsiders*, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 35).

Ao mesmo tempo, segundo os autores, o estigma social penetra na autoimagem do grupo mais fraco e o enfraquece progressivamente. Haveria então uma complementaridade entre grupo estigmatizado e grupo estigmatizador que explicaria a manutenção dessas noções de inferioridade. Segundo o quadro explicativo de Elias e Scotson, os marginalizados tenderiam a naturalizar os estereótipos que lhe são impostos: “dê a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 30). Tais características ruins tendem ser enfatizadas por um mecanismo de generalização em que

o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua porção “pior”-de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais ‘nômico’ ou normativos – na minoria dos “melhores” membros. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 23).

Nas entrevistas realizadas neste projeto, o preconceito contra o nordestino foi retratado de diversas formas, principalmente pela tendência à homogeneização de todos eles em uma só categoria estereotipada, construída sobre a noção de sua inferioridade frente aos paulistanos: inferioridade racial, cultural, de cosmopolitismo, de classe e assim por diante.

Declarações de alguns entrevistados sobre não terem sofrido nenhum preconceito também chamaram a atenção. Esse silêncio ou negação da discriminação nos levou a formular uma hipótese de que o silêncio sobre a discriminação teria origem na tentativa de evitar reviver a dor sofrida. Lang (2008, p. 182), por outro lado, explica em sua pesquisa sobre espiritismo que: “quanto aos ‘não ditos’, é preciso considerar o simples esquecimento e a omissão intencional, difíceis de distinguir. Os ‘não ditos’ por omissão desviam-se, em grande parte, ao fato de as pesquisadoras não serem espíritas”. No caso da nossa pesquisa sobre os nordestinos, houve claramente omissões em relação ao tema do preconceito. Entretanto, isso não parece ter decorrido do fato dos pesquisadores não serem nordestinos, mas sim de uma tentativa de esquecimento de situações negativas vivenciadas no passado. Além disso, como ressaltou Lang, houve também os “não perguntados”, isto é, assuntos que não foram abordados nas entrevistas, mas que só puderam se mostrar relevantes ao final da pesquisa, quando os relatos começaram a ser analisados. Alguns desses “não perguntados” referiram-se justamente a situações específicas de discriminação vivenciadas no dia a dia do migrante. Talvez, se tivéssemos explorado outros episódios corriqueiros por meio da memória dos depoentes, a questão do preconceito teria emergido com mais facilidade. Cientes dessa dificuldade inerente ao nosso trabalho, pretendemos explorar esses “não perguntados” em futuras investigações.

Podemos supor ainda que tenha havido certa “naturalização” dos estereótipos e generalizações que apareceram em algumas das entrevistas. A esse respeito, as redes sociais dos migrantes nordestinos exerceram um papel central na resistência contra os estereótipos e contra o preconceito e funcionaram como um escudo para o estabelecimento dos migrantes na cidade. Sobre o final da década de 1950, Fontes (2008) descreve:

O preconceito de empregadores contra nordestinos e negros parece ter sido uma constante ao longo do período e, embora com menor destaque por parte da imprensa, denúncias continuaram a pipocar. (...) divergências e preconceitos também campearam no conjunto da sociedade, inclusive entre os próprios trabalhadores. (...) Nos anos 1950, a crescente e numerosa presença de migrantes rurais de origem nordestina causava estranheza e frequentemente gerava tensões entre a população já residente e os recém-chegados. Rivalidades e preconceitos entre os trabalhadores de origem paulista ou estrangeira e os nordestinos foram relativamente comuns. O sociólogo

Juarez Brandão Lopes, por exemplo, constatou uma “animosidade latente que existe contra os trabalhadores vindos do Nordeste, entre os outros [operários]” na fábrica onde realizou sua pesquisa nos anos 1950 (FONTES, 2008, p. 67-68).

A homogeneização dos nordestinos em uma só categoria pela sociedade paulista despreza suas diferenças internas e não é bem vista entre os migrantes, segundo Fontes (2008). Algumas razões para o preconceito eram, de acordo com esse autor, a visão do Nordeste como o oposto da modernidade de São Paulo e uma visão naturalista sobre as diferenças de raça. Alguns dos nossos relatos confirmaram o desconforto descrito por Fontes com o desprezo à diversidade que caracterizava o nordestino em São Paulo.

Em nossas entrevistas, o Senhor Rosalvo (r), referindo-se à condição do nordestino no mercado de trabalho, notou duas coisas: primeiro, que o baiano era discriminado em algumas atividades e, segundo, que o paulista simplesmente não via o nordestino como brasileiro, fomentando um alto grau de discriminação contra esse povo:

*r. Então, antigamente o povo aqui de São Paulo pensava que o povo do Nordeste não era brasileiro, não tinha comunicação. Não existia comunicação de maneira alguma. Então, de nós baianos, o povo sentia medo. Inclusive tinha fábrica que não pegava baiano. A gente sentia essa diferença, acho que porque a gente achava que ia sair trabalhando. Às vezes era tratado como estrangeiro, porque nós sabíamos que nós éramos brasileiros, mas muitas pessoas daqui não sabiam.*

O relato do senhor Rosalvo é apenas um exemplo de como os estereótipos sobre uma população migrante a excluem, não só da nacionalidade brasileira, mas também da condição humana: “de nós baianos, o povo sentia medo”.

Mesmo não sendo percebida como tal, a relação entre antigos e novos moradores nos processos migratórios, entre migrantes e “nativos”, é sempre conflituosa e é encarada como provisória, pois do contrário seria preciso aceitar o outro em sua diferença e assumir todo o ônus econômico que o reconhecimento de seus direitos acarretaria.

A visão de Sayad (1998) de que as circunstâncias de origem da imigração são econômicas encontra eco em outros estudos, inclusive americanos, especialmente nas chamadas teorias macroestruturais. Por outro lado, estas abordagens não tratam do fenômeno migratório como um fato social total.

Teorias recentes, como o transnacionalismo, criticam enfoques tradicionais que não veem o fenômeno migratório de uma perspectiva global e que caracterizam os imigrantes como assimilados ou não pelas sociedades

hospitaleiras, especialmente no caso das teorias assimilacionistas. Também são criticadas as teorias microeconômicas, as chamadas “*push-pull*” (BORJAS, 1990), que se pautam nas decisões econômicas racionais dos agentes individuais como mote para a imigração. O problema dessa visão é a suposição de que as decisões individuais por si só seriam capazes de manter os fluxos migratórios, sem considerar a complexidade de situações que envolvem esse fenômeno.

Essas últimas vertentes teriam relação com as migrações de nordestinos para São Paulo e com as imigrações para o Brasil no final do século XIX e início do século XX. Podemos ver na maioria dos autores, análises de ordem estrutural para as migrações internas. O mecanismo explicativo consiste em ver nas grandes estruturas sociais, econômicas e históricas, o pano de fundo para os movimentos migratórios.

No caso dos nordestinos, o contexto econômico e social que explica sua migração para São Paulo é explorado por autores como Fontes (2008) e Paiva (2004). Para eles, a seca no Nordeste e o desmantelamento das suas relações agrárias tradicionais, somados ao fim dos acordos bilaterais de imigração e ao crescimento industrial na capital paulista, foram o “*pano de fundo*” para o deslocamento dessa população.

Entretanto, as estruturas econômicas, históricas e sociais não são suficientes para explicar porque se migra e nem porque os fluxos migratórios se mantêm. Situações que se encontram em microrrelações e no próprio sujeito também contribuem para migrar, sendo impossível identificar o percentual de participação de cada uma dessas dimensões (macro, micro, subjetivas, etc) no trânsito de pessoas pelo mundo.

Outras formas de entender as migrações são possíveis. O conceito de redes sociais é uma das contribuições ao entendimento desse fenômeno, na medida em que relaciona pessoas nos lugares de destino e de origem.

Segundo Tilly (1990), os migrantes são ligados por laços de parentesco, profissionais ou de outra natureza. As redes estimulam os processos migratórios, interligando as sociedades de origem e de destino e podem servir como apoio. Monteiro as define como “*múltiplas redes que se estendem com centro em cada indivíduo até outros emigrados (...), sem que ao conjunto destas redes se possa dar uma fronteira comum ou comunitária*” (MONTEIRO, 1994, p. 23). É comum que na chegada o migrante seja recebido na casa de algum amigo ou parente que lhe proporcione apoio para iniciar contatos profissionais, como vimos na história do Senhor Antônio, estabelecendo ou recriando relações familiares. As relações desses povos em movimento ultrapassam fronteiras.

Para Tilly (1990, p. 84), as decisões de migrar se baseiam em informações das redes sociais, as quais se encontram tanto nos países de destino como de origem, e nelas se apoiam. Conforme observamos na história do Seu Antônio, essas teias ligam os dois locais, inserindo pessoas em uma infinidade de conexões que vão além do tempo de deslocamento, sendo base de apoio e solidariedade no ponto de chegada.

As redes criam novas categorias identitárias e transformam aquelas já existentes e por isso não é possível se pensar em um processo de assimilação, já que a complexidade dessas identidades está em constante processo de reformulação. As redes contradizem a ideia de um padrão étnico dominante e mostram que boa parte das migrações não acontece individualmente, mas coletivamente. Por isso, não é possível se pensar em migração como uma experiência simples e homogênea (TILLY, 1990, p. 87).

Os nordestinos entrevistados neste projeto<sup>8</sup> apresentaram uma rica descrição do funcionamento dessas redes sociais. Um exemplo é o relato de Dona Angelina (an):

an. Eu não fazia ideia (de como era aqui). Quando eu vim, as meninas moravam na Água Rasa, eu fui pra Água Rasa. Depois, veio outras primas e já tinha as primas aqui, moravam em casa pequena e eu aluguei uma casa aqui. Nós alugamos, três primas; uma prima e um primo.

Quando veio para São Paulo, Dona Angelina contava com parentes aqui que, não só forneceram as informações sobre como migrar, mas a apoiaram na hora de se instalar na cidade.

Esta pesquisa confirmou as impressões de Fontes (2008) sobre a importância das redes sociais no processo migratório do Nordeste para a Zona Leste de São Paulo. Dentre nossos 16 entrevistados nordestinos, apenas cinco migraram sozinhos. Entretanto, todos tinham um parente no ponto de chegada, exceto no caso do Senhor Antônio Filho, mas que tinha os vizinhos de sua cidade que haviam vindo para São Paulo:

e. Mas o senhor conhecia alguém que morava em São Paulo já?

a. Sim, tinha um pessoal que já tinha vindo já pra aqui pra São Paulo. Sempre veio, naquela época.

e. De que cidade?

a. Da minha cidade e cidades vizinhas também... Conhecidos e também pessoas... Naquela época, vinha de "pau de arara", não tinha ônibus, não tinha nada, era caminhão, pegava o pessoal de todo o sul da Bahia e do sertão pra trazer todo o pessoal aqui pra São Paulo. Então, chegava aqui e tinha um grupo em Guarulhos, vinha pra Guarulhos, tinha outro grupo aqui no Ermelino Matarazzo, vinha pro Ermelino Matarazzo, e também Santo Amaro. Em toda a periferia da Grande São Paulo.

Difícil imaginarmos as agruras de um migrante que sai de sua vida em um lugar pequeno do Nordeste, sem muito conhecer do mundo exterior, e que pega um ônibus ou um *pau de arara* durante vários dias, destinando-se a um local desconhecido e confuso, cuja lógica urbana nada tem a ver com seu local de origem. O que fazer ao descer do ônibus ou do caminhão? A quem se dirigir? Para onde ir? A resposta está nas redes sociais.

Não se pode negar a importância das questões político-econômicas e das redes sociais para o processo migratório. Entretanto, há ainda outra dimensão relevante para as migrações, que é a subjetiva. Razões pessoais e únicas movimentam pessoas pelo mundo em todos os contextos. São os amores mal resolvidos, a busca por aventura e os desentendimentos e arranjos familiares que se constituem na gota d'água nas decisões de migrar - ou de permanecer no local de destino -, conforme pude argumentar em meu livro "O Brasil no Sul da Flórida: subjetividade, identidade e memória" (MAGALHÃES, 2011). Essas motivações também estão presentes nos relatos dos nordestinos em São Paulo e podem ser reveladas com o uso de fontes de pesquisa que privilegiem a subjetividade (YANS-McLAUGHLIN, 1990).

Do mesmo modo que as entrevistas publicadas no livro "O Brasil no Sul da Flórida: subjetividade, identidade e memória" (MAGALHÃES, 2011) evidenciaram situações subjetivas fundamentais que explicavam o fluxo de brasileiros para Miami, neste projeto sobre os nordestinos na Zona Leste de São Paulo emergiu um leque de situações pessoais determinantes para a saída do Nordeste. Os rompimentos matrimoniais e os problemas familiares são exemplo disso, como no caso da história do senhor Valmir (v), cujo pai deixou a Bahia por ter ficado viúvo com quatro filhos:

v. Aos seis anos de idade, após a perda da minha mãe, meu pai resolveu vir embora pra São Paulo. Ficou sozinho, viúvo, com quatro filhos. E, então, nós saímos da Bahia.

Esses elementos pessoais que compõem os movimentos migratórios só são expostos quando são utilizadas metodologias que captem a subjetividade, como no caso da história oral.

Yans-McLaughlin (1990) ressalta a importância das fontes subjetivas para a análise da imigração. Para ela, tais fontes, normalmente apontadas como problemáticas, evidenciam a visão dos participantes sobre as experiências que viveram (YANS-McLAUGHLIN, 1990, p. 254). A autora mostra que esses documentos estão imersos nos processos históricos dos quais são parte.

Em uma visão da "história vista de baixo", que surge nos anos 1960 como resposta ao positivismo e quantitativismo nas Ciências Humanas, as narrativas orais passaram a ser vistas não só como documentos do passado, mas também como uma visão popular sobre a História.

Em resposta às críticas ao uso de fontes subjetivas nos estudos migratórios, a autora oferece um roteiro de análise das narrativas, que consiste em verificar: 1) como o narrador organiza o tempo; 2) como ele se descreve em relação ao passado; 3) como ele descreve sua relação com os objetos e as pessoas do passado e 4) como é a relação do narrador com o entrevistador (YANS-McLAUGHLIN, 1990, p. 274).

De acordo com Yans-McLaughlin, um dos méritos da fonte oral é revelar como as condições históricas são fenomenologicamente vividas, evidenciando a interação entre uma história objetiva e a consciência (YANS-McLAUGHLIN, 1990, p. 283). As entrevistas fazem emergir as representações do “eu” na história, que são parte e que expressam a vivência coletiva.

Constata-se, pelo panorama teórico que foi exposto acima, que o fenômeno migratório é complexo, multifacetado e multidimensional. Independentemente das eventuais divergências teóricas, estudá-lo implica em assumir essas amplas perspectivas e complexidades, combinando possibilidades de acordo com a necessidade do objeto de pesquisa, dos objetivos e da premência metodológica. No presente trabalho, privilegiou-se um olhar que permitisse o encontro desses vários níveis do fenômeno migratório, analisando os nordestinos na Zona Leste de São Paulo a partir de sua multiplicidade, e privilegiando a subjetividade e as redes sociais.

Tendo por mote a escassez de estudos que combinem as diversas dimensões das migrações, este artigo sugere uma reflexão diferenciada que enriqueça os estudos das redes sociais e das questões político-econômicas. Propõe-se que sejam combinados diversos níveis do fenômeno, incluindo também a dimensão subjetiva e valorizando os aspectos da memória coletiva, identidade e subjetividade nas migrações. A hipótese que guia essa proposta é de que a mudança de um lugar para outro é determinada por um conjunto de motivações que, combinadas em subjetividades únicas, orientam as escolhas dos migrantes.

Para finalizar, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que os estudos sobre imigrações internacionais e sobre migrações internas no Brasil infelizmente não têm dialogado. Redes são descritas em ambos os casos, mas sem um compartilhamento de fundo teórico e de reflexões que seriam úteis para ambos os casos. Esperamos que futuras pesquisas possam fazer uma ponte entre esses dois níveis de reflexão.

## Notas:

1 - A entrevista com Antônio Dantas Filho foi realizada em 13 de abril de 2011, por Valéria B. Magalhães. O senhor Antônio cedeu autorização de uso de sua entrevista para publicações. Uma das razões de seu nome aparecer com o sobrenome é porque, em outro texto publicado pela mesma autora, o senhor Antônio questionou a razão do seu nome não ter sido grafado por inteiro. Nesta publicação, em homenagem ao seu Antônio e às suas memórias sobre a Zona Leste, optou-se por identificar seu nome completo.

2 - A Zona Leste da cidade de São Paulo é uma das oito subdivisões geográficas do município. Do ponto de vista social, porém, poderíamos falar em uma “Zona Leste expandida”, que incluiria cidades como Guarulhos, Mogi das Cruzes e outras que são contíguas à cidade e que apresentam história semelhante aos bairros vizinhos. A Zona Leste é uma região considerada periférica, pois historicamente seu território foi ocupado por trabalhadores braçais e por migrantes e imigrantes (até início do século XX, boa parte de suas áreas mais afastadas era preenchida por chácaras de imigrantes), por meio de ocupação desordenada e alheia à infraestrutura básica do resto da cidade. Hoje, alguns bairros mais próximos ao centro tornaram-se caros, abrigando uma nova classe média e média alta.

3 - O conceito de memória coletiva é aqui pensado no sentido proposto por Maurice Halbwachs: ela acontece em conexão com o grupo, sendo evocada pelo indivíduo dentro de seu quadro social (HALBWACHS, 2006).

4 - Projeto coordenado por Valéria Barbosa de Magalhães e financiado pela FAPESP, com vigência entre agosto de 2010 e junho de 2012. Dele participaram os seguintes bolsistas de iniciação: Jéssica Aparecida da Costa, Larissa Midori Ota, Maria Carolina Andrade José e Willian de Assunção Rafael. A pesquisa foi conduzida no Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória (EACH/USP).

5 - Além das entrevistas, foram levantados dados de mídia. Realizou-se também uma intensa pesquisa bibliográfica sobre migração nordestina em São Paulo. A lista dos textos indexados encontra-se disponível no website do Grupo de Pesquisa em História Oral e Memória/USP, no link:

<http://each.uspnet.usp.br/gephom/Projetos/Bibliografia.pdf>

Devido ao projeto ter sido encerrado em 2012, a pesquisa bibliográfica não abrangeu textos posteriores a essa data, mas a pesquisa deverá ter continuidade em momento futuro, quando se pretende atualizar a lista de textos levantada. Ressalta-se também que este artigo não tem por objetivo discutir os procedimentos metodológicos utilizados durante a pesquisa, mas eles poderão ser encontrados em outras publicações recentes da autora (por exemplo, MAGALHAES, 2012; 2013).

6 - A Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994, e o estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003), definem por “idoso” a pessoa com 60 anos ou mais.

7 - O projeto tinha como um dos objetivos analisar a relação entre nordestinos e não nordestinos, por isso, foram entrevistados também moradores de origem não nordestina. Em função dos objetivos do presente artigo, não serão mencionadas as entrevistas com o segundo grupo.

8 - Essas constatações também apareceram no trabalho de Fontes (2008).

## Referências

- BORJAS, G. *Friends and Strangers: The Impact of Immigrants on the US Economy*. New York: Basic Books, 1990.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: Trabalhadores Migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. São Paulo: FGV, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LANG, Beatriz. Espiritismo no Brasil. *Cadernos CERU*. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 171-186, dez/2008.
- MAGALHAES, Valéria B. Imigração em São Paulo e a memória das canções italianas. *Cadernos Ceru*. São Paulo, v. 23, p. 127-140, 2012.
- MAGALHÃES, Valéria. *O Brasil no Sul da Flórida: subjetividade, identidade e memória*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- MAGALHAES, Valéria B. Nordestinos na Zona Leste: memórias e redes de migrantes. In: MAGALHÃES, V.; SANTHIAGO, R.. (Org.). *Depois da Utopia: A história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz/ Fapesp, 2013, p. 227-258.
- MONTEIRO, Paulo. *Emigração: o Mito do Eterno Retorno*. Oeiras: Celta, 1994, p. 23.
- PAIVA, Odair. *Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930 – 1950)*. Bauru: Edusc, 2004.
- PIORE, Michael. *Birds of Passage*. New York: Cambridge University Press, 1979.
- PORTES, Alejandro. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. In: KRITZ, M; KEELY, C.; TOMASI, S. *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*. New York: Center for Migration Studies, 1981.
- PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis E. Tropical Capitalists: U.S.-bound Immigration and Small Enterprise Development in the Dominican Republic. Pp. 37–59 In. *Migration, Remittances, and Small Business Development*. Orgs. DIAZ-BRIQUETS, Sergio, WEINTRAUB, Sidney. Boulder, Colo; Westview, 1991.
- PORTES, Alejandro; JENSEN, L. What's an Ethnic Enclave? The Case for Conceptual Clarity. *American Sociological Review* 52:768-71, 1987.
- SASSEN, Saskia. *The Mobility of Labor and Capital: a Study in International Investment and Labor Flow*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SCHILLER, N; BASC, L.; BLANC-SZANTON, C. Towards a Definition of Transnacionalism. In: Towards a Transnational Perspective on Migration. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 645, New York: The New York Academy of Sciences, jul/1992.
- TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-McLAUGHLIN, V. *Immigration Reconsidered*. New York/Oxford: Oxford University, 1990. p. 84-93.
- YANS-McLAUGHLIN, V. Metaphors of the Self: Subjectivity, Oral Narrative, and Immigration Studies. In: YANS-McLAUGHLIN, V. (ed.). *Immigration Reconsidered*. New York/Oxford: Oxford University, 1990. p. 254-292.

## RESUMO:

Este artigo pretende partilhar com os leitores algumas ideias levantadas pelo projeto *Lembranças de Antigos Moradores da Zona Leste de São Paulo: migrantes nordestinos e história de bairros*. A pesquisa utilizou as entrevistas de história oral temática como principal fonte de informação. Considerando-se seus limites, o texto buscou tratar das redes de migrantes nordestinos que se formaram na Zona Leste de São Paulo, tendo por base a história do senhor Antônio Filho e fragmentos de outras histórias de vida. Ao final, propõe-se uma combinação de dimensões explicativas para o processo migratório.

**Palavras-chave:** nordestinos, zona leste de São Paulo, redes de migrantes.

## ABSTRACT:

This article intends to share some conclusions of the research *Lembranças de Antigos Moradores da Zona Leste de São Paulo: migrantes nordestinos e história de bairros*. The project tried to analyze the relationship between migrants from “Nordeste” of Brazil living in the Eastern Area of São Paulo and the nonimmigrants. For that, it was used the oral history method. This article tries to analyze the migration networks of the Nordestinos in São Paulo, suggesting that migration is a multidimensional phenomenon.

**Keywords:** *nordestinos*, eastern area of São Paulo, migration networks.

# Meu Irmão Aduauto

*Ethel V. Kosminsky\**

*Para Nete Lima, minha sobrinha querida  
Em memória de Abrahão Kosminsky, pai, avô e bisavô.*

Em abril de 2015, fui visitar o meu irmão Aduauto pela primeira vez. Ele com 85 anos e eu com quase 69. Ele morando em Vitória da Conquista, Estado da Bahia, e eu em Nova York, Estados Unidos. Foram 3 longos voos não só pela distância, como também pela ansiedade.

Há cerca de 15 anos o meu irmão mais novo, Nilton, perguntou à nossa mãe se ela sabia da existência de um filho de nosso pai. O nosso pai Abrahão havia falecido em 1971, há muito anos. Estávamos nós, os três filhos, incluindo Doris, a caçulinha, visitando a nossa mãe, que morava no Rio de Janeiro. Ela, entre surpresa e aborrecida, negou de modo veemente. Assim, essa história desapareceu da minha mente.

Em dezembro de 2014, Doris recebeu uma mensagem do neto de Aduauto, Malone, que mora em Aracajú, Sergipe, e estava visitando o avô em Vitória da Conquista. Malone encontrou a Doris pelo Facebook. Conversou com ela e pediu que ligasse pelo Skype para o avô no dia do Natal. Então, usando da prerrogativa da primogenitura, eu assumi essa tarefa. Estava curiosa e ansiosa ao mesmo tempo e queria de uma certa forma retomar o contato com o nosso pai através do filho mais velho. De imediato aceitei a ideia de ter um irmão mais velho por parte de pai.

Pensei no Prof. Walter Rehfeld, que foi meu professor sobre o Antigo Testamento como literatura, na Universidade de São Paulo, quando fazia meu mestrado em Sociologia. Durante um semestre estudamos o sacrifício de Isaac. Rehfeld, um mensch<sup>1</sup>, uma pessoa íntegra e honrada, ensinou-me a prática da Mitzvá, um preceito judaico que ele definia como a prática simultânea da justiça e da caridade, no sentido de amor pela humanidade.

Essa foi a motivação inicial para a minha ida a Vitória da Conquista. Pensei, se o meu pai houvesse deixado de assumir a sua obrigação, eu iria de certo modo repará-la. Uma ideia que, depois constatei, não iria fazer sentido algum. Nete, a minha sobrinha, filha de Aduauto, disse: “Ethel, se Abrahão sabia ou não, não interessa, o que importa somos nós agora”.

---

\* Professora Livre-Docente de Sociologia do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista-UNESP - Campus de Marília (Aposentada). Professora adjunta de Sociologia do Queens College/CUNY (2008-2013).

Nosso pai devia ter 15 anos na época em que Adauto nasceu. Não morava mais no Recife. Já seus pais, irmãos e avós ainda moravam na cidade, na rua dos Coelho, no primeiro andar de um prédio pobre. O avô Maurício, seu pai, vendia tecidos à prestação, como muitos judeus e sírio-libaneses faziam.

Abrahão se recusou a seguir a ocupação do pai. Gostava de desenhar e de pintar. Foi trabalhar como desenhista no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) do governo federal, no interior da Paraíba, na construção de açudes. De vez em quando, vinha visitar a família. Bela, sua irmã caçula, e a única viva ainda, disse que “cada vez que ele chegava era uma festa”.

Os pais e avós de Abrahão chegaram no Brasil em 1913. Vieram com outras famílias da Bessarábia, hoje Moldava. Desembarcaram na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. De lá pegaram o trem para a colônia de Quatro Irmãos, situada entre Erechim e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

A colônia foi fundada pelo Barão von Hirsch<sup>2</sup>, com a intenção de promover a emigração da Europa Oriental de judeus pobres, vítimas dos pogroms<sup>3</sup>, ataques violentos promovidos por cossacos<sup>4</sup> no antigo Império Russo. Além de ajudar as vítimas, Hirsch tinha interesse em desenvolver a produção de trigo para exportação. Desse modo, fundou colônias no Rio Grande do Sul e na Argentina.

No entanto, Quatro Irmãos fracassou. Não houve o apoio financeiro necessário. Muitas famílias foram para as cidades de Santa Maria e de Porto Alegre. Os Kosminsky mudaram-se para o Recife, provavelmente, porque alguns parentes já estavam trabalhando e morando lá.

O avô de nosso pai Abrahão, Iossi (José) Kosminsky, e sua avó Shenda (Sonia) trouxeram os 10 filhos, todos solteiros. No mesmo navio da Bessarábia veio a família Milman. O primogênito, Mauricio (Moishe) Kosminsky, casou-se com a mais velha entre os filhos dos Milman, Eidel, ainda em Quatro Irmãos.

Ela deu a luz a Abrahão em 1914, uma criança loura de olhos azuis, diferente das outras pessoas da família Kosminsky que tinha cabelos e olhos escuros. Eidel e o segundo filho morreram durante o parto. De acordo com Sara Soibelman, tia de Abrahão, o médico da colônia era péssimo. Assim, nosso pai foi criado por tia Sara e sua avó maternal, Clara Milman.

O segundo casamento de Mauricio foi com Rosa Litvin na casa da avó Clara. Ela queria saber para quem entregaria o neto. Nunca conseguimos achar uma foto de Eidel Kosminsky. Abrahão nunca conheceu a mãe. Seguindo o costume dos judeus da Europa Oriental, nosso pai deu-me o nome de Ethel em homenagem à Eidel.

Cheguei em Salvador em um sábado, meia-noite e meia, No aeroporto estavam minha sobrinha mais velha, Nete, e duas de suas amigas. Fui imediatamente abraçada, filmada e fotografada pela minha nova família. Estávamos muito felizes de nos vermos pela primeira vez. Fomos para a sua casa em Jauá comemorar o aniversário de seu marido, o Lazineho. Na segunda iríamos sair cedinho para Vitória da Conquista de avião.

Acho que comer com a família aumenta o apetite e traz felicidade, como dizem antropólogos e sociólogos da área de alimentação. Assim comi dois pratos de feijoada e ainda um pouco de rabada. Como fui criada em Salvador, estava também respondendo à saudade de infância e juventude. Comer é um ato social e cultural ao mesmo tempo.

A chegada em Vitória da Conquista foi carregada de emoção. Meu irmão Adauto e eu nos abraçamos e choramos ao mesmo tempo. Dalva, sua esposa, minha cunhada, comentou filosoficamente: “Até as pedras se encontram. Esse encontro deveria ter acontecido há 20 anos, quando tínhamos saúde”. Eu respondi, o importante é que aconteceu.

Aos poucos fui conhecendo toda a família: seus filhos, meus sobrinhos... Pat, a caçula, que havia nos buscado no aeroporto com seu lindo filho Pedroca, de 9 anos; seu marido Pierre; o mais velho de todos os filhos de Adauto, Ivanildo, e sua esposa Ari; Tici, a filha de Ivanildo do primeiro casamento; Toni Zé, sua esposa Petta e o filho Lucca.

Meus preparativos para a viagem consistiram em escolher um quadro de Abrahão, que tinha sido professor de desenho artístico da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia e arquiteto, formado pela Faculdade de Arquitetura da mesma universidade. Quando graduou-se em arquitetura, eu já tinha 12 anos. Escolhi uma paisagem de árvores, troncos e folhagens em tons impressionistas, como a escola francesa de pintura que ele gostava. Esse seria o presente mais importante que levei para Adauto. Além disso, comprei para meu irmão e esposa sweaters de algodão. Infelizmente escolhi números muito grandes.

Depois do jantar, sentava em uma cadeira no quarto dos dois para continuar a conversa. Adauto sentia muito frio devido às sessões de quimioterapia. Enrolava-se todo em um cobertor na cama, com Dalva ao lado. Minha cunhada havia quebrado o ombro em duas partes em uma queda, consequência da osteoporose. Estava com o ombro imobilizado.

O nosso passado se intercalava com o presente. Gravei partes dessas conversas, menos as que fazem mal ao coração. Adauto estudou como interno no colégio dos Salesianos no Recife. São muito católicos. Nas paredes da sala tem uma pintura da Santa Ceia e um desenho da cabeça de Jesus Cristo. E agora a pintura do pai Abrahão foi reunida aos desenhos sacros. Eu disse para Nete que a Santa Ceia é como os judeus costumavam se sentar no início do Shabat<sup>5</sup> e como ainda se sentam em algumas sinagogas para dividirem pão e vinho. Pensei, como seria bom se houvesse uma única religião no mundo. Será que haveria mais paz?

O Catolicismo não me era estranho. Tinha sido criada em uma rua estreita no bairro de Brotas, em Salvador, onde todos se conheciam. A maioria dos vizinhos era católica. Havia também uma família espírita e uma protestante.

Nosso pai não queria que nos sentíssemos diferentes das crianças cristãs. Todo o Natal, quando acordávamos, encontrávamos presentes em nossos sapatos e íamos para a rua brincar. Tinha um desejo de ser igual aos outros, ser católica também. Éramos a única família judia daquela rua.

Fui criada pela empregada de minha mãe, que frequentava um terreiro de candomblé. Nunca me esqueço que, quando passei no exame de admissão ao ginásio, ela preparou um caruru de São Cosme e São Damião, os santos crianças que faziam parte da Igreja Católica e do Candomblé. A mesa estava arrodada das crianças vizinhas. A minha mãe tinha viajado para cuidar da sua irmã que estava muito doente. Até hoje tenho São Cosme e São Damião em casa.

Trouxe uma fotocópia do convite de formatura de Abrahão em arquitetura e um artigo do jornal “A Tarde”, de Salvador, em que um ex-aluno da Escola de Belas Artes elogiava o trabalho dele e a maneira atenciosa com que tratava os estudantes. Todas as informações e imagens passaram de mão em mão.

Mostrei fotos de Iossi (José) e Shenda (Sonia) Kosminsky; Mauricio e Rosa Kosminsky; e uma de Abrahão quando jovem. Os avós de Abrahão conservavam os traços da antiga Europa Oriental, ela com a cabeça coberta com um pano branco, cujas pontas eram amarradas atrás do pescoço e ele com um chapéu preto na cabeça e uma longa barba branca. Mauricio e Rosa já haviam incorporado alguns traços do Brasil, ele com a barba feita e sem chapéu, ela com a cabeça descoberta, vestida simplesmente.

Expliquei que teria sido muito difícil para nosso pai ter se casado com Auta, a mãe de meu irmão Aauto. Os dois menores de idade e Abrahão com todo o peso da tradição de ser filho e neto de imigrantes. Casar-se com uma pessoa não-judia implicava naquela época na quebra das relações familiares. Toda a família judia sentaria Shiva<sup>6</sup>, ou seja, estaria de luto por aquele que rompeu com a tradição, a religião e conseqüentemente com os laços familiares.

À noite, depois das nossas conversas, com Nete geralmente ao lado, eu dava um beijinho no rosto do Aauto todo enroladinho, encolhido em um canto da cama e em Dalva, sempre bonitinha com o rostinho corado. Queria muito que o frio que Aauto sentia passasse e que ele se sentisse melhor.

Segundo Nete, Abrahão não deveria saber que tinha um filho. Os seus pais sabiam e teriam ocultado essa informação. Mas, como disse ela, “não interessa, o importante é que estamos todos juntos.” A minha nova e querida família não pareceu se interessar pelo judaísmo. Mas mostrou interesse pela origem da família na Bessarábia, hoje Moldava.

Antes da minha viagem, Nete e Pat queriam saber o que eu não poderia comer. Disse que apenas não poderia comer sementes duras, só isso. E do que eu gostava? De tudo, a começar pela jaca, fruta difícil de encontrar fora do Nordeste. Acho que não preciso dizer que foi um festival de comida.

Estávamos sempre em volta da mesa. Ah! Que delícia é um café feito com coador de pano! Os bolos de aipim, macaxeira como é conhecida no Sudeste do Brasil, que elas compravam. Até um bolo de puba<sup>7</sup> Nete encomendou e foi buscar no dia seguinte. O feijão com arroz e farinha de mandioca..., para que melhor? As costelas de porco e de boi, o tocinho de porco frito, o carneiro, a carne-de-sol. Tudo Val, a cozinheira, preparava com todo o capricho batendo os temperos no pilão. E os pães de polvilho? Pareciam pães de queijo, mas eram feitos unicamente de polvilho. As verduras: maxixe, chuchu e batata cozidos com um tempero muitíssimo bom! A jaca que Ari comprou no Ceasa, o doce de figo que ela deixou pronto para minha chegada. A rapadura cortadinha em um vidro fechado com tampa por causa das formigas.

Teve as comilanças nas casas dos sobrinhos: uma bacalhoada na de Toni Zé e Petta, um almoço de sarapatel feito pela sogra da Pat, e um salmon acompanhado de ravioli de carne de sol na casa nova do Ivanildo e da Ari.

As visitas que recebi... Dalva cresceu em uma família de oito mulheres, contando com ela, e mais dois homens. Das quatro que estão vivas, só não veio uma “porque estava na roça”. As visitas dos primos dos meus sobrinhos. A companhia de Manu, a cachorra dálmata que não deixava pessoa alguma chegar perto de Aduino e Dalva, mas que ficou minha amiga.

Foi uma felicidade sem tamanho. Com esses cuidados e mimos, senti-me muito feliz, muito amada e muito bem-acolhida. Uma semana com a intensidade de quase uma vida para se colocar em dia. Minhas doenças gastro-intestinais e a depressão desapareceram como por milagre. Nunca tinha tido uma família como aquela.

Nos comparamos. Medimos nossa aparência. O que tínhamos fisicamente em comum? Uma marquinha no queixo, o formato do rosto que eu e o Aduino compartilhávamos, o perfil meu e da Pat, a Nete parecida com a Tia Bela e assim por diante. Também as diferenças, como disse uma das irmãs de Dalva: “ela é forte (gordinha) e o Aduino é magrinho”.

Os meus irmãos Aduino e Dalva e mais os sobrinhos se juntaram e compraram um lindo quadro sobre a caatinga de um famoso pintor da cidade, cuja fama já havia atingido outros países. Todos os presentes dos sobrinhos foram muito preciosos pois vinham carregados de carinho. A despedida foi muito difícil. Sinto muito a falta dos sobrinhos e dos sobrinhos-netos. Penso sempre no Aduino e na Dalva e na vontade que tenho de dar boa noite para eles, sentar na cadeira perto, conversar e depois dar os beijos de boa-noite nos dois.

Aduino completou meus pensamentos: “agora estou bem, consegui o que estava faltando na minha vida”.

## Notas

1 - Mensch, original do lídich, a língua falada pelos judeus da Europa Oriental antes do seu quase total extermínio pelos nazistas.

2 - Maurice (Zvi) von Hirsch (1831 – 1896) foi um banqueiro e filantropo judeu-alemão que montou fundações de caridade para promover a educação judaica e melhorar a sorte dos oprimidos judeus europeus. Ele foi o fundador da Jewish Colonization Association, que financiou o estabelecimento de colônias agrícolas.

3 - Palavra iídiche para ataques promovidos pela população local não-judia e pelos cossacos que atacavam os judeus, matando e destruindo suas casas e meios de vida. Os pogroms ocorreram no século XIX e início do século XX, no antigo Império Russo.

4 - Cossacos, refere-se àqueles que serviam na cavalaria do exército do czares e promoviam os pogroms.

5 - Shabat comemora a criação por Deus do Universo, quando no sétimo dia ele descansou. É observado do entardecer da sexta até o entardecer do sábado.

6 - Shiva é a semana de luto observada devido à perda de parentes bem próximos. O ritual é observado como “sentar shiva.” Imediatamente depois do enterro, os membros da família se reúnem na casa do (a) falecido (a) para receberem as visitas.

7 - Bolo de mandioca.

# A sombra os acolherá

*Lucas Florêncio*

Descia do céu o véu inconfundível do entardecer, embora os ponteiros anônimos marcassem 4 horas da tarde. O vento dançava com os galhos e folhas de uma frondosa e antiquíssima árvore que havia sido plantada naquele largo há mais de um século, na época em que os escravos faziam dali um recanto único. O enorme Jacarandá fora plantado em lugar estratégico, pois suas colossais raízes se encostavam às paredes em taipa de pilão da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que havia sido erguida pelos mesmos braços negros que plantaram a frondosa árvore.

E foi nesse cenário, durante aquele frio entardecer que, diante dos meus olhos se desenhou a história e assim me vi testemunha casual de tal poesia. E embora houvessem ali outras tantas ‘almas vivas’, é verdade, sem mentira que apenas eu e Gervásio Ferreira, um conhecido embelezador de ruas, conseguimos presenciar de verdade o ocorrido. E assim, impelido pela magia presente no cotidiano, deixo nas linhas que se seguem algumas de minhas lembranças sobre essa história; história esta que me inundou a mente com o pensamento do filósofo desconhecido que supostamente teria dito: “*o cotidiano é onde tudo acontece e ninguém vê*”. Que preciso pensamento!

A realidade é que meu primeiro fragmento de memória sobre o ocorrido é o de estar a alguns metros do extraordinário Jacarandá. Recordo de ver em minhas roupas a projeção das sombras dançantes das folhas da tal árvore. Que desenhos! O volumoso tronco era uma real poesia do tempo, pois eram tantas marcas e figurações em sua extensão que não se podia deixar de pensar quanto de existência cada uma delas tinha. Depois disso, lembro-me, com certa exatidão preguei os olhos a contemplar o que se passava ali diante de mim. Quem pode dizer que a vida as vezes não é irresistível!?

O habitual aspecto bucólico do Largo do Rosário havia desaparecido sem, contudo, deixar de haver naquele lugar certo aspecto gracioso. Os protagonistas inconscientes de tal história estavam sob a tênue sombra da colossal árvore. Eles eram muitos, contavam-se mais ou menos uns trinta. Não há dúvidas de que todos eles estavam à parte do tempo que transcorria: estavam mesmo imersos em outra realidade mental, transitavam numa distinta dimensão do espaço-tempo. As vozes deles não ecoavam na agonia daquele cenário, os gestos não se sustentavam no lamentoso vento que ao mesmo tempo os envolvia e repelia. Imersos numa outra dimensão, talvez perceptível somente à eles, o grupo se

construía como uma realidade momentaneamente flutuante. Uma fotografia em sépia que se destaca ante as coloridas. Eram eles, um grupo de bolivianos em pleno Largo: uma singular alucinação? Não! Não o eram! Eram de modo certo e muito verdadeiro, um fato!

Ali estavam eles, diante dos meus olhos. Um grupo unívoco e fervoroso de bolivianos, que compartilhavam mais do que o local de nascimento; comungavam também a prática não palpável de uma suposta religiosidade. Eram todos, naquele grupo, evangélicos, no sentido que nós, nascidos do lado de cá da fronteira, atribuímos ao termo. Todos, em trajes sociais: os homens, em sua maioria, portando ternos cinza ou pretos de cortes retos e muito bem feitos e as mulheres, todas elas, carregando cumpridas saias que competiam em comprimento somente com os longos e negros cabelos que expunham. Estavam todos, homens e mulheres, com as atenções corpórea e não corpórea voltadas à um mesmo ponto; ponto este onde um improvisado púlpito se materializava, imponente e imóvel frente à diversas bandeiras. Entre as bandeiras e o pequenino púlpito desenhavam-se as silhuetas de alguns músicos que davam cabo de por em musica aquele momento. Faziam assim, o acompanhamento do simplório culto.

Estavam ali, imersos em seu culto que se realizava no Largo do Rosário de Nossa Senhora da Penha. Contavam-se agora, transcorridos alguns minutos desde minha primeira revista do cenário, uns quarenta e tantos bolivianos. E que expressão essa: *“quarenta e tantos bolivianos”*! Nosso olhar é tão supérfluo, que há sempre certa arbitrariedade por de trás destas expressões! Mas ora, quem em sã consciência há de dizer que as palavras conseguem traduzir toda complexidade de nosso mundo? Talvez, o que é realmente essencial escape à palavra!

Mas voltemos a resgatar da memória o que tenho sobre a história!

Eles estavam ali. Quero dizer, os bolivianos estavam ali! E como é espantoso quando certas singularidades se põem diante de nossas vistas. Pois aquele não era um lugar qualquer. Bem ali, onde antigamente os escravos *ajuntavam-se* para reencenar o elo com seus ancestrais, transformando-se pela fé em comunidade espiritual, estavam agora os oriundos do país de *“el hado propicio”*. Ali, naquele Largo, onde a sombra daquele mesmo Jacarandá havia se deitado sob as costas negras. O cotidiano não é todo banalidade!

E aquele Largo, que havia sido o espaço de comunhão espiritual dos escravos, o cenário onde as mãos negras ávidas pela perpetuação de sua cultura desenharam na paisagem uma Igreja... tinha se tornado o palco para encenação espiritual de outro grupo, os bolivianos! Logo eles... Quantas contradições e coincidências não estão contidas na subjetividade da vida cotidiana! Como não deixar o pensamento fluir a tal reflexão? Como não pensar na memória da

violência contra a humanidade, que veste a sórdida máscara da escravidão e da servidão?

O tempo, dimensão translúcida de nosso viver, impunha sua presença pelas sombras do inexplicável Jacarandá, que agora deitavam-se por quase todo o Largo. As badaladas ressonantes da Igreja anunciavam também que certo tempo já havia se esvaído desde que parara para olhar a cena.

O culto seguiu, acompanhado pelas nuances do entardecer. Já a essa altura todos eles eram abraçados pela profusa sombra do Jacarandá, que servia como uma espécie de referencial para todos ali. Suas vistosas raízes, seu generoso tronco, sua copa abundante pareciam nos transmitir uma tímida mensagem de paz e ordem. O Jacarandá nos oferecia um sentido de ordem invisível, que em meio aquele cotidiano tão desordenado soava como um alento passageiro, porém reconfortante. E conforme foi, os bolivianos seguiram com suas orações, imersos em suas prospecções espirituais. O idioma, elo simbólico para o grupo, era somente mais uma ponte entre todos daquele unívoco coletivo. Intenções, olhares, gestos, silêncios... tudo isso os colocavam em unidade, de modo que pareciam mesmo não estar dentro de nossa ordem temporal.

E assim seguiu! Cantos, louvores, meditações... o culto se esvaía no tempo e espaço criando uma cena oportuna e atraente para qualquer transeunte. Contudo, aos olhos deste que escreve parecia que os bolivianos não eram percebidos pelos que por ali passavam, ao contrário, os olhares das pessoas buscavam pelo desencontro com a cena. As visões que poderiam ser e não o eram mostravam-me o quanto a ideia de “outro” é rasa.

E assim, posso dizer com relativa precisão, do mesmo modo como os escravos, os bolivianos teriam naquele espaço um lugar medido e sensível à suas vidas, a seus sofrimentos e à suas causas e embora excluídos de toda sociabilidade concernente ao cotidiano, havia ali algo que os acolhera... a sombra do velho Jacarandá.

# **TRAVESSIA** agora também ON LINE

## **Um acervo sem data de vencimento**

Já são mais de 70 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

### **Valor da assinatura**

(2 números por ano)

#### Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

#### Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

### **Forma de pagamento**

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail  
[cem@missaonspaz.org](mailto:cem@missaonspaz.org) ou através  
do novo portal acesse os últimos números  
da revista **TRAVESSIA**

[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

Ano XXIII Nº 45 – jul./dez. – 2015

# REMHU

**Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**

ISSN: 1980-8585

## Criminalização das migrações



**CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS**



## Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.



## Guida di Pastorale Migratoria

Padre Bruno Mioli, cs

Perché una *Guida di pastorale migratoria*? Negli ultimi decenni si sono avuti molteplici interventi del Magistero pontificio e della Chiesa italiana sul vasto tema della mobilità umana; e tanto si è riflettuto e scritto nel mondo ecclesiale su ciò che riguarda la visione cristiana delle migrazioni e il conseguente impegno di chi guarda ai migranti ispirandosi ai valori evangelici. Si tratta di materiale che, prodotto in tempi e contesti diversi, ora si trova sparso in una notevole quantità di documenti e studi di varia natura, i quali pur conservando tuttora il loro valore, risultano in alcune parti un pó datati e non sempre facilmente reperibili. Pertanto sembra un servizio non superfluo raccogliere, coordinare, sintetizzare e commentare questo prezioso patrimonio, almeno quello di maggiore rilevanza, aggiornandolo e applicandolo al particolare momento socio-religioso che oggi stiamo vivendo in Italia. E quanto si propone la presente Guida.

Ci si rivolge in particolare a chi nelle singole Chiese particolari ha la responsabilità diretta della pastorale per i migranti, ai parroci, ai cappellani e animatori delle comunità di immigrati, ai gruppi di ispirazione cristiana impegnati anche in questo settore: sono essi infatti in via ordinária i mediatori attraverso i quali viene trasmesso ai fedeli delle nostre comunità e ai migranti stessi il messaggio cristiano in questo specifico campo delle migrazioni.

L'autore è un missionário scalabriniano per i migranti, há lavorato per diciassette anni presso la Fondazione Migrantes della Conferenza Episcopale Italiana e una decina d'anni in Puglia nelle diocesi di Lecce e di Foggia. Ora è direttore del Centro di pastorale migratoria dell'Arcidiocesi di Reggio Calabria-Bova.

GIOVANNI TERRAGNI

SCALABRINI E LA CONGREGAZIONE  
DEI MISSIONARI PER GLI EMIGRATI

ASPETTI ISTITUZIONALI  
1887 - 1905



● ● ● autorinediti

## **Scalabrini e la Congregazione dei Missionari per gli Emigrati – aspetti istituzionali (1887 – 1905)**

Giovanni Terragni

Il libro di P. Terragni sugli aspetti istituzionali della Congregazione dei Missionari di S. Carlo per gli emigrati, oltre a fare riferimento a precedenti studi sulla storia dell'Istituto, si presenta in un'ottica di novità.

Il volume presenta due parti distinte e interconnesse. La prima, come premessa, offre una chiave di lettura della personalità di Mons. G.B. Scalabrini, Vescovo di Piacenza dal 1876 al 1895, fondatore di due Congregazioni, quella dei Missionari e delle Missionarie di S. Carlo.

La seconda parte, quella centrale, tratta in modo specifico il tema degli aspetti istituzionali della Congregazione Scalabriniana, come sono stati ideati e realizzati dal Fondatore attraverso un costante e dialogico confronto con Propaganda Fide.

Lo scopo del libro è anzitutto quello di mostrare, sulla base di documenti, il complesso iter che Scalabrini ha compiuto per strutturare la congregazione dei Missionari che, con la collaborazione attiva dei laici, fosse funzionale all'assistenza religiosa e sociale degli emigranti nell'epoca delle migrazioni di massa.

Il costante riferimento alla struttura fondante e originaria, parte integrante del carisma dell'istituto, è particolarmente importante oggi, non solo come retrospettiva storica, ma anche e soprattutto come elemento propulsivo e garante di rinnovamento nella fedeltà.

A DITADURA MILITAR E O  
GENOCÍDIO  
DO POVO  
WAIMIRI-ATROARI



Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas

**A ditadura militar e o genocídio do Povo Waimiri-atroari - “por que kamña matou kiña”?**

Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas

*A ditadura militar e o genocídio do Povo Waimiri-atroari - “por que kamña matou kiña”?*, originou-se da pesquisa que fundamentou o 1º Relatório do Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, que revela com grande riqueza de detalhes e farta documentação os crimes da ditadura militar praticados contra aquele povo indígena, por ocasião da abertura da BR-174 que liga Manaus-AM a Boa Vista-RR. Atesta, ainda, que no período de 1972 a 1977 mais de 2.000 indígenas morreram assassinados e por doenças levadas pelos invasores de suas terras. O documento também denuncia uma estratégia cuidadosamente montada, que se mantém desde a ditadura militar até os dias de hoje, para evitar que a verdade, em toda a sua dimensão, seja revelada e de domínio público.

ANA MARIA NOGALES VASCONCELOS E TUÍLA BOTEGA  
ORGANIZADORAS

# POLÍTICA migratória e o PARADOXO da globalização



## Política migratória e o paradoxo da globalização

Ana Maria Nogales Vasconcelos; Tuíla Botega (Orgs.)

O momento atual é mais que oportuno para uma reflexão sobre as migrações internacionais. A globalização exerce um forte estímulo às migrações, uma vez que intensifica o fluxo de informações sobre padrões de vida e oportunidades nos países industrializados. Porém, tal estímulo não é acompanhado por um aumento de oportunidades. Se, por um lado, o fluxo de capital e mercadorias é incentivado, por outro, aumentam-se as restrições ao fluxo de pessoas. A globalização constitui-se, assim, em um processo que segrega, seleciona e exclui.

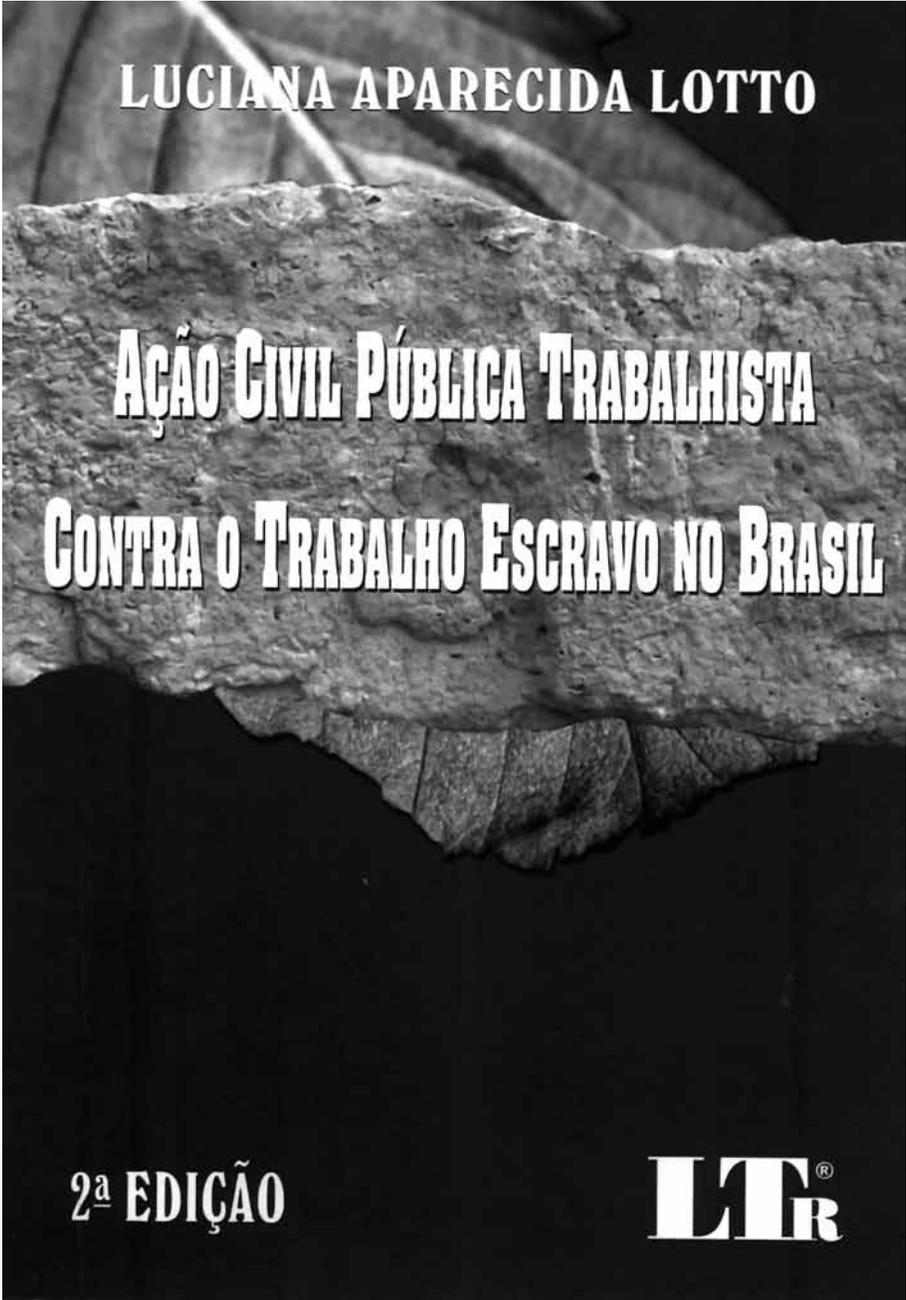
Para refletir sobre essas questões, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília e o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios apresentam o livro *Política migratória e o paradoxo da globalização*.



### **Em busca do Éden: tráfico de pessoas e direitos humanos, experiência brasileira**

O instigante estudo de Michelle Gueraldi e Joelson Dias, ao enfocar o tráfico de migrantes, oferece extraordinária contribuição ao debate público sobre o tema, a partir de uma primorosa análise acerca das migrações e do tráfico de pessoas, com destaque ao protagonismo de organizações internacionais governamentais e não governamentais, bem como do Estado Brasileiro no enfrentamento do tráfico. (...)

O tráfico de seres humanos é uma gravíssima violação a direitos humanos, que, por sua vez, reflete um quadro de outras violações a direitos, caracterizado pela crescente exclusão social, pelas acentuadas assimetrias entre os países dos hemisférios Norte e Sul, acrescido de um padrão discriminatório a alcançar grupos socialmente vulneráveis, como as mulheres e as crianças. Em sua complexidade e em sua feição multifacetada, o tráfico de pessoas mantém uma relação de interdependência com outras graves violações a direitos humanos, como o trabalho escravo e a exploração sexual.



**LUCIANA APARECIDA LOTTO**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA  
CONTRA O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL**

**2ª EDIÇÃO**

**LTR<sup>®</sup>**



Secretaria  
Internacional do  
Trabalho.

# Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI  
MÉRCIA MARIA CRUZ STEFANELLI

**LUGAR DE HOSPITALIDADE NA CIDADE: ACOLHIMENTO AOS I-MIGRANTES  
NA MISSÃO PAZ – SÃO PAULO/SP (2004-2014)**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora como exigência para obtenção do título de Mestre em Hospitalidade, área de concentração: Dimensões e Contextos da Hospitalidade, da Universidade Anhembi Morumbi, sob a orientação da Profa. Dra. Sênia Regina Bastos.

São Paulo  
2015

## **Lugar de hospitalidade na cidade: acolhimento aos i-migrantes na Missão Paz - São Paulo-SP (2004-2014)**

Mércia Maria Cruz Stefanelli

O tema da mobilidade humana tem sido estudado à luz de diferentes áreas do conhecimento, como o Direito, a Sociologia, a História, entre outras, e também em diferentes contextos nacionais e internacionais, em períodos distintos. Nesse momento, em que um intenso movimento migratório acontece pelos mais diversos motivos, como é o caso dos sírios, dos haitianos e de outras etnias oriundas da África e da América do Sul, é de suma importância compreender o perfil dessas pessoas, quanto à idade, sexo, país de origem e motivo da migração e como se dá a ultrapassagem das fronteiras geográficas e intangíveis na sociedade de acolhimento. O objetivo desse trabalho é compreender a atuação da Missão Paz como lugar de hospitalidade na cidade de São Paulo e analisar suas vertentes como a Casa do Migrante, a Igreja Nossa Senhora da Paz, o Centro de Estudos Migratórios e o Centro Pastoral de Mediação do Migrante nas atividades relacionadas à inserção econômica, social e cultural do i-migrante na sociedade de acolhimento. De natureza qualitativa, a metodologia fundamenta-se no estudo bibliográfico, iconográfico, documental, apoiando-se em entrevistas com os acolhidos, funcionários e padres da Missão Paz. Como resultado dessa pesquisa, destaca-se que no período de 2004 a 2014 a Missão Paz atendeu 65.387 i-migrantes provenientes, sobretudo, da América do Sul, cujo contingente mais expressivo provém, principalmente, da Bolívia. Analisou-se a representação do acolhimento dos padres responsáveis pela Missão Paz, por meio da atuação de suas vertentes, cujas atribuições visam promover o acolhimento e colaborar com a adaptação e inserção dos i-migrantes na nova sociedade, quer por meio da provisão de alimentação, ensino do idioma, emissão de documentação, que visam facilitar a inserção no mercado de trabalho, promover sua saúde física, mental e bem estar. Por meio de entrevistas analisou-se a representação dos i-migrantes acolhidos pela Missão Paz, resultando na assertiva de que para eles a instituição funcionou como lugar de hospitalidade, atuando de forma positiva na sua adaptação na sociedade de acolhimento.

**MARILIA DANIELLA FREITAS OLIVEIRA LEAL**

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS  
SOCIAIS DOS HAITIANOS NO BRASIL (2010-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico.

**JOÃO PESSOA**

**2015**

## **Cooperação internacional para a proteção dos direitos sociais dos haitianos no Brasil – (2010-2014)**

Marília Daniella Freitas Oliveira Leal

A dissertação teve por objetivo discutir a cooperação internacional para a proteção dos direitos sociais dos haitianos no Brasil, entre os anos de 2010 e 2014. A pesquisa valeu-se do estudo do deslocamento ambiental dos haitianos para o Brasil, a partir do terremoto que destruiu o país em 2010. Os atores escolhidos para a análise da cooperação para a proteção dos haitianos foram: o governo brasileiro, o Sistema Onusiano e a sociedade civil organizada, tomando como exemplo a “Missão Paz”, entidade ligada à Igreja Católica, localizada na cidade de São Paulo que acolhe migrantes do mundo inteiro. A investigação foi norteada pelo problema da pesquisa, que consistiu em saber até que ponto houve cooperação entre atores para a proteção dos direitos sociais dos haitianos. Como método para a análise do objeto de pesquisa foi escolhido o qualitativo, o que permitiu a avaliação diferenciada dos documentos e bibliografias específicas sobre as migrações e o Haiti. Para os fins deste estudo, utilizou-se diversos instrumentos normativos nacionais e internacionais de proteção aos migrantes em todo o mundo. Este trabalho demonstrou que a experiência do deslocamento ambiental dos haitianos forçou a redefinição das políticas públicas brasileiras em relação aos estrangeiros e que a cooperação entre atores ainda é insipiente no cenário nacional. A sugestão alcançada foi que é necessário se elaborar uma convenção específica que proteja essas pessoas, uma vez que o regime internacional de proteção atual relega os deslocados ambientais a um plano secundário.

# Normas para apresentação de textos

*Travessia – Revista do Migrante* deixou de ser monotemática e os artigos podem ser enviados a qualquer momento.

Tamanho: 400 linhas, fonte *times new roman*, tamanho 12, com breve resumo e três palavras-chave (em inglês e português ou espanhol). A *Travessia* publica textos em espanhol.

No título, não colocar nota, e para a identificação do autor, utilizar asterisco; quando houver mais de um autor, a revista respeitará a ordem constante no texto recebido.

Não transformar em nota o que é fonte bibliográfica, inserir no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação).

Nas referências bibliográficas, relacionar apenas as fontes citadas no artigo, em ordem alfabética e se houver repetição de um mesmo autor, obedecer a ordem cronológica.

Seguir as normas da ABNT, destacando os títulos em itálico; no caso de artigos em revistas, fazer constar: local, volume, número, páginas, mês, ano (nesta ordem). Na citação de fonte eletrônica, colocar o endereço entre <...> e a data de acesso.

Os textos devem ser inéditos e seu envio implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Travessia*; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações.

Podem ser organizados dossiês e enviados à *Travessia*.

Além de artigos, a revista recebe resenhas, relatos, crônicas, contos...

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição.

# Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

**Politicamente.....** || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

**Culturalmente.....** || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

**Economicamente..** || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

**Teoricamente.....** || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

# dos seus estudos acadêmicos

# da sua produção literária

# da sua atuação **militante**.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,  
na gíngua da Travessia,  
as amostras da empiria,  
os embates da teoria,  
as lutas do dia a dia,  
os sonhos da poesia.*

[travessia@missaonspaz.org](mailto:travessia@missaonspaz.org)

[cem@missaonspaz.org](mailto:cem@missaonspaz.org)

[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

# Sumário

Apresentação  
*José Carlos Pereira*

## **Dossiê Trabalho e políticas migratórias transnacionais**

Falhas e sustentabilidade do sistema migratório laboral temporário  
*Graziano Battistella*

Legalmente necessários, socialmente (in) desejados:  
imigrantes brasileiros no mercado de trabalho japonês  
*Katiani Tatit Shishito, Mariana Shinohara Roncato*

Profissionais transnacionais no setor petrolífero  
*Genilson Estácio da Costa*

Colombianos na Casa do Migrante, São Paulo (1997-2007):  
desterritorialização e rebusque  
*Rafael Estrada Mejía*

Análise matricial da mobilidade ocupacional:  
o caso dos imigrantes chilenos no Paraná  
*Rene Castro Berardi*

Nordestinos na Zona Leste de São Paulo:  
subjetividade e redes de migrantes  
*Valéria Barbosa de Magalhães*

Meu irmão Adauto (relato etnográfico)  
*Ethel V. Kosminsky*

A sombra os acolherá (conto)  
*Lucas Florêncio*

[travessia@missaonspaz.org](mailto:travessia@missaonspaz.org)  
[www.missaonspaz.org](http://www.missaonspaz.org)

ISSN 0103-5576



0103-5576